



Anais do Seminário Sobre

NOVAS PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL



Piracicaba, 23 a 27 de setembro de 1974

Conteúdo

Entidades Colaboradoras	2
Apresentação pelo Presidente da ABEAS	3
Programa do Seminário	4
Conclusões quanto aos Objetivos do Seminário	6
Conclusão do Diagnóstico da Situação das Ciências Domésticas no Brasil	10
Conferência do Dr. Edson Machado de Souza	14
Conferência do Dr. Carlos Albetto Medina	38
Conferência da Dra. Linda Nelson	46
Conferência do Dr. José Emilio G. Araujo	57
Palestra sobre Currículos e Objetivos Educacionais	73
Proposta de um Novo Rumo Profissional para Ciências Domésticas	73
Simpósio Algumas Estratégias para Atingir os Objetivos das Ciências Domésticas ..	78
Assembléia Final	98
Conclusões e Recomendações	98
Resumo das Atas do Seminário	109
Participantes e Convidados.....	114



MENT

EMBRATER
BIBLIOTECA

CENAGRI

SEMINÁRIO SOBRE NOVAS PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

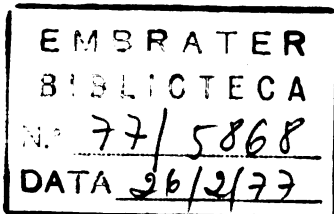
Piracicaba, 23 a 27 de Setembro
1974

O Seminário foi organizado pela Comissão Técnica de Ciências Domésticas da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), integrado por:

Ana Lucia dos Santos Schild – FCD/UFPeI
Diva Resende – ESALQ/USP
Fátima Méry Rodrigues da Silva – CEF/UFRRJ
Fátima Sampaio da Silva – CED/UFC
Irmã Maria do Carmo da Silva – ESCD e ER de Lorena
Sônia da Silva – ESCD/UFV

com a assessoria da Dra. Virginia Lattes de Casseres,
Consultora da FAO, e do Prof. Eduardo King Carr,
Secretário Executivo do Acôrdo ABEAS-IICA.

E80
C10



Entidades Colaboradoras

PATROCINADORES:

Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS) - Coordenadora.
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) - Universidade de São Paulo (USP).
Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA (IICA).
Ministério da Educação e Cultura - Departamento de Assuntos Universitários (MEC/DAU).

COLABORADORES TÉCNICOS:

Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO).
Universidade Estadual de Michigan - USA.

PARTICIPANTES:

Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará.
Curso de Educação Familiar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Curso de Graduação em Ciências Domésticas da ESALQ/USP.
Escola Superior de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Viçosa - MG.
Escola Superior de Ciências Domésticas e Educação Rural de Lorenna - SP.
Faculdade de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Pelotas - RS

COLABORADORES FINANCEIROS:

Banco Itaú S/A - São Paulo - SP.
Cabeça Branca S/A - Otker - São Paulo - SP.
Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Nestlé São Paulo - SP.
Companhia Industrial de Conservas Alimentícias (CICA) - Jundiá - SP.
Departamento Municipal de Turismo - Piracicaba - SP.
Dr. Geraldo Quartim Barbosa - Piracicaba - SP.
M. Dedini S/A - Metalúrgica - Piracicaba - SP.
Motocana S/A - Máquinas Implementos Agrícolas - Piracicaba-SP.
Refinadora Paulista S/A - Açúcar e Alcool - Piracicaba - SP.
Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo - SP.

Apresentação

Honra-me o desempenho dessa missão apresentadora dos Anais do magnífico Seminário das Ciências Domésticas que teve por palco imponente a tradicional e modelar Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo.

A tarefa não me oferece dificuldade porque a simples leitura do rol das Instituições que participaram do evento realça o alto nível verificado na apreciação e discussão dos temas escolhidos para debate. Isso já constitui uma apresentação com todos os matizes do sucesso estilístico, social, político e cultural do Seminário, que foi inexcedível na objetividade ao perseguir os bons resultados conseguidos posto que seus integrantes souberam chegar onde queriam. E selecionar o caminho para atingir o objetivo nem sempre é fácil, mas, no caso do Seminário de Ciências Domésticas as duas coisas aconteceram, residindo aí sua grande vitória, de que são testemunho as judiciosas conclusões a que chegou.

Partindo do campo conceitual da profissão chegou o Seminário ao factual, quando procurou estabelecer os objetivos, as atividades e as funções dessa categoria profissional na comunidade e determinar os propósitos gerais do Curso Superior de Ciências Domésticas para fazer face às exigências da sociedade em relação à situação sócio-econômica do País, da família e de relacionamento entre os planos de desenvolvimento nacional e os brasileiros formados nessa área do saber.

Os Anais oferecem às autoridades constituídas um repatório completo de sugestões práticas e realísticas fundamentais para estruturação da profissão dentro daquilo que ela se propõe realizar e do contexto que lhe é peculiar.


Fausto Aita Gai
Presidente da ABEAS

This One



66XW-U11-SLA0

Digitized by Google

Programa do Seminário

"NOVAS PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS NO
DESENVOLVIMENTO NACIONAL"

ABEAS - ESALQ/USP

PIRACICABA, 23 a 27 de setembro de 1974

Dia 23 - Segunda-feira

20,00 hs. - Sessão solene de instalação

Dia 24 - Terça-feira

9,00 hs. - Conclusões do "Diagnóstico da Situação das Ciências Domésticas no Brasil" - documento base para o Seminário "Novas Perspectivas das Ciências Domésticas no Desenvolvimento Nacional" - Professora Diva Resende, Presidente da Comissão Técnica de Ciências Domésticas da ABEAS.

9,30 hs. - Conferência: "Situação Sócio-Econômica e Planos de Desenvolvimento do País" - Dr. Edson Machado de Souza, Diretor Geral do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura.

10,45 hs. - Painel de reação

14,00 hs. - Conferência: "Inter-Relação de Fatores que Afetam a Família e o Processo de Desenvolvimento do País" - Dr. Carlos Alberto de Medina, Diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais.

15,15 hs. - Discussão em grupos

Dia 25 - Quarta-feira

9,00 hs. - Conferência: "Contribuição dos Profissionais em Ciências Domésticas ao Desenvolvimento da Nação" - Dra. Linda Nelson, Chefe do Departamento de Ecologia Familiar, Escola de Ecologia Humana da Universidade Estadual de Michigan, USA.

10,15 hs. - Discussão em pequenos grupos e painel.

14,00 hs. - "Contribuição das Ciências Domésticas ao Desenvolvimento Rural" - Dr. José Emílio G. de Araújo, Diretor Geral do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA.

15,15 hs. - Discussão em grupos.

20,00 hs. - Discussão em grupos com respeito aos objetivos do Seminário.

Dia 26 - Quinta-feira

- 8,30 hs. - Sessão plenária - Apresentação das conclusões sobre os objetivos do Seminário.
- 10,15 hs. - "Currículos e Objetivos Educacionais: Conceitos Básicos e Processos de Adequação" - Dra. Gilda Cesar Nogueira de Lima, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- 14,00 hs. - Simpósio: "Algumas Estratégias para Atingir os Objetivos das Ciências Domésticas"
Participantes: Deputada Dra. Dulce Salles Cunha Braga, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.
Dra. Virginia Lattes de Câsseres, Consultora em Ciências Domésticas da FAO
Dr. Cláudio Braga Ribeiro Ferreira, Presidente da Federação de Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
Dr. Juan Diaz Bordenave, Comunicador do IICA
Coordenador: Professor Eduardo King Carr, Secretário Executivo da ABEAS
- 16,30 hs. - Sessão plenária
- 20,30 às
- 21,30 hs. - Visita à Escola Maternal do Curso de Graduação em Ciências Domésticas da ESALQ.

Dia 27 - Sexta-feira

- Parte da Manhã - Contatos entre profissionais de acordo com seus interesses.
- 14,30 hs. - Aprovação das Conclusões - Recomendações do Seminário.
- 16,00 hs. - Sessão de Encerramento.
- 20,000 hs. - Banquete de Congratamento.

CONCLUSÕES QUANTO AOS OBJETIVOS DO SEMINÁRIO 1/

I - CONCEITO DAS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS, SUA FILOSOFIA E SUA FUNÇÃO NA SOCIEDADE

Ciências Domésticas abrange, como área profissional, atividades especializadas que integram conhecimentos e técnicas provenientes das ciências, da tecnologia e das artes. Visa ao desenvolvimento harmônico do homem em seu ambiente físico e sócio-cultural, focalizando prioritariamente, a inter-relação da família e seu ambiente, para efeito de análise e ação, na utilização e desenvolvimento de seus recursos.

Essa finalidade se traduz principalmente por seus valores humanísticos. Consegue-se através de uma metodologia interdisciplinar e se realiza na ação. Procura dar ao homem oportunidade de atualizar suas potencialidades para que, através do conhecimento de si, do outro e de seu meio ambiente, desempenhe melhor seu papel na sociedade.

A função geral da profissão é melhorativa e preventiva, sempre em busca da elevação da qualidade de vida^{2/} do homem em seu ambiente imediato, através de processos educativos.

1/ Após o seminário, essas conclusões constituíram objeto de estudos de diversos grupos de economistas domésticos no País. Esses resultados foram sintetizados e concluídos por um Grupo-Tarefa que se reuniu em Lorena (SP), em 24 e 25 de março de 1975, formado por membros da Comissão Técnica de Ciências Domésticas da ABEAS, por representantes de Escolas Superiores de Ciências Domésticas, da Associação Brasileira de Economistas Domésticos (ABED), de outros profissionais economistas domésticos e da Associação de Economia Doméstica do Estado de São Paulo. O Grupo-Tarefa foi assessorado pela Dra. Virginia Lattes de Cásseres, consultora da FAO e Irmã Olga de Sá, diretora da Escola Superior de Ciências Domésticas e Educação Rural de Lorena (SP).

2/ Qualidade de vida são condições que satisfazem adequadamente às necessidades básicas e culturalmente definidas, indispensáveis para o desenvolvimento normal do potencial humano.

Especificamente, essa função se realiza em dois níveis:

- no nível de subsistência^{3/}, orientando atividades relacionadas com a alimentação, saúde, vestuário e habitação, de forma integrada;

- no nível da promoção humana^{4/}, por meio da compreensão do desenvolvimento biológico, intelectual, emocional e social do homem e da orientação para a efetiva administração familiar, e da participação orientadora em esforços para o bem estar da coletividade.

Além disso, é ainda função da profissão desenvolver pesquisas que ampliem e atualizem o corpo de informações técnico-científicas, dentro do enfoque das Ciências Domésticas, inclusive preocupando-se no sentido de melhores produtos, serviços, processos e métodos condizentes com a realidade brasileira e a finalidade da profissão.

II - COMPETÊNCIA E FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL

1. Competência

O profissional competente deve:

a - Ter formação técnico-científica adequada, mantendo-a atualizada.

b - Ter conhecimentos da filosofia, objetivos e funções da profissão na sociedade e sentir-se comprometido com elas.

c - Guiar-se, na ação pelo sistema de valores da profissão, respeitando o código de ética profissional.

d - Como agente de mudança, ter habilidade de comunicação e capacidade para estimular as pessoas a tomarem decisões conscientes e a utilizarem criativamente os recursos disponíveis no meio ambiente físico e sócio-cultura.

^{3/} Nível de subsistência refere-se ao atendimento das necessidades biológicas e fisiológicas para o funcionamento normal do organismo humano independente de seu nível sócio-econômico.

^{4/} Promoção humana é o aprimoramento da personalidade do indivíduo e o pleno desenvolvimento de sua capacidade.

e - Manter-se atualizado em relação aos planos de desenvolvimento, tanto nacionais, como estaduais e regionais, e em relação à situação nacional e internacional.

f - Ter conhecimentos e informações sobre a família, principalmente a brasileira e as mudanças que ocorrem em relação a ela, tais como problemas criados pela disponibilidade de novos recursos e tecnologias.

g - Ser capaz de prestar serviços junto a entidades que realizem programas condizentes com os objetivos da profissão.

- Ser capaz de realizar a educação formal em todos os graus e a educação não-formal, nas áreas de sua profissão.

2. Formação

A formação do profissional competente envolve conteúdos, conhecimentos, habilidades e atitudes, tais como:

a - Conhecimentos e habilidades que lhe permitam um preparo técnico-científico adequado às exigências da profissão, abrangendo ciências exatas, naturais, psico-sociais, tecnológicas e artes.

b - Conhecimentos e aceitação do código de ética profissional, que lhe apresente um sistema de valores, capaz de guiá-lo na própria ação.

c - Conhecimento de técnicas e métodos de comunicação, de planejamento e de organização que o habilitem a transmitir bem, idéias, conceitos e fatos relativos a seu trabalho e ao seu modo de agir no meio-ambiente.

d - Em nível de graduação, conhecimento básico e utilização dos métodos científicos, que o habilitem a participar de pesquisas e interpretá-las corretamente de acordo com a natureza de sua profissão; em nível de pós-graduação, aprofundamento e uso dos métodos científicos, visando a realização e/ou a orientação de pesquisas.

e - Experiências e vivências simultâneas à formação técnico-científica, entre outras, estágios supervisionados e monitorias, que o levem ao engajamento crescente da evolução da realidade brasileira e à conscientização dos valores altruístas da sua profissão.

III - OBJETIVOS DO CURSO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS

O Curso Superior de Ciências Domésticas tem como objetivos realizar em sua área as funções da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Estes objetivos podem ser sintetizados da seguinte maneira:

1 - Formar profissionais competentes para responderem às necessidades da sociedade em que vivem, considerando a função da profissão nessa sociedade.

2 - Formar profissionais competentes para desenvolverem a educação formal.

3 - Formar profissionais competentes para desenvolverem a educação não formal, prioritariamente com as famílias de baixa renda, tanto no meio rural como no urbano.

4 - Promover pesquisa, na área das Ciências Domésticas.

ESQUEMA DE CIÊNCIAS DOMÉSTICAS

Para interpretação das conclusões quanto aos objetivos do Seminários apresenta-se o seguinte esquema:

CONTEÚDO ^{1/}	METODOLOGIA	FUNÇÕES	OBJETIVO
<u>Nível de Subsistência^{2/}</u> Habitação Nutrição Saúde Vestuário	- Disciplinas de formação pedagógica ^{4/} - Comunicação - Extensão - Planejamento	Melhorativa e preventiva, otimizando a integração da família e seu meio ambiente (físico-sócio-cultural)	Elevar a qualidade de vida das famílias, ou seja, atendimento adequado às necessidades básicas e culturais, indispensáveis para o desenvolvimento normal do potencial humano.
<u>Nível de Promoção Humana ^{3/}</u> Administração do Lar e Economia Familiar. Família e Desenvolvimento da Criança.	- Organização - Desenvolvimento da Comunidade - Dinâmica de Grupo - Métodos de Pesquisa		

^{1/} As disciplinas enumeradas são genéricas, subtendendo-se suas divisões, conforme os currículos das Escolas Superiores de Ciências Domésticas.

^{2/} Baseadas nas Ciências Exatas, Tecnológicas, Biológicas e nas Artes.

^{3/} Baseadas nas Ciências Sociais, nas Humanas, na Filosofia e nas Artes.

^{4/} Exigidas pelo MEC para Licenciatura em Economia Doméstica.

Conclusões do Diagnóstico da Situação das Ciências Domésticas no Brasil

Como antecedente do Seminário foi elaborado um Documento que apresenta uma visão global e analítica da situação geral das Ciências Domésticas no País. Na primeira sessão de trabalho suas Conclusões Gerais foram apresentadas pela Professora Diva Resende, Presidente da Comissão Técnica Permanente de Ciências Domésticas da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior.

Considerando-se que o objetivo deste documento é apresentar um diagnóstico da situação das Ciências Domésticas no Brasil, como subsídio ao seminário "Novas Perspectivas das Ciências Domésticas no Desenvolvimento Nacional", estudaram-se as características de seis (6) das oito (8) Escolas existentes no País, a situação de um grupo de graduados das Escolas Superiores de Ciências Domésticas e as opiniões manifestadas por alguns empregadores de Economistas Domésticos.

Os dados para o referido estudo foram obtidos através de questionários preenchidos pelos três (3) grupos: Escolas, Profissionais e Empregadores.

No primeiro grupo todas as Escolas estudadas (6) prestaram as informações solicitadas. Para os outros dois, usou-se uma amostragem não probabilística. Neste caso, embora não se possa generalizar ou tirar conclusões para todos os Economistas Domésticos, nem tampouco para todos os empregadores de Economistas Domésticos no País, os resultados se fundamentam em informações prestadas por 40,38% (250) dos profissionais graduados (619) por cinco (5) das Escolas estudadas.

Quanto aos empregadores, observa-se que dos 81 indicados nos questionários preenchidos pelos profissionais, quase a metade (42) prestou informações sobre os Economistas Domésticos que se encontravam trabalhando junto a suas instituições. O número dos profissionais incluídos neste caso representa aproximadamente 30% dos Economistas Domésticos graduados pelas referidas Escolas.

Analisando-se os currículos das Escolas estudadas, verificou-se que falta equilíbrio entre áreas e setores, apresentando-se uns com uma carga horária bem mais elevada do que outros.

De modo geral, na área de Formação Básica, a carga horária obrigatória do setor Ciências Exatas e Tecnológicas é o dobro da carga horária do setor de Ciências Sociais, ocorrendo às vezes ser esta última ainda inferior à de Ciências Biológicas. Constatou-se, também, que a carga horária obrigatória da área de Formação Pedagógica, em três (3) das instituições estudadas, é inferior à de dois (2) setores: Nutrição e Alimentos e Vestuário e Têxteis da área de Formação profissional. E, nesta área, o mais elevado percentual de sua carga horária encontra-se, geralmente, nestes dois (2) setores: Nutrição e Alimentos, Vestuário e Têxteis, enquanto a menor carga horária apresenta-se, em ordem decrescente, nos seguintes setores: Administração do Lar e Economia Familiar (com exceções), Saúde e Família e Desenvolvimento da Criança.

O estudo mostra que aproximadamente 95% dos profissionais que estão trabalhando e são egressos das Escolas em análise, atuam no campo da Educação, seja no ensino formal ou no não formal (atividades educativas junto a comunidades e famílias). Os demais ocupam-se de atividades administrativas, em hospitais e restaurantes, sendo que alguns em indústrias de produtos alimentícios.

A maioria dos profissionais (189) considerava adequada a formação profissional recebida para exercer a profissão, ainda que alguns a taxassem de inadequada, dizendo achar o "curso fraco ou superficial em algumas áreas", ou que "necessita de atualização". Também, de 270 Economistas Domésticos, 190 julgaram que os currículos deveriam ser revistos, para que se ajustassem à realidade, modificando-se programas de disciplinas específicas e incluindo-se mais estágios obrigatórios e mais prática.

Das 42 instituições empregadoras de Economistas Domésticos, participantes deste estudo, a que congrega o maior grupo desses profissionais (55) informou estar parcialmente satisfeita com os mesmos, justificando-se, entre outras razões, com a menção das "deficiências dos currículos das Escolas." Nota-se que, entre as entidades que disseram ter planos de contratar Economistas Domésticos, esta foi a que mencionou o número mais elevado, isto é, 500 profissionais, quando as demais indicaram apenas 27 profissionais.

Considerando-se o que as Escolas vêm oferecendo para a formação do profissional Economista Doméstico e tendo em vista as características dos currículos das mesmas, o campo de trabalho em que este profissional vem atuando e as manifestações feitas por profissionais e empregadores, indaga-se: - Até que ponto os currículos das Escolas estudadas têm sido realmente objetivos, visando a preparar adequadamente o profissional para ingressar na força de trabalho do País?

Sabe-se que as Escolas revisam os currículos, umas com mais frequência do que as outras, porém não se dispõe de informações sobre os objetivos da referida revisão e as bases da mesma. Não existe uma sistemática possibilitando um intercâmbio entre Escola/Profissionais/Empregadores, a fim de avaliar o curso.

Na área da Formação Profissional, o maior número de professores encontra-se nos setores Nutrição e Alimentos e Vestuário e Têxteis, 19 e 17 respectivamente, sua soma perfazendo a metade do número total dos professores da referida área. Possivelmente esse número elevado é justificado pela carga horária também elevada desses setores. Não foi identificada a razão para tal ocorrência, principalmente se se levar em consideração qual tem sido o campo de trabalho do Economista Doméstico.

Mais de três quartos dos professores da área de Formação Profissional e Pedagógica se encontram em regime de trabalho de 12 horas (49) e 24 horas (30), respectivamente. Uma professora encontra-se em regime de trabalho de 30 horas e apenas 15 docentes têm dedicação exclusiva. Esta situação representa um fator que tem trazido sérios problemas para as Escolas, impedindo-as de cumprirem com mais eficiência seus objetivos.

O número de professores com curso de pós-graduação é pequeno. Três (3) possuem o grau de PhD e treze (13) o grau de Mestre ou "Master of Science". Os primeiros tiveram suas áreas de concentração em Educação em Ciências Domésticas, Nutrição e Bioquímica e Psicologia. Dos que possuem o grau de Mestre ou "Master of Science", apenas 8 (oito) tiveram como área de concentração em seus estudos áreas específicas de Ciências Domésticas. Os mesmos graduaram-se em Escolas estrangeiras, visto que, no momento não se conta ainda com essa facilidade no Brasil. Possivelmente será esta uma das razões pelas quais seis (6) professores fazendo curso pós-graduado no Brasil, bem como 8 (oito) profissionais participantes deste estudo, tenham escolhido áreas não específicas de Ciências Domésticas: Filosofia, Economia Rural, Educação, Extensão Rural e outras.

Considerando-se a necessidade de aumentar o número de professores com cursos de pós-graduação e notando-se a tendência para que isso aconteça, ainda que lentamente e sem concentração em áreas específicas de Ciências Domésticas, indaga-se: - Qual será o efeito desse desequilíbrio para a afirmação das Ciências Domésticas no Brasil?

A maioria das Escolas estudadas realizou e está executando pesquisas. O regime parcial de trabalho (12 e 24 hs) tem constituído um dos sérios obstáculos para o desenvolvimento dessa atividade, podendo resultar em sérios prejuízos para as Ciências Domésticas, principalmente para o seu ensino, por não contar este com suficiente base científica oferecida pela pesquisa.

A maior concentração de pesquisas feitas e em execução encontra-se em Nutrição. Possivelmente o número mais elevado de docentes no setor Nutrição e Alimentos do que em outros, pode estar contribuindo para tal índice. Questiona-se, porém, se não

haverá necessidade de se pesquisar, também, em assuntos relacionados com outros setores de Ciências Domésticas, mormente tendo em vista o fortalecimento das Ciências Domésticas no Brasil?

Existe uma grande deficiência de publicações disponíveis na área profissional, para uso dos professores e dos alunos. Além do número ser restrito, há uma elevada percentagem de livros e periódicos em idiomas estrangeiros, principalmente inglês. Pensando em termos de desenvolvimento do ensino de Ciências Domésticas, percebe-se que isso seja um problema e esforços deverão ser envidados para a solução do mesmo.

Uma elevada percentagem dos profissionais participantes deste estudo informou que não são sócios da Associação de Classe - ABED. Entre as razões citadas, destacam-se: "Falta de comunicação da ABED", "Desconhecimento e falta de informações sobre a ABED".

Considerando-se o importante papel que uma associação de classe tem a desempenhar para que a profissão seja reconhecida, e o fato de que nas Escolas de Ciências Domésticas prevalecem professores Economistas Domésticos e que são estas instituições as que formam o referido profissional, questiona-se:

Deveriam as Escolas se sentirem, também, responsáveis no que diz respeito a darem sua contribuição para que o órgão da classe - a Associação Brasileira de Economistas Domésticos - ABED - possa atingir realmente os objetivos para os quais foi criado?

Há indicação de que, geralmente, as Escolas de Ciências Domésticas tem dado maior importância aos aspectos tecnológicos (até mesmo em setor que já conta com outras escolas especializadas), relegando a plano inferior os aspectos humanísticos, sociais e pedagógicos. Esta situação provoca a seguinte indagação:

Será esta a melhor política a ser adotada para que as Ciências Domésticas possam atingir realmente os seus objetivos, estabelecer sua filosofia própria, possam conceituar a profissão de Economista Doméstico, fazendo sentir ao Governo e ao público que este profissional pode dar uma contribuição efetiva ao desenvolvimento do País?

Situação Sócio-econômica e Planos de Desenvolvimento de

Edson Machado de Souza
Diretor do DAU/MEC

Acredito que o propósito do organizador desta reunião ao solicitar-me que desenvolvesse este tema no seminário foi, essencialmente, o de inserir uma perspectiva não propriamente econômica mas de crescimento, de desenvolvimento tanto econômico quanto, e talvez principalmente, social no Brasil.

Não é certamente desconhecido que o Brasil vem tendo, graças a um esforço muito grande, um ritmo de desenvolvimento econômico substancial e, de certa forma, surpreendente, pelo menos para os nossos observadores externos.

“No II PND, na política de desenvolvimento urbano, são muitos os pontos onde encontro inter-relações com possíveis áreas de atuação das Ciências Domésticas”, disse o Dr. Machado de Souza.



Apresentou o ilustre conferencista o Dr. Ferdinando Galli, (a esquerda), Diretor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo.



Nos últimos dez anos, o país tem mantido uma taxa de crescimento em torno de 10% ao ano, o que significa que o Brasil se coloca hoje, e tem se colocado nos últimos anos, entre os países que conseguem manter as maiores taxas de crescimento econômico.

Por outro lado, se compararmos o período recente com a evolução histórica do desenvolvimento econômico brasileiro, é fácil verificar que, no período seguinte a 1965, as taxas de crescimento anual constatadas pelo país são substancialmente mais elevadas do que aquelas que deveriam ser observadas nos últimos vinte e cinco ou trinta anos, com a única exceção de um rápido período de dois ou três anos por volta da 2a. metade da década dos cinquenta, quando, também devido a forte impulso de industrialização, foi possível obter taxas de crescimento muito próximas dos dez por cento ao ano, como se tem observado ultimamente. É bom ter presente, quando se raciocina sobre ritmo de crescimento que, quando se é muito pequeno, um crescimento substancial pode ser alcançado com esforço também relativamente pequeno. Ao passo que, a partir do momento em que se atinge dimensões apreciáveis, manter um ritmo alto de crescimento já não é tão fácil. Essa lei é válida para qualquer setor, sobretudo para fenômenos sociais. Mas, em termos de crescimento econômico, se forna talvez muito mais limitativo e logo veremos como tudo isso se reflete no processo de crescimento do Brasil.

Características do processo

O estilo do crescimento econômico brasileiro também é certamente bastante conhecido e é essencialmente baseado no crescimento industrial. Não vai nisso nenhuma novidade. Em qualquer país do mundo, com raríssimas exceções, no campo da economia o setor industrial é normalmente o setor que arrasta o processo de desenvolvimento. Exceto em algumas economias muito específicas, (embora a economia de um país possa depender essencialmente de outros setores e, quase sempre será o setor primário que sustenta o crescimento do país), o que puxa o carro é o setor industrial. Evidentemente, existem exceções e a mais clara é o caso dos países produtores de petróleo, onde o setor base não é essencialmente o setor agropecuário. Mas é preciso que o setor de crescimento industrial seja sustentado por uma base criada previamente por algum outro setor. Portanto, quando se diz, a título de crítica, que o Brasil pode crescer à custa do setor primário, vai nisso um pleonasma, ou seja, outra coisa não teria sido possível. Em outras palavras, é preciso que alguns dos setores paguem pelo crescimento industrial. Há certo sentido quando se procura demonstrar que não seria necessário destruir o setor de sustentação para desenvolver o setor industrial. De qualquer maneira, é preciso ficar bem claro que o setor primário, no caso específico do Brasil, é o setor de sustentação, no sentido de que gerou as rendas necessárias para que o país pudesse investir no seu processo industrial.

Uma segunda característica desse processo de crescimento, também bastante conhecida, é seu relativo grau de concentração, tanto geográfica como setorialmente. Não é apenas um processo liderado pelo setor industrial, mas sim por certos ramos deste setor essencialmente voltados para a produção de bens que, talvez, sejam aquilo que poderíamos chamar de supérfluos.

A concentração espacial, no entanto, é a que mais importa destacar nesse momento. Este fenômeno provocou um inchaço de certas regiões do país, concentrando-se na região centro-sul e, mais especificamente, no pólo constituído pelo eixo Belo Horizonte-Rio-São Paulo, até recentemente, toda a atividade industrial. Além da produção se localizar em determinada zona geográfica, a demanda, ou seja, o consumo de produtos industriais, se concentrou nos grandes centros urbanos do país. Este fenômeno que o economista chama de "estrutura da demanda" é, certamente, do ponto de vista econômico, o principal responsável pelo inchaço das grandes cidades brasileiras e, portanto, o principal responsável pelo explosivo crescimento urbano que o país tem experimentado nos últimos anos. Mas este crescimento urbano é, de certa forma, concentrado em determinados tipos de cidades. É por isso que as grandes capitais brasileiras e, praticamente, os grandes municípios estabelecem uma linha divisória, concentrando-se nos municípios com população acima de 500 mil habitantes to-

da a estrutura de demanda do país. Praticamente, a população que não se localiza nestes grandes centros não está integrada no mercado de consumo dos produtos da estrutura industrial, cujo desenvolvimento se deu tão aceleradamente.

Por outro lado, é bem sabido que este tipo de crescimento populacional, isto é, o inchaço das grandes cidades, acarreta também problemas de toda ordem, fora da órbita propriamente econômica. O crescimento da população urbana se deu num ritmo tão veloz que o aparelho urbano, representado por toda a infra-estrutura social e de serviços necessária para atender esta população concentrada, não conseguiu crescer com a mesma rapidez. Apenas, para que tenhamos um termo de referência, enquanto a taxa média de crescimento da população, por exemplo, na década dos cinquenta ou sessenta, esteve em torno dos 3% ao ano, a taxa de aumento das populações urbanas nas grandes cidades se situou na faixa de 5 e até mesmo 6% ao ano.

Finalmente, a terceira característica relacionada com o processo de concentração geográfica da indústria dentro do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, é que este se deu à custa de tremendos desequilíbrios econômicos entre as várias regiões do país. Já se mencionou o fato de que a produção industrial esteve, durante muito tempo, concentrada numa faixa estreita do território nacional. Mas, além disto, a utilização dos demais fatores econômicos, ou seja, daquilo a que o economista chama de dotação de recursos das várias regiões disponíveis num país, devido a esta concentração industrial, não vinha sendo feita de maneira adequada. Isto, associado com fatores de ordem geográfica, climática, ecológica, etc., afetou sensivelmente algumas regiões do país que ainda se colocam numa situação de subdesenvolvimento flagrante em relação ao grande pólo industrial do país. Na realidade, talvez parodiando um pouco Jacques Lambert, poder-se-ia, em termos de produção econômica, dividir o país em três regiões, três "Brasis", em termos de produção econômica: uma

O conferencista mencionou alguns aspectos nos quais o Economista Doméstico poderá contribuir para a melhor qualidade de vida da população brasileira: educação e defesa do consumidor, educação habitacional, educação alimentar e educação do pré-escolar.



região representada por todo o norte, nordeste e centro-oeste do país, essencialmente pobre, baseada na economia de subsistência, gerada pelo setor primário; uma região muito pequena, representada por uma parte de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara e Estado de São Paulo, com uma economia já razoavelmente desenvolvida, uma forte motivação para o desenvolvimento industrial, embora ainda dependente bastante do setor primário, não mais baseado na economia de subsistências, mas na economia de mercado; e uma terceira região, representada pelo extremo sul do país, que estaria num estágio intermediário, baseado, também, num setor primário da economia, mas já com algumas conotações do desenvolvimento industrial. Esses desequilíbrios regionais, por sua vez, trazem como consequência um círculo vicioso de causa e efeito, e acabam contribuindo para fortalecer ainda mais o processo de desequilíbrio populacional no sentido da transferência de populações das regiões mais pobres para as regiões mais ricas.

O fenômeno das migrações internas no Brasil, - os deslocamentos inter-regionais, para não falarmos nos intra-regionais, - é, sobretudo, baseado em fortes motivações de ordem econômica.

Perspectivas

Em termos ainda de crescimento econômico, gostaria de perguntar: quais são as perspectivas, o que se pode esperar, o que vai acontecer no futuro próximo?

Graças ao esforço muito grande de poder global que se vem fazendo no Brasil, há pelo menos 10 anos, tem sido possível orientar, razoavelmente, o processo de desenvolvimento e crescimento econômico. Certamente, não se pode dizer que aspectos desse desenvolvimento tenham, até aqui, sido coroados de pleno êxito. Seria impossível afirmar isso e fazê-lo certamente seria falso. Mas não é difícil constatar que esse esforço de planejamento, se não tem conseguido ter êxito total na realização de suas metas e de suas estratégias, certamente contribuiu decisivamente para uma melhor orientação do processo de desenvolvimento, bem como para a descentralização industrial, tanto espacial quanto setorial para uma atenuação dos fortes desequilíbrios regionais econômicos que mencionei. De alguma forma, tem-se conseguido, pelo menos, criar a preocupação de motivar as comunidades para os problemas gerados por esse inchaço urbano que o país tem experimentado nos últimos anos, assim como tem ocorrido mudanças substanciais quanto ao tipo e ao estilo do planejamento governamental praticado pelo Brasil. Neste momento, encontra-se já em análise, no Congresso Nacional, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento que, embora leve o nome de segundo, na re

alidade, é o quarto grande esforço de planejamento, ou o quinto, para ser mais preciso, que se faz a partir de 1964.

Este Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento deverá ser quinquenal, cobrindo o período de 1975 a 1979. Em um ponto pessoal é o documento mais realista que já se produziu no Brasil, em termos de tentativa de orientação do processo de desenvolvimento econômico e social. Em primeiro lugar, é realista porque diz claramente o que o país sabe e o governo reconhece, isto é, que não será fácil manter daqui para a frente o ritmo de crescimento econômico de 10% ao ano, por uma série de razões, duas das quais estão claramente colocados no plano. A primeira razão é que grande parte do crescimento industrial nos últimos anos, no Brasil, foi obtida graças a dois tipos de procedimento.

Em primeiro lugar, o setor industrial foi levado a se concentrar fortemente naquilo que chamei produção supérflua. Desde alguns anos até hoje produz-se, violentamente, nesse país, automóveis, geladeiras, televisores a cores, liquidificadores, etc. É este o tipo de indústria de substituição de importação que se implanta primeiro, não apenas no Brasil, mas em qualquer país que inicia o processo de crescimento industrial. Por outro lado, as possibilidades de substituições de importações já começam a se esgotar no Brasil. Já há muito pouca coisa que se possa substituir na faixa de importações. As poucas coisas que ainda restam são produtos para cuja produção o investimento que se exige de poupança nacional é muito grande. Daqui para a frente, o que se precisa substituir são bens de capital, máquinas, equipamentos pesados, produtos siderúrgicos e coisas desta ordem que caracterizam um tipo de indústria e que exige uma densidade de capital muito grande.

Em segundo lugar, o crescimento industrial obtido até agora foi conseguido, em grande parte, graças a uma capacidade ociosa que existia na nossa indústria, exatamente por ser ela uma indústria substitutiva de importações e porque os capitais eram investidos por grandes empresas internacionais.

Implantou-se, a partir da segunda metade da década de 50, uma série de indústrias com capacidade de produção exagerada em relação ao potencial do mercado. Durante muitos anos, quase todo o setor industrial brasileiro operava em ritmo aquém da sua capacidade total, chegando em alguns setores a taxas de somente 70% da capacidade instalada, de maneira que foi possível crescer apenas pela utilização dessa capacidade ociosa. Noutros setores, desenvolveram-se apenas uma pequena complementação da capacidade já instalada. Hoje, esta facilidade já não existe. Não há, praticamente, indústria nacional trabalhando com capacidade ociosa. Ao contrário, em certos setores da produção industrial, já se trabalha acima da capacidade possível instalada e efetiva das in-

dústrias. O sistema de utilização dos três turnos diários de produção já é bem mais comum do que muita gente pensa. De maneira que será difícil, daqui para a frente, crescer à custa de substituição de importações e à custa de utilização de capacidade ociosa.

O contexto internacional

Outro fator de grande relevância, talvez mais importante que os citados, é o contexto internacional. Hoje, o Brasil, consideradas as dimensões de seu produto interno bruto, coloca-se entre os 10 maiores mercados consumidores do mundo, tornando-se, mais do que nunca, dependente do contexto econômico internacional, seja do ponto de vista do abastecimento, das possibilidades e necessidades de importação ou, principalmente, da colocação de seus produtos no mercado internacional. No contexto internacional, atualmente, enfrenta-se uma crise mundial de energia, crise esta que se alastra porque atinge, necessariamente, o setor de matérias primas. Ora, o Brasil depende essencialmente de importações de petróleo e de seus derivados. Produzimos apenas 1/3 das nossas necessidades de petróleo, que é, sozinho responsável por 48% de todos os tipos de energia que se produzem no Brasil. Devido à dimensão do parque industrial e do mercado consumidor previsto, isto nos coloca uma outra restrição, que é a da nossa capacidade de importar, a restrição do balanço de pagamentos. Estas duas coisas irão, portanto, afetar assustadoramente as possibilidades de crescimento daqui para a frente.

Em termos do Plano Nacional de Desenvolvimento, isto significa que, na medida em que dependeremos fortemente do poder internacional, é muito difícil planejar, porque as variáveis não estão totalmente sob nosso controle. Mais do que nunca, será preciso contar com um plano suficientemente ágil e flexível para que se possa adaptá-lo prontamente a qualquer mudança brusca deste contexto internacional.

Diante disto, as perspectivas ou a estratégia do desenvolvimento industrial do país, para os próximos cinco anos, apresentam-se da seguinte forma: o setor que terá que crescer a uma taxa de 12% ao ano, portanto, acima da média do crescimento econômico, deverá estar apoiado, essencialmente, na produção de bens de capital (máquinas, equipamentos e outros produtos desta natureza); no desenvolvimento de uma indústria eletrônica pesada, que é quase inexistente no Brasil; no desenvolvimento substancial da produção de insumos básicos, ou seja, siderurgia, metalurgia e transformação de não ferrosos, petroquímica, fertilizantes, papel e celulose, e outros fatores de produção, indispensáveis para os demais tipos de indústria e para o setor primário da indústria. Mais

do que nunca, o país deverá tentar deixar de exportar matérias primas, para exportá-las já em produtos industrializados e semi-industrializados. Ou seja, a indústria de transformação de minérios e de outros produtos naturais deverá se desenvolver substancialmente, porque esta é a única forma de assegurar a participação brasileira nos mercados externos.

O setor primário

Saindo do setor industrial, o que resta? Não se pensa em nada em termos de agropecuária, por exemplo? Pensa-se sim, e mais do que, talvez, seja do conhecimento comum. A possibilidade desse crescimento e de sua continuação está agora, mais do que nunca, dependendo do setor primário. Por isso, para manter o ritmo de crescimento de 10% ao ano, o setor primário da economia terá de crescer a, pelo menos, 7% ao ano. Ora, é fácil ver o quanto se espera da agropecuária, se olharmos para os últimos anos, quando o setor tem crescido a taxas que não conseguem ultrapassar a 5% ao ano. Portanto, teremos que aumentar essa taxa em quase 50%.

A estratégia para conseguir este crescimento do setor é talvez menos definida, menos concreta do que a traçada para o setor industrial. Mas há alguns pontos que convém ressaltar. Uma preocupação grande com o que se chamaria política de uso da terra, que buscará, através do manejo inteligente dos sistemas de tributação e fiscal e do incentivo, a um aproveitamento racional da terra, uma utilização mais produtiva dos espaços disponíveis. Ainda, através dos mesmos mecanismos, tentar-se-á dirigir um pouco o desenvolvimento do setor agropecuário, no sentido de uma maior especialização geográfica e regional das produções. É sabido que há distorções gritantes no Brasil, em termos de utilização inadequada para a produção de solos de algumas regiões do país, sobretudo na agricultura e na agropecuária. Há uma preocupação nítida no Plano, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento agrícola da região centro-sul, em relação ao problema da conservação do solo, o que é, talvez, uma grande novidade na matéria.

Uma segunda linha de atuação está relacionada com o que se poderia chamar de modernização do setor: a pura e simples mecanização no sentido estrito de substituição do homem pela máquina. Por modernização, deve ser entendido, sobretudo, a institucionalização no país, da empresa rural, da empresa agrícola em termos empresariais. A modernização que se pretende é muito mais do tipo organizacional do que a voltada exclusivamente para a mecanização da agricultura. Modernização implica, necessariamente, em alguma organização e, portanto, em alguma substituição de mão-de-obra. Mas, a-

pesar disso, espera-se um crescimento substancial do emprego agrícola, o que pode parecer um tanto paradoxal, mas será demonstrado adiante. Há, também, uma preocupação muito clara no sentido de se buscar a identificação de áreas prioritárias para o desenvolvimento agrícola, em termos de expansão da fronteira econômica, isto é, de busca de novas áreas para a exploração agropecuária. Mesmo nas regiões que já contam com agricultura e agropecuária altamente desenvolvidas buscar-se-á dentro da linha de especialização da produção, identificar áreas que possam ter sua produção aumentada no sentido de maior especialização e, em decorrência, melhores índices de produção e de produtividade do setor.

A estratégia de ocupação de novas áreas vem sendo cuidada. Talvez seja um dos temas que mais preocupa os setores governamentais nesse momento, estendendo-se essa estratégia à produção agropecuária das regiões centro-oeste, norte e dos chamados vales úmidos do nordeste. Os jornais noticiaram, por exemplo, que já está sendo aprovado, pelo Presidente da República, um plano específico de desenvolvimento para a Amazônia, onde se define, dentro dessa perspectiva que acabei de mencionar, um conjunto de 16 pólos agropecuários e agroindustriais para a região.

Dentro dessa linha de se buscar a especialização, surge a distinção entre pólos agrícolas, pólos pecuários e pólos agroindustriais, que possibilitam introduzir, na indústria rural, o beneficiamento dos produtos agrícolas. Está muito claro que a maior preocupação que se tem é a de assegurar a ocupação de novas áreas e a de que essa expansão da fronteira agrícola do Brasil se dê da maneira mais racional possível.

O desenvolvimento social

E, finalmente, relacionada com os problemas do desenvolvimento do setor primário, há uma clara preocupação de estratégia governamental com o que se poderia chamar de desenvolvimento social do meio rural. A política governamental define-se visando à proteção do produtor, ou seja, à segurança da maior participação do produtor na renda gerada pelo setor primário. Este é um aspecto muito importante, talvez pouco conhecido, o de que o produtor, ou seja, o dono da produção, é quem leva a menor parte do valor monetário do produto gerado. Há uma preocupação nítida, em relação a esse fato e, inclusive, estão em desenvolvimento algumas políticas visando especificamente à proteção do pequeno produtor. Algo também novo na estratégia governamental é a política específica de amparo e proteção do trabalhador rural, uma figura que só começou a aparecer no Brasil muito recentemente. Trabalhador no sentido de empregado rural e não do produtor au-

tônomo, do meeiro ou do parceiro, etc. Como desenvolvimento social é difícil, porque tudo que é social é complicado, e a ciência social é, provavelmente, a menos desenvolvida entre as ciências. - O cientista social, por sua vez, é o menos preocupado com o fenômeno do desenvolvimento, entre os cientistas, com a única exceção do economista, cuja profissão é essencialmente esta, - Os demais cientistas sociais seriam, certamente, aqueles que, acima do economista, teriam condições de contribuir decisivamente para esclarecer-nos quanto ao fenômeno do desenvolvimento, para nos dizer quais são as falhas, as lacunas, os defeitos no processo. Entretanto, como não há esse subsídio, é difícil fazer-se uma avaliação clara. Eu destacaria, de início, o problema que tem sobressaído mais nas manchetes nos últimos anos, que é a questão da distribuição de renda. O que se tem dito, e é verdade, é que o processo de desenvolvimento que se vem verificando no Brasil é um processo concentrador de rendas, ou seja, o país cresce, e o produto e os benefícios desse crescimento ficam nas mãos de poucos. Entre 1960 e 1970, os estudos realizados demonstram que realmente houve uma concentração maior da renda, apesar da renda de todo mundo ter crescido. O problema é que a renda dos mais ricos cresceu mais do que a dos mais pobres. Portanto, aumentou a parcela, a proporção da renda total do país, detida nas mãos daqueles que se pode - ricam chamar "ricos".

Há uma série de problemas quanto a esta constatação e quanto a conclusões que devem ser tiradas disso. Por exemplo, se se refizesse o estudo da distribuição de renda por família, e não por indivíduos, a situação seria menos tenebrosa do que parece. Enquanto, pela distribuição das rendas individuais, 38% dos indivíduos têm uma renda mensal inferior a um salário mínimo, se a mesma distribuição for considerada sob o ponto de vista familiar, a proporção de famílias com renda inferior a um salário mínimo cai para 14%. Portanto, a situação é menos tenebrosa, menos preocupante, quando analisada sob o ponto de vista da renda familiar do que quando se analisa a distribuição das rendas individuais. Se este é o principal mecanismo de distribuição de rendas sobre o salário, poder-se-ia esperar então uma melhoria dessa situação, desde que o país adotasse uma política salarial diferente da que vem sendo adotada.

Política de salários e empregos

Na verdade, o que se pretende, o que se espera para os próximos cinco anos, não é uma mudança radical da política salarial, mas algo muito mais ambicioso do que isto, o estabelecimento de uma política realista de emprego e salário, ou seja, deixar de pensar exclusivamente em termos de salá -

rio, ou controle dos ajustamentos salariais, deixando-se que o mercado de trabalho aja, por si mesmo, em termos de ofertas de oportunidades de emprego para os indivíduos. A idéia é de se buscar um ajustamento e uma articulação entre política de emprego e política de salários. A política de emprego se resume, essencialmente, na política de crescimento econômico, ou seja, é de se esperar que, uma vez assegurado o ritmo de investimento necessário para manter uma taxa de crescimento da ordem de 10% ao ano, a economia venha a gerar os empregos necessários. Portanto, a política de emprego gera uma atitude de omissão, no sentido de que basta assegurar o crescimento econômico para que se tenha assegurado o nível de emprego necessário.

O que se pretende agora, a partir desse segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, é estabelecer uma política governamental de atuação junto ao mercado de trabalho, quanto a preparar a mão-de-obra para ocupar os empregos que serão criados, uma vez garantida a taxa de crescimento econômico. Por que não criar um posto para que, automaticamente, se consiga empregar aquelas pessoas? Além de criar o posto é preciso que exista a mão-de-obra adequada para preencher aquela vaga. Portanto, é preciso que o país disponha de um sistema de treinamento, de preparação, de formação, de qualificação de mão-de-obra adequada, para que os postos que forem criados sejam ocupados produtivamente. Muitas vezes, surge uma vaga na empresa, mas a mão-de-obra do quadro não está adequadamente preparada para o preenchimento daquele lugar, originando-se, daí, baixo rendimento e fraca produtividade. Como, por enquanto, no Brasil, existe muito pouca relação entre produtividade e remuneração, muitas vezes pode se estar pagando muito a um indivíduo que está produzindo pouco.

A outra linha de atuação governamental será dirigida em termos de colocação propriamente dita, ou seja, de desenvolvimento de um forte e novo sistema de orientação do mercado de trabalho.

A tendência é criar-se um sistema bastante desenvolvido, pelo menos nos grandes centros urbanos, que seja capaz de orientar a mão-de-obra para os postos de trabalho, ou, na hipótese de não existir mão-de-obra para os postos de trabalho disponíveis, orientá-la, através de um sistema de treinamento, para o exercício das ocupações disponíveis no mercado de trabalho. Há um projeto específico do Plano Nacional, chamado "Sistema Nacional de Emprego", que é a criação de uma rede de agências em todo o país, destinadas a executar este tipo de trabalho. Certamente, não será fácil implantar esta rede, que exigirá um esforço muito grande de preparação dos recursos humanos, pois não temos pessoal preparado para esse tipo de função, e será necessário que o Ministério do Trabalho tenha uma estrutura adequada a esta função, que já vem

sendo executada pelas chamadas "Agências de Colocação" do Ministério do Trabalho, só que em dimensões muitíssimo modestas, sem a menos influência no comportamento do mercado de trabalho. Espera-se que o novo sistema chegue a ter condições de influir decisivamente sobre, pelo menos, a transferência do mercado, no sentido de que todo trabalhador que busque emprego seja informado do tipo de emprego que está disponível, e todo empregador que procure mão-de-obra saiba onde encontrá-la no mercado.

Uma outra linha de atuação governamental, com vistas à melhoria da distribuição de renda, é chamada "Política de Valorização de Recursos Humanos". Esta engloba todos os aspectos relacionados com a educação e o treinamento de mão-de-obra, saúde, habitação e outras facilidades, no sentido de promover o bem-estar social. Seria certamente alongar o tema, tentar abordar aspectos relacionados com a política de saúde e habitação. Outro instrumento que, por ser novo, é muito pouco acreditado, poderá transformar-se, nos próximos anos, em fortíssimo meio de redistribuição de renda: é o PIS (Programa de Integração Social), cujo ritmo de crescimento da arrecadação é tão acelerado que, em 1974, por exemplo, cada trabalhador inscrito teve em seu nome um depósito da ordem de setecentos cruzeiros. É pouco, mas se este ritmo de crescimento continuar, daqui a 10 anos cada trabalhador poderá ter à sua disposição uma poupança forçada, digamos assim, bastante grande e capaz de auxiliar no sentido da redistribuição de renda.

O sistema educacional

Finalmente, não se pode deixar de lado o papel do sistema educacional, face aos problemas do desenvolvimento econômico e social, sobretudo numa ocasião como esta, tendo em vista os objetivos que temos em mente.

Muita coisa já se disse sobre a relação entre educação e nível do desenvolvimento econômico do país. Não será certamente útil repetir os argumentos que levam à identificação desta relação. Apenas gostaria que ficasse claro quando não se sabe, até hoje, se a educação é causa ou efeito do desenvolvimento econômico. É evidente que existe uma relação circular: mais desenvolvimento, mais educação; mais educação, mais desenvolvimento, e assim por diante. Dado este processo circular, é visível o efeito do desenvolvimento social no sistema educacional. Não seria possível, em qualquer país, ignorar a necessidade de um sistema educacional adequado para o atendimento da população. O que é um sistema educacional adequado é que constitui o problema. Ele deve servir, de um lado, às aspirações sociais, crescentes da população. Por

exemplo: todo o pai que fez o primário quer que o filho faça o ginásio, e todo o pai que conseguiu o ginásio quer que seu filho seja pelo menos um engenheiro. Este efeito acumulativo das aspirações sociais pela educação é qualquer coisa de extraordinário e de irreprimível. De outro lado, o sistema deve atender às necessidades do país no sentido de proporcionar à sociedade e, principalmente, à economia, o tipo de recursos humanos de que esta necessita. Conciliar essas duas coisas é uma mágica ou, pelo menos, uma ginástica de difícil execução, sobretudo numa sociedade democrática, numa economia aberta, numa economia de mercado onde realmente não se pode dispor dos recursos das economias totalmente planificadas, se bem que, mesmo estas, não resolveram totalmente o problema.

Diante de todas essas questões sobre o tipo e o sistema de educação que se deseja para o país, o Governo atenta principalmente para o problema do analfabetismo não totalmente erradicado. Estamos conscientes de que o esforço da alfabetização de adultos terá que continuar ainda por muitos anos no Brasil, porque ainda não se conseguiu, e levará algum tempo para que se consiga, estancar a fonte de crescimento do analfabetismo. É óbvio que enquanto não se conseguir oferecer a educação primária para todas as crianças na faixa etária adequada, haverá sempre analfabetismo no Brasil.

Portanto, a batalha da alfabetização continua. Os recursos destinados a este programa, especificamente ao MOBRAI, mas também a outras iniciativas que trabalham para a educação de adultos, são substanciais. Espera-se que no próximo quinquênio, isto é, até 1980, se tenha reduzido a taxa de analfabetismo na faixa dos 15 aos 35 anos, para qualquer coisa em torno de 10%. É bom dizer que uma taxa de analfabetismo em torno de 5% é normal em qualquer país do mundo. Portanto, a extinção total não será perseguida no sentido que se pensa.

O ensino de 1º grau é que constitui realmente a tônica e o ponto forte no programa de desenvolvimento do sistema educacional do país. Pretende o país oferecer educação universal de 8 (oito) anos, ou seja, oito anos de escolaridade obrigatória e gratuita para todos. Atingir esta meta será extremamente difícil. Entretanto, o que se pretende, e já está sendo executado no Congresso e uma das estratégias será a de desenvolver gradativamente o sistema de ensino de 1º grau, de maneira a corrigir, de um lado, as suas deficiências quantitativas ou de atendimento e, de outro lado, as deficiências qualitativas, ou seja, relativas à produtividade, à eficiência do sistema atual. O problema quantitativo é sério porque a deficiência em números do sistema de ensino primário, para usar a nomenclatura antiga, está quase que to

talmente localizada no meio rural. Se as estatísticas dizem que nas grandes cidades, no meio urbano, as quatro primeiras séries, no atual ensino do primeiro grau, já atingiram uma taxa de escolarização bastante boa, em torno de noventa por cento, no meio rural esta taxa cai a 45%.

Expandir a rede escolar e dotá-la de professores adequadamente formados, não é tarefa fácil, devido à dispersão e à falta de recursos humanos no meio rural. Mas a preocupação em matéria educacional para os próximos cinco anos, em relação ao ciclo do primeiro grau está nitidamente dividida em duas faixas de atuação: uma para o meio rural, onde se buscará oferecer, pelo menos, as quatro séries do primário, porque nem isso se oferece hoje (além do meio rural apresentar uma taxa de escolarização de apenas 45%, a escolaridade máxima é de 3 anos e a média de apenas 2 anos); a outra estratégia está voltada para o meio urbano.

Aí vai-se buscar o desenvolvimento das quatro últimas séries, ou seja, do antigo ginásio, que sempre constituiu, nas cidades, o grande ponto de estrangulamento. A eliminação do exame de admissão ao ginásio, na verdade, para uma parcela considerável do país, existe somente no papel, exatamente porque há escassez de vagas. Quanto ao ciclo de 2º grau, a ênfase do Plano não é, por enquanto, no aspecto quantitativo. Na verdade, o 2º grau tem crescido a uma taxa perfeitamente satisfatória e embora o crescimento do ginásio seja baixo, não há necessidade de desenvolver quantitativamente o ensino do 2º grau.

Mas há o problema de conteúdo neste grau de ensino. Recentemente, o Sr. Ministro da Educação solicitou ao Conselho Federal de Educação que reestudasse o conceito de profissionalização no ensino do 2º grau. Essencialmente, a preocupação dos órgãos executivos do Ministério se resume, no 2º grau, em oferecer uma educação "profissional" ou "ocupacional". A diferença entre as duas é que a última prepara o indivíduo para o exercício de uma ocupação específica como "apertar o parafuso da esquerda para direita". A primeira (educação profissional) "prepara o indivíduo para obter habilitação ao exercício de uma profissão", dotando o indivíduo de um conhecimento científico e técnico suficiente para que, indo diretamente para o mercado de trabalho, ele possa, rapidamente, adquirir habilitação ocupacional, através do sistema de treinamento oferecido pela própria empresa. Tudo indica que o próprio empregador está interessado nesse tipo de mão-de-obra, no indivíduo que tem uma formação científico-técnica passível de ser utilizada pelo empregador para o exercício da ocupação que ele tem disponível. A questão, portanto, está se colocando nestes termos: que tipo de educação profissionalizante é a melhor, a mais adequada e a que se deve pretender?

O ensino superior

Quanto ao ensino superior, os objetivos mais claros nos planos desta área novamente não estão relacionados com a situação quantitativa, embora o plano reconheça que o ensino superior vai ter que continuar crescendo, salvo se o Governo estiver disposto a frustrar as aspirações sociais, a correr risco político e até mesmo a ser taxado de injusto e de antiético. Nós temos, hoje, no sistema de ensino superior do Brasil, cerca de um milhão e cem mil alunos. Espera-se que, numa projeção relativamente pessimista, em 1979, o sistema esteja em torno de 1.700.000 ou 1.800.000 alunos. Portanto, um aumento de quase 60% em cinco anos. A previsão é pessimista já que implica no amortecimento da taxa de crescimento. Mais do que uma esperança, existe a intenção clara do Governo de desacelerar o crescimento do sistema do Ensino Superior. O tipo e o estilo da expansão que se pretende para o ensino superior precisam mudar. Pelo menos, desde 1970, o setor cresceu à taxa de 20%, à custa do aumento de estabelecimentos isolados de Ensino Superior. Hoje, cerca de 60% dos estudantes do Ensino Superior do Brasil estão matriculados nos estabelecimentos isolados e não em Universidades.

Esse estilo de crescimento não é desejável, do ponto de vista qualitativo. Desde 1968, através da Reforma Universitária, o Governo disse que o Ensino Superior deve ser universitário, e apenas excepcionalmente deve ser oferecido em estabelecimentos isolados. É óbvio que a possibilidade de oferecer ensino de boa qualidade numa Universidade é muito maior do que em estabelecimento isolado. Este é mais caro, porque não se obtêm economias de escala, não se obtêm economias externas. Ele surge, geralmente, no interior do país, nas pequenas cidades, onde as facilidades disponíveis na comunidade são muito limitadas, e o sistema tem poucas condições de absorver e utilizar os membros daquela. Eu poderia estender a lista o bastante para demonstrar que não é desejável que continue aumentando o número de estabelecimentos isolados. O crescimento que se pretende daqui para a frente será, sobretudo, concentrado nas Universidades e nos grandes estabelecimentos isolados que apresentam potencial para rapidamente se transformarem em agregados maiores. A idéia das federações de escolas isoladas, lançada pela Lei da Reforma Universitária, talvez não seja muito feliz, mas é uma forma de se levar estabelecimentos isolados a uma congregação que pode resultar, como a experiência já mostrou, na criação de uma Universidade. Ah! Mas então substitui-se a rede imensa de estabelecimentos isolados por uma rede de Universidades? Pessoalmente, sou a favor da rede última. Prefiro que o Brasil seja superdotado de Universidades do que de estabelecimentos isolados, cujo número, hoje, é de 741 no País. Por -

tanto, ao invés de deixar essa rede permanecer como está, tal vez o melhor caminho seja tentar racionalizá-la. É evidente que não se pretende transformar todo estabelecimento isolado hoje existente em uma Universidade. As Universidades terão que surgir a partir da aglutinação, aglomeração de estabelecimentos isolados. Os que não quiserem se aglutinar ficarão isolados, mas as Universidades crescerão.

O mercado de trabalho

A adequação do sistema de ensino superior ao mercado de trabalho é uma preocupação constante e não será buscada a través da limitação das possibilidades da universidade, mas estimulando-a a preparar-se para atender às necessidades do mercado de trabalho. Afinal, tratando-se de um país que pretende tornar-se desenvolvido até 1980, há necessidade de intelectuais, de artistas, de pensadores, de filósofos, de ... hippies e de outras coisas. Porém, a Universidade não precisa estar exclusivamente atada ao mercado de trabalho. A orientação imprimida será, principalmente, a de fazer com que a Universidade fique atenta aos rumos e aos estímulos do desenvolvimento econômico brasileiro.

É importante fazer uma análise prévia das oportunidades que surgirão no mercado de trabalho. Por exemplo, quando se anuncia nos jornais que vai ser instalado um pólo siderúrgico no Maranhão, a Universidade Federal daquele Estado deve adequar-se para a realidade que se vai apresentar, partindo da premissa de que as Universidades não podem ignorar os fatos que ocorrem em suas regiões. Entretanto, daí a dizer que a Universidade deve procurar as indústrias e perguntar quantos engenheiros mecânicos ou quantos apertadores de parafuso elas vão precisar, há uma diferença muito grande. Não é possível nem desejável um tipo de estimativa que desça a níveis de previsão tão específicos. É possível, isso sim, traçar um perfil da indústria que está sendo implantada, perfilar este que nos dê números relativos e não absolutos. No seu processo de expansão, a Universidade necessita conhecer os rumos do desenvolvimento, sem ter sua especificação precisa em números absolutos. Se ela estiver atenta a esses rumos, com certeza será bem sucedida em sua política de geração, no sistema de ensino e no sistema de formação profissional adequados às necessidades do mercado de trabalho.

Para encerrar, parece-me que a adequação do mercado de trabalho deva ser uma das mais importantes preocupações dos organizadores deste Seminário, como ficou visto, ao incluir este tipo de palestra neste encontro.

As Ciências Domésticas

Não me atrevera a sugerir qualquer coisa em relação ao mercado de trabalho para a área específica das Ciências Domésticas, porque não conheço bem a profissão. Tenho dúvidas de ordem pessoal quanto à divisão de responsabilidades e atribuições entre este tipo de profissional e algumas outros profissionais existentes no mercado de trabalho. Creio, no entanto, que isso poderia emergir de alguns dos aspectos que mencionei há pouco sobre as perspectivas do desenvolvimento nacional brasileiro. Nesse documento, e algumas linhas, palavras ou fontes podem ser objeto de reflexão e de análise por este grupo profissional. Particularmente, lembraria que deverá haver, necessariamente, uma disciplina relativa ao crescimento urbano brasileiro. O II Plano Nacional do Desenvolvimento tem um capítulo dedicado exclusivamente ao desenvolvimento urbano. É um documento sintético, que se destina à análise do Congresso Nacional, e mesmo não contendo toda a estratégia de atuação do Plano, apresenta uma política definida em relação ao processo de crescimento urbano. Outro aspecto interessante, que corresponde a uma dúvida que tenho, é o seguinte: por que o economista doméstico está tão preocupado com o meio rural? É apenas porque sua profissão nasceu junto às escolas de agronomia ou esta preocupação é uma reação natural do profissional e está relacionado com as diversas formas de atuação que o Governo deverá adotar com vistas a uma possível melhoria na distribuição de renda do País? Aqui, o que me preocupa é o subdesenvolvimento social e educacional dos indivíduos e das famílias que venham a ser beneficiados por esse processo de redistribuição da renda.

Para ser muito cru, o que acontece quando um João da Silva qualquer ganha na loteria esportiva? E o problema da apropriação da renda, do uso da renda disponível, supondo que fosse possível o Governo baixar um decreto multiplicando por 100 o salário mínimo? Não sei o que aconteceria. Porque o consumidor de baixa renda não sabe o que consumir, nem como consumir. É verdade que, se criarmos um programa maciço de educação do consumidor destinado à faixa da população nitidamente urbana e de baixíssima renda, os efeitos serão até lucrativos, porque não sei se a estrutura de oferta do sistema econômico produtivo estaria em condições de arcar repentinamente com uma mudança drástica no perfil de demanda do consumo atual no Brasil. Enfim, estas questões estão relacionadas com o processo e o estilo de crescimento urbano, com a estrutura social e de renda existentes nas grandes cidades, uma vez que o problema é menor nas pequenas cidades, que estão na faixa de 100 a 500 mil habitantes.

Esta faixa talvez siga o processo violento iniciado nas grandes cidades, a menos que o Governo tenha êxito em

sua estratégia de desconcentrar e dispersar o crescimento. Em vez de continuar aumentando a grande São Paulo, preocupamo-nos em crescer mais para dentro do Estado de São Paulo. Enfim, há toda uma intenção declarada. Existe um Plano, com mapas complicadíssimos de serem interpretados, procurando mostrar como seria possível orientar este processo de crescimento urbano de maneira desconcentrada. A população urbana brasileira vai continuar crescendo em uma taxa bastante alta, quase o dobro da do crescimento médio da população. Mas, é preciso que este crescimento se desdobre a partir das novas regiões metropolitanas brasileiras, um pouco mais para a frente, para os atuais pequenos mundos urbanos que têm condições de crescer e receber uma grande massa de população.

Ressaltei, especificamente, o desenvolvimento urbano, porque me parece que a sua política poderá ter reflexos em segmentos da população em que as carências estão relacionadas com áreas de atuação das Ciências Domésticas. Quando se fala na estratégia do desenvolvimento social, há uma ênfase na reorientação da política habitacional, na direção de programas para as populações de mais baixos níveis de renda e na melhoria dos serviços urbanos básicos para todas as camadas da população, com vistas à elevação da qualidade de vida nas cidades (Projeto do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND - 1975-1979).

Há, portanto, conforme vem sendo manifestado pelo atual Governo, desde que se empossou, uma preocupação no sentido de dotar de habitação adequada e de todos os serviços urbanos básicos as camadas de mais baixa renda da população, no sentido de uma melhor qualidade de vida.

Há exemplos de núcleos residenciais, construídos através do sistema financeiro de habitação e destinados à classe de baixa renda que não estão funcionando adequadamente. Quer dizer, o tipo de habitação planejada não é adequada àquela população. A localização é uma preocupação secundária ou até terciária: "Já que a habitação é destinada à população pobre, vamos colocar esses núcleos em um bairro qualquer". O bairro não está dotado da infra-estrutura e do aparelhamento urbano indispensável. Jamais, apesar da lei dizer isso houve uma preocupação com as coisas essenciais, como uma Escola Primária para as crianças que vão residir naquele núcleo.

Inúmeros outros problemas relacionados com o que costumamos chamar de qualidade de vida não são adequadamente tratados quando se planeja a construção de um núcleo residencial destinado à população de baixa renda. Não há mesmo uma preparação psicológica e educacional para os futuros habitantes desses núcleos residenciais.

Tem sido freqüente verificar que núcleos residenciais desse tipo estão sendo destruídos sistematicamente pela própria população que, não sabendo utilizar adequadamente as unidades residenciais que recebem, destroem as mesmas.

Existe outra preocupação do Plano, desta vez em relação à chamada "política de defesa do consumidor", assim explicada: " a produção industrial e de outros setores deve ter preocupação nítida com o bem estar do consumidor".

Aqui eu perguntaria se não há um campo enorme de atuação para o economista doméstico, através da orientação que este profissional pode dar ao sistema produtivo. Quem é que diz a um fabricante de qualquer coisa neste País o tipo de produto que ele deve lançar no mercado para atender a determinadas classes sociais? O liquidificador que se vende no mercado é o mesmo para a família rica e para a família pobre. Os intrusmentos, os utensílios domésticos oferecidos no mercado são exatamente os mesmos para qualquer classe social. Há uma série de produtos, inclusive produtos alimentares, que são oferecidos nas mesmas condições, com os mesmos padrões de tratamento industrial, para todas as classes sociais, e assim por diante.

Tenho a impressão de que o único profissional que tem condições de contribuir para orientar o sistema produtivo quanto ao tipo de mercadoria que deve ser lançada no mercado, por enquanto, é o ECONOMISTA DOMÉSTICO, a despeito da existência de profissionais in designer e outros, que embora contribuam para melhorar a apresentação do produto, pouco o poderiam fazer com relação à funcionalidade e ao emprego adequado do mesmo.

Além desse campo, há toda a política de desenvolvimento urbano, que não vou ler porque são muitos os pontos onde encontro inter-relações com possíveis áreas de atuação das Ciências Domésticas.

(*) É bem verdade que, na elaboração do II PND, não houve preocupação em destacar os campos onde eventualmente os profissionais de Ciências Domésticas poderiam atuar, mas acho que não apenas Ciências Domésticas, mas todas as áreas profissionais, devem procurar identificar onde podem atuar .

(*) Respostas do conferencista a perguntas formuladas pelos participantes do painel de reação à conferência. (As perguntas não aparecem inseridas no texto, e sim em anexo, objetivando melhor organização editorial).

A leitura do Plano deve ser feita inteligentemente, no sentido de identificar as áreas onde, provavelmente, a ação governamental irá propiciar o surgimento de campos de trabalho para qualquer tipo de profissional.

A preocupação quanto à educação do pré-escolar é absolutamente válida. Pela primeira vez, num plano global de Governo, existe um projeto específico de desenvolvimento da educação pré-escolar. Isto não está contido no II PND, mas sim no Plano Setorial de Educação. O II PND é um documento global, que define apenas as estratégias dos grandes objetivos da política de desenvolvimento econômico e social. Além dessa documentação, existem os vários planos setoriais. No Plano Setorial de Educação é que aparece o projeto prioritário de desenvolvimento da educação pré-escolar.

Este é um tema extremamente interessante, desafiador, complexo e que poderia gerar uma conferência sobre o assunto. Eu diria, primeiro, que o fato de o Governo não ter lançado até hoje um programa específico nessa área decorre de uma série de circunstâncias, mas a principal delas talvez tenha sido o excesso de realismo do Governo, que pergunta: se não temos ainda condições de oferecer ensino primário, este sim obrigatório, por que vamos desviar recursos para a educação pré-escolar? É verdade que se o país tivesse iniciado antes, muito antes, o desenvolvimento da educação pré-escolar, talvez não estivéssemos enfrentando hoje as dificuldades que temos no ensino primário. Por exemplo: um dos grandes problemas, talvez até o maior do ensino primário atual, é o engarrafamento, o estrangulamento do sistema na 1.ª série. De todas as matrículas na educação primária brasileira, 40% estão na primeira série. É fácil verificar que os alunos permanecem na 1.ª série durante 3 ou 4 anos. Por que permanecem?

Vamos encontrar, desde logo, no ensino primário rural uma resposta: a criança fica na 1.ª série porque a escola não oferece 2.ª série. Deixando à parte o problema rural, vamos nos concentrar no aspecto tipicamente urbano, onde a resposta para o estrangulamento na 1.ª série é a célebre repetência, que poderia ser convenientemente evitada se a criança tivesse recebido educação pré-escolar.

Um outro aspecto relacionado é a incapacidade para ser promovido, para passar da 1.ª para a 2.ª série, por deficiências de ordem biológica, causada pela desnutrição. A criança de origem humilde, que não recebeu (a própria mãe já não tinha recebido) nutrição e alimentação adequadas, não poderá ter um desenvolvimento psíquico-intelectual que lhe permita absorver facilmente a educação na 1.ª série e, portanto, passar para a 2.ª série. A relação desnutrição ou má nutrição e falta de produtividade no ensino primário é nítida, havendo mesmo, inúmeras pesquisas no Brasil demonstrando um

alto grau dessa correlação nas regiões mais pobres do País.

O que o Governo pretende, no II Plano Nacional de Desenvolvimento, com relação à educação pré-escolar, é começar a atacar o problema onde parece que existem melhores condições para fazê-lo, ou seja, essencialmente no meio urbano. A idéia é utilizar o aparelho escolar disponível no meio urbano, que é muito melhor e mais eficiente do que no meio rural, para iniciar um programa de desenvolvimento do ensino pré-primário público.

O ensino pré-primário existente no Brasil é relativamente pequeno, (cerca de 500 mil crianças matriculadas) e quase totalmente privado. A estratégia do Governo sobre o assunto é executar ou estimular uma série de subprojetos específicos, numa tentativa de desenvolver ensino pré-primário gratuito nos centros urbanos.

A preparação do Economista Doméstico

Quanto ao papel que estaria reservado ao economista doméstico nesta estratégia de desenvolvimento, tenho a impressão de que já identifiquei algumas áreas que estariam estreitamente relacionadas com a política geral de desenvolvimento do Governo.

Quanto à preparação que deveria ter o economista doméstico, sou de opinião de que está faltando um pouco mais de formação em Ciências Sociais, apesar de ter-me aprofundado pouco no excelente trabalho sobre a composição atual dos currículos. Acho que, dentro dos reflexos da política governamental que acabei de mencionar, o papel que estaria reservado ao economista doméstico seria localizado principalmente na área das Ciências Sociais.

Por outro lado, este tipo de profissional está destinado, obviamente, a ter uma atuação muito grande no sistema educacional, sobretudo nas quatro últimas séries do ensino do 1º grau. Ora, se é assim, é preciso reforçar um pouco mais a formação pedagógica do economista doméstico.

Lanço, agora, uma pergunta: não seria o caso de se promoverem diferentes habilitações na área das Ciências Domésticas? Não creio que se possa preparar com a mesma eficiência uma boa professora de economia doméstica para o ensino do 1º grau e uma boa economista doméstica para atuar no campo profissional específico, ou seja, um cientista social doméstico, no mesmo curso, com o mesmo currículo. Talvez fosse o caso de se cogitar da divisão do curso em habilitações.

Quanto ao nome Ciências Domésticas, realmente, não tenho nenhuma nova sugestão a fazer. Acho melhor ficar com este mesmo. Mas, tudo depende de que esse Seminário conclua quanto ao tipo de formação a ser dada, ou seja, essencialmente, quanto ao currículo. Se vai haver um, dois ou três currículos, se se vão oferecer habilitações ou não. Enfim, da decisão sobre o conteúdo curricular e sua programação talvez surja alguma idéia sobre possíveis mudanças de nome, talvez reservando o título de economista doméstico para uma das habilitações e criando outros títulos para outras habilitações.

Quanto à pós-graduação, acho que o profissional em Ciências Domésticas deveria buscar conhecimento em outras áreas específicas, tais como: Economia, Sociologia, Psicologia; enfim, em outros campos que lhe permitissem aprofundar conhecimentos de uma determinada área de atuação das Ciências Domésticas. As Ciências Domésticas, na realidade, são cadinhos onde se fundem praticamente todas as Ciências Sociais. Acho, então, tremendamente difícil promover cursos de pós-graduação no sentido estrito, quer dizer, um curso conduzindo a Mestrado ou a Doutorado, que atenda igualmente a todos os setores de conhecimentos que estão envolvidos na formação básica do economista doméstico. A pós-graduação é, por definição, pelo menos em termos brasileiros, uma alta especialização. Não pode haver um curso de pós-graduação geral, em tudo. O conceito mesmo, tal como ele está se firmando no Brasil, exige que a pós-graduação se faça em um determinado setor de conhecimentos. Mesmo nas áreas tradicionais, como a Economia, por exemplo, exige-se da pós-graduação que nos ofereça as chamadas áreas de concentração, tais como Engenharia Agrícola, Economia Industrial, Economia de Empresa ou Planejamento Governamental. Enfim, sempre se busca um certo tipo de especialização na pós-graduação.

Como já existem alguns profissionais da área pós-graduadas em nível de doutorado, no Brasil ou no exterior, o ideal seria que se conseguisse unir esses profissionais pós-graduados com profissionais de outras áreas, principalmente das Ciências Sociais, para, juntos, tentarem compor um curso de pós-graduação. Seria, talvez, um caminho a ser seguido.

Quanto às áreas específicas de Ciências Domésticas .. (Administração do Lar, Vestuário e Têxteis, Nutrição, Habitação, Desenvolvimento da Criança), à medida que existem profissionais com cursos de pós-graduação obtido no exterior ou com suficiente qualificação acadêmica, não há inconveniente que se ministre um curso de pós-graduação, por exemplo, em Vestuário e Têxteis, como uma área de concentração. O indispensável é que existam profissionais nesta área com a qualificação acadêmica, pois apenas a experiência profissional não é suficiente.

PAINEL DE REAÇÃO À PALESTRA DO DR. EDSON MACHADO DE SOUZA

Maria Stella Ribeiro Amaral

Na minha opinião, um programa de educação da família teria que fazer parte explicitamente de um plano de desenvolvimento para um país subdesenvolvido como o Brasil, concomitantemente com os demais programas, como o de saúde, educação, nutrição, etc. E esse programa de elevação do nível de conhecimento da família não existe, pelo menos não está claramente descrito, no II PND.

Iracema de Sá

Não há maneiras de atrair o profissional, de modo geral . Possivelmente, no plano do Governo, haverá essa preocupação, não expressa claramente em relação a Ciências Domésticas, mas a ausência de especificação talvez seja até promissora, porque falar da profissão de Ciências Domésticas no Brasil, onde ela é pouco conhecida, não faria muito sentido.

Maria Stella Ribeiro Amaral

Senti falta de ênfase na atuação do profissional que vai atingir a família e a comunidade. Gostaria de ter sentido o interesse, por parte do Governo, de levar conhecimento ao povo.

Ceres Maria Bonatto

Não concordo com a professora Stella, porque acho que o Governo, no seu plano quinquenal, não podia fazer uma colocação minuciosa. Percebo, porém, que deixou em aberto uma colocação ampla na área de desenvolvimento social, visando a preparação de mão-de-obra, saúde, educação, etc. Seria este um campo para os profissionais. Não haveria necessidade de especificar quem deveria atuar nessa área, se o psicólogo, se o sociólogo, ou outro . Cabe a nós descobrir onde e como atuar.

Iracema de Sá

Em primeiro lugar, gostaríamos de cumprimentar o Dr. Edson pela brilhante conferência e, especialmente, pela maneira clara, objetiva e sucinta com que abordou a problemática nacional.

Permita-nos, entretanto, tecer considerações sobre alguns aspectos abordados e formular algumas perguntas.

Considerando

a) que nas linhas de ação do Governo o homem brasileiro aparece como objeto supremo de todo o planejamento nacional, sem distinção de classe, raça ou religião, onde quer que viva ou trabalhe;

b) que o objetivo geral da educação é preparar o homem para, através do uso responsável da liberdade, tornar-se agente eficaz da promoção de sua comunidade;

c) que à luz de tudo o que se sabe hoje sobre desenvolvimento humano, o ensino pré-primário assume importância dramática em sociedades jovens como a brasileira;

d) que a educação pré-escolar é vital como fundamento para o processamento do desenvolvimento posterior;

e) que Piaget demonstrou a natureza essencial do processo de desenvolvimento cognitivo dependendo dos estímulos nos primeiros anos de vida;

f) que Bloom provou que 50% da capacitação intelectual do ser humano são atingidos nos primeiros 4 anos de vida;

g) que a maioria dos pais, quer pela realidade crescente da emancipação da mulher, quer pela própria educação recebida, pode não reconhecer completamente a importância e a relevância da educação infantil;

h) que nos países desenvolvidos a educação compulsória se inicia 2 a 3 anos mais cedo do que nos países não desenvolvidos;

i) que a utilização de fatores econômicos pelo homem depende da capacitação pessoal e do desenvolvimento intelectual desse mesmo homem;

j) que devemos estabelecer uma consciência responsável no tocante às necessidades brasileiras;

l) que modernização não é a substituição do homem pela máquina e sim a preparação desse homem;

m) que com a modernização teremos que enfrentar problemas de transferência de responsabilidades de um para outros setores;

n) que a orientação da mão-de-obra e a formação e valorização dos recursos humanos são prioritárias;

o) que não há, propriamente, limitação do mercado de trabalho e sim uma expansão do mesmo;

p) que é vital a participação da família, como unidade básica de desenvolvimento, na utilização dos recursos governamentais, e

q) que as estatísticas evidenciam o grave problema da inadequação da capacitação dos alunos do primeiro ano, causada pela falta de preparação adequada do candidato ao primeiro ano escolar,

à luz de toda essa evidência, colocam-se as perguntas:

1) O que planeja o Governo fazer para solucionar o problema da falta de preparo adequado da criança pré-escolar?

2) Como poderia ser analisada a contribuição efetiva do economista doméstico nos estudos, nas pesquisas e, até certo ponto, na orientação da educação pré-escolar da criança brasileira?

3) Até que ponto poderá o economista doméstico preparar-se eficientemente para oferecer a sua parcela de colaboração ao desenvolvimento nacional?

Inter-relação de fatores que afetar e o processo de desenvolvimento d

Vou começar chamando a atenção para o fato de que não posso deixar de estar envolvido pelo clima da reunião de que participei na parte da manhã. Ao dizer que os cientistas sociais são muito complicados e não se interessam pelo desenvolvimento, o conferencista anterior deixou-me num dilema. De fato, os cientistas sociais - e no caso certamente deve ter excluído o economista - são complicados, porque talvez não se interessem por apenas um determinado tipo de desenvolvimento.

Minha palestra vai vincular-se exatamente ao que foi dito aqui de manhã. Ouvimos como o Governo vê o processo de desenvolvimento do Brasil e como pretende encaminhá-lo. Nesse sentido, realmente, os cientistas sociais, mais do que complicados, podem ser incômodos, porque, por suas perspectivas, podem chamar a atenção para aspectos que não estarão necessariamente incluídos nos planos do Governo. A palestra da manhã foi nitidamente uma declaração de como o Governo pensa colocar os recursos de que dispõe, seja em termos financeiros, seja em termos humanos. Se esta colocação satisfaz ou não satisfaz, se é adequada ou não, se atinge ou não as necessidades sentidas, são coisas que se podem discutir. Geralmente o cientista social complica as coisas, porque as discute. O cientista social é complicado principalmente quando aborda um tema como o que foi exposto hoje aqui; um tema que enfoca um assunto dos mais difíceis, uma realidade que é para nós a mais natural de todas: a família. Todos sabemos o que é a família, porque todos nascemos numa família e, de certo modo, adquirimos uma idéia do que ela seja. Podemos, assim, confirmar a tese de que o cientista social é complicado, porque está entrando numa área que todos entendem e ele vai afirmar que a gente não entende do que se está falando.

Na segunda parte de um livro mencionado aqui^{1/} há uma bibliografia-crítica a respeito da família no Brasil, e o que os surpreendeu foi exatamente verificar que não se sabia do que se estava tratando. Estuda-se a família sem se saber exatamente o que é família. Vou procurar ser breve em minha apresentação para dar oportunidade a diálogo. Vou chamar a atenção dos ouvintes para alguns pontos de contato entre a família e aquilo que vocês expressam, que são as Ciências Domésticas. Tentaremos trazer como o sociólogo vê a problemática colocada esta manhã, pois de certo modo estaremos discutindo coisas similares; talvez estejamos discutindo até problemas idênticos.

^{1/} Medina, Carlos Alberto de - "Família e Mudança", Editora Vozes, Petrópolis 1974.

família 'aís

*Dr. Alberto de Medina,
Diretor do Centro
Latino-Americano de Pesquisas
em Ciências Sociais.*



por Carlos Alberto de Medina

Um dos pontos mencionados relaciona-se com a questão de necessidades. Falou-se muito em atender às necessidades, em se buscar corresponder àquilo que se julga necessário. E não há a menor dúvida de que há necessidade de alguém, de um profissional, de alguma coisa feita no sentido de orientar o que nós chamamos "a família". Entretanto, a necessidade pode existir e não existir necessariamente o profissional a ela correspondente. Assim, a pergunta que podemos fazer é: por que não há correspondência? Uma resposta possível talvez fosse a de que todos nós achamos que entendemos e sabemos viver em família, que sabemos funcionar em família e que, no fundo, "a família vai muito bem obrigado". É nesta perspectiva que procurarei apresentar minhas idéias sobre o tema que me foi dado: "A inter-relação de fatores que afetam a família e o processo de desenvolvimento do Brasil".

Não há a menor dúvida de que esta manhã tivemos uma apresentação extremamente clara e objetiva de uma série de fatores que afetam a família no Brasil. Neles pode até ser incluído o próprio desenvolvimento, pois o desenvolvimento expressa um processo de transformação de uma sociedade estática de bases industriais. Diante, porém, da quantidade de elementos que posso apresentar antes de entrar no mérito do tema, talvez convenha chamar a atenção para o sentido do que vou falar. Evidentemente, vou apresentar uma série de aspectos visando a preparar uma unidade de trabalho. Cada conferencista deve tocar em pontos que se juntam, que se congregam, para que na discussão em grupo haja um rendimento mais proveitoso, principalmente diante do quadro quase apocalíptico que a Diva nos apresentou: "esta é a hora decisiva". Então, é bom que estejamos unidos para evitar que a hora seja decisiva no sentido negativo do termo.

Um dos pontos para o qual gostaria de chamar a atenção inicialmente é o de que a profissão de economista doméstico nos Estados Unidos, segundo dados que colhi, foi criada em 1889. Já em 1908 ou 1909 fundava-se a "American Home Economics Association",

com a primeira revista sobre Ciências Domésticas. Em 1907, na conferência do Placid Lake, Isabel Bevier levantava um problema semelhante a um surgido implicitamente aqui, na parte da manhã. O problema era de que havia necessidade de se promover uma campanha para obter fundos do Governo para a educação em Economia Doméstica nas escolas e universidades.

Mas o fato sociológico importante que quero mostrar a vocês é o de que isso tudo não aconteceu por acaso. Estava vinculado à chamada Federação Geral de Clubes de Mulheres, "General Federation of Women Clubs", que contava nessa época, 1907, com 800 mil sócias. Quer dizer, havia uma estreita relação entre a preocupação profissional -- profissionalizante para usar o termo atual -- e um número grande de pessoas interessadas naquele tipo de problemas; havia uma vinculação direta entre o que se discutia e determinada população. Mas tal população não estava preocupada por acaso. Ela sentia determinado tipo de problemas para os quais não tinha resposta e talvez visse, no encaminhamento das Ciências Domésticas, uma possibilidade real de solucioná-los. Isso ocorreu num período histórico em que a classe média norte-americana sentia problemas para os quais, evidentemente, o tipo de conhecimentos de que vocês são portadoras parecia fazer sentido.

Tratava-se, por exemplo, de imigrantes que chegavam aos Estados Unidos e que não possuíam a menor tradição de vida naquele país, encontrando dificuldade na transmissão de conhecimentos domésticos das mães para os filhos, ou, então, de jovens que começavam a participar do mercado de trabalho em situação inteiramente diferente da tradicional, de caráter rural, onde o trabalho era feito em casa. Havia uma situação genética problematizada, ao nível da mulher. Disso resultou um tipo de associação de mulheres para atender em certa medida ao que estava ocorrendo. Prevalecia, no entanto, um tipo de sociedade em que a separação rígida, dentro da família, dos papéis masculinos e femininos exigia uma mulher mais eficiente, mais gerencial nas atividades domésticas.

O quadro que estou apresentando não é necessariamente o quadro brasileiro no qual estamos inseridos. Creio que esse é um ponto extremamente importante no tema que vocês vão debater. Os pontos mencionados mostram-nos que o conhecimento que vocês possuem vincula-se de algum modo à realidade social de então e de certo modo também ao que vamos chamar uma ideologia da família, a uma concepção de como ela deve funcionar e de como a mulher, o homem e as crianças devem desempenhar seus papéis sociais dentro do quadro familiar. Tal ideologia enfatizava, no passado, uma rígida divisão dos papéis masculinos e femininos, isto é, o quadro onde surgiu a profissão expressava uma preocupação vinculada a problemas da época, tinha o apoio de muitas pessoas interessadas em movimentar esse conhecimento, dotadas de meios para informar à população como devia ser a família. Ora, no quadro brasileiro, nunca houve tal preocupação em relação à família.

Nós vimos, na parte da manhã, todo o planejamento quinzenal do Governo, no qual profissões foram apresentadas em sua racionalidade, em sua objetividade. Falou-se de mercado, emprego, salário, indústria, capitais, bens de consumo, produção, enfim, de uma série de coisas. Todas elas resultantes de um tipo de conhecimento que independe das pessoas. E mesmo quando se falou em família, no sentido da distribuição de bens, não se considerou essa distribuição em termos familiares. Entretanto, o que se queria dizer realmente é que, no grupo familiar, mais de uma pessoa deveria trabalhar e se se tratasse de um grupo familiar constituído de dois adultos e vários dependentes, uma desses adultos que trabalhasse deveria ser a mulher.

Evidentemente a ideologia que coloca a mulher dentro da casa contrapõe-se à concepção da mencionada distribuição da renda, pois esta joga com duas pessoas trabalhando, isto é, o planejamento governamental declara o que poderíamos supor como ideal : que homem e mulher casados trabalhassem.

Um fator que não foi mencionado na apresentação da manhã, e que tem sérias repercussões familiares, é o fator inflação. Sabemos que o processo inflacionário de deterioração dos salários cria enormes dificuldades na vida familiar. Estatísticas mostram que, em época de inflação, aumenta o número de desquites.

Se a ideologia em curso está vinculada à situação econômico-financeira de convivência com a inflação e com uma concepção de distribuição de renda em que ambos os cônjuges trabalham, coloca-se nitidamente em questão a possibilidade de inserção do profissional de Ciências Domésticas na realidade atual.

No caso americano, quando a profissão surgiu, os problemas marcantes eram os seguintes:

- 1 - uma profunda transformação da realidade norte-americana, intensificada pela contínua chegada de imigrantes e pela migração interna;
- 2 - o surgimento de dificuldades na transmissão de tradições referentes ao papel da mulher no lar, de mãe para filho.
- 3 - a necessidade da entrada da jovem no mercado de trabalho para ajudar no orçamento familiar.
- 4 - a modificação da situação da mulher no lar, passando de atividades desenvolvidas em casa para atividades fora de casa.

No fundo, tínhamos uma alteração radical do papel da mulher e das atividades domésticas, inclusive diante dos novos produtos tecnológicos oferecidos ao público. Um modo tradicional de viver, com rígida segregação entre os papéis masculinos e femininos, entrava em extinção, tornando difícil a vida em família como antes.

No entanto, a ideologia familiar que enfatizava a divisão rígida dos papéis sociais masculinos e femininos, quando posta em questão pela alteração radical da maneira de ser da sociedade norte-americana, não se desgastara. As pessoas estavam cientes da problemática e no caminho de uma nova ordem; admitiam que a nova ideologia familiar deveria ser ensinada, as pessoas aprendendo a viver e a agir na nova maneira de ser família.

A ideologia familiar posta em questão era a da mulher permanentemente no lar, enquanto o marido saía para trabalhar e ganhar o sustento familiar. A nova ideologia só admitia a mulher no lar - pois já a aceitava trabalhando - caso essa mulher fosse capaz de gerenciar - como um homem, no esquema tradicional - as atividades domésticas, ou seja, uma mulher capaz e organizar o lar para que este funcionasse em benefício da vida familiar. Para aprender a gerenciá-lo, nada melhor que receber um treinamento, uma orientação, daí a idéia das Ciências Domésticas.

Tudo o que referi diz respeito aos Estados Unidos, em determinada época. Naquele mesmo ano, 1889, decretava-se no Brasil uma transformação radical da vida política, um ano após a extinção de uma realidade social anti-humana, a escravidão.

A realidade escravocrata, entretanto, não terminou com a Lei Áurea. De certo modo, ainda a temos vigente em muitos aspectos de nossa realidade, um deles exatamente o que se refere às empregadas domésticas.

Se nos Estados Unidos, naquela época, uma massa populacional aceitava a necessidade de atualizar-se nas atividades do lar, no Brasil o mesmo não ocorria, pois havia um profissional leigo para atender de modo acessível a tais problemas e necessidades.

A escravidão existente durante quatro séculos tinha deixado marcas profundas em nossa maneira de ser e de viver, tornando radical a distinção entre família e não família. Tanto assim que o próprio vocabulário era específico: "casa de família", "moça de família", como expressão de uma dicotomia rígida na população. Isso nos impede de falar de família no Brasil de modo geral, para toda a população brasileira, porque grande parte da população não sabe ainda o que é ser família, nunca aprendeu a sê-lo, porque nunca viveu em família, na concepção que nós temos do que ela seja, isto é, do que a classe média e rica do País entende por família.

Se o profissional de Economia Doméstica pôde surgir nos Estados Unidos no começo do século, é porque encontrou um contingente populacional interessado em alterar suas condições de vida nessa direção.

Tal não ocorre no Brasil e, embora se possa dizer que "as necessidades" aí estão, elas não são sentidas dessa forma. E um

dos elementos de alteração do quadro diz respeito a certas condições atuais que não ocorriam naquela época. Quero referir-me, primeiro, à mudança ocorrida no exercício doméstico do papel masculino, com o homem já aceitando sua participação na vida doméstica, e, depois, à tendência e à possibilidade do casal planejar e limitar sua prole.

Que lugar teria, então, o profissional mencionado, quem se dirigiria para essa profissão e qual seria o seu mercado de trabalho? Os três aspectos apresentam-se juntos e reforçam a precariedade em que a profissão se encontra.

O campo do profissional é ainda bem restrito. De um lado pode trabalhar em empresas que lidam com produtos para a vida no lar, de outro lado pode trabalhar junto às famílias. No primeiro caso são poucas as oportunidades porque a população já domina a tecnologia apresentada. No segundo caso também há dificuldades, porque grande parte da população não considera problemática a família, vendo o profissional como uma intromissão na vida particular de cada um.

Sem um campo definido para valorizá-la, a profissão atrai poucos candidatos. Iniciou-se no Brasil e praticamente formou profissionais para serem professores nos cursos existentes. Alguns conseguiram colocação em empresas, mas, certamente, os cursos não funcionaram como elemento de atração da população feminina. É que a mulher já dispunha de liberdade para escolher uma área profissional que expressasse, pelo menos em parte, sua liberação do mundo doméstico tradicional.

Mais do que tudo, não apareceu um mercado de trabalho que solicitasse profissionais de curso superior voltados para a vida doméstica.

Há, porém, uma ampla massa populacional efetivamente carente da atuação desse profissional. Queremos nos referir exatamente àquela parte da população brasileira que vem emergindo lentamente de uma situação de escravidão e que começa a "viver em família", como viviam as classes média e alta.

Ao nível das camadas sociais mais altas a família sempre foi considerada uma instituição "sem problemas". Nunca foi considerada uma instituição carente de apoio e quanto mais se sobe na escala social menos essa concepção ou configuração problemática aparece. Ela praticamente não existe. A realidade brasileira sempre definiu a solução dos problemas familiares como algo interno, fechado, oculto do público, procurando-se com a ajuda de familiares e amigos resolver as questões surgidas. A abertura recente deu-se no âmbito individual, com a aceitação de problemas de caráter psicológico. É nessa linha que a psicologia e a psicanálise foram aceitas pelas camadas sociais dotadas de condições financeiras para usar esse recurso social visando a atenuar ou solucionar os problemas de afetividade dos membros da família.

Isso se deu mais com os membros jovens, que apresentavam uma problemática ou criavam tensões e conflitos novos, para os quais as soluções tradicionais não se aplicavam.

Assim sendo, o processo de transformação da sociedade brasileira, o seu desenvolvimento, não alterou a divisão rígida presente na época da escravatura. Se as camadas mais altas não viam como "problemática" a situação familiar, as camadas mais baixas viam-se diante de problemas de sobrevivência sem, em termos gerais, saberem direito o que era viver "em família".

Nesse nível social ainda se está tentando solucionar problemas de salário mínimo, salário família, aposentadoria da companheira, enfim promover a criação de condições de garantia e a vinculação dessa massa populacional a uma legislação social atraente.

Em relação à área profissional que vocês representam, verifica-se um paradoxo. Aqueles para os quais a profissão foi destinada dela não necessitam porque não vêem a ocorrência de problemas que requisitem esse tipo de profissional. Aqueles que vivem os problemas não correspondem ao tipo de profissional expresso na concepção da profissão, em sua origem.

Volto a ressaltar que, quando a profissão surgiu nos Estados Unidos, já existia lá uma confederação de mulheres com 800.000 associadas, que representavam uma população interessada e preocupada com os "problemas" à sua frente. Tal organização permitia rapidez na circulação das informações, efetiva transformação das informações em ação e, mais do que tudo, um respaldo do profissional, gerado por essa mesma organização.

No Brasil, ainda vivemos uma sociedade que guarda vestígios da situação escravocrata, expressa exatamente pela ênfase no mundo doméstico restrito e fechado e pela ausência de uma solidariedade horizontal entre aqueles que vivem e sentem a problemática em que estão inseridos. Ainda acreditamos que os problemas podem ser resolvidos de cima para baixo.

O mais grave é que, embora já vivamos o processo de transformação da nossa sociedade, a inter-relação dos fatores que afetam a família, e por extensão o próprio desenvolvimento, dentro de nós ainda está arraigada a sociedade mais antiga. Ainda não admitimos a sociedade nova de que falamos, e isto mais ainda no âmbito familiar.

Portanto, se eu saio do Rio de Janeiro para lhes falar, se isso ocorre em tempo rápido, com a maior facilidade, a minha família e eu mesmo estamos aprendendo a viver essa situação de mobilidade geográfica intensa que a tecnologia nos oferece. E se essa tecnologia faz parte do processo de desenvolvimento, uma outra tecnologia, menos material, vem assumindo enorme importância no processo geral. Quero referir-me à instituição escolar.

A Irmã Olga de Sá, Diretora da Escola Superior de Ciências Domésticas e Educação Rural de Lorena (SP) participa do painel, após a conferência do Dr. Carlos A. de Medina. A sua esquerda, Tereza Alves Leite, coordenadora do Centro de Ensino e Extensão da Universidade Federal de Viçosa e Beatriz Tomazi, aluna do Curso de Graduação em Ciências Domésticas da ESALQ/USP.



Tanto Diva quanto o Dr. Edson demonstraram a importância e o significado que se está imprimindo à instituição escolar. Ocorre que ela é uma das instituições que mais tem abalado a maneira de se organizar a família. E sua influência ainda é maior na camada baixa da sociedade, que está vivendo a escola pela primeira vez. O processo de desenvolvimento atual tende a diminuir o tempo em que a criança está à disposição da orientação e supervisão familiar.

Se, de um lado, isso parece ser negativo, de outro lado vai demarcar o campo específico da instituição familiar, isto é, o das relações pessoais carregadas de afetividade em que cada um recebe sua identidade pessoal. A família passa a ser o contexto de relações pessoais entre próximos, em que cada um é reconhecido desde o nascimento como um de seus componentes.

Esse ambiente familiar, que dá identidade às pessoas, que é marcado pelo clima de envolvimento emocional que lhe é fundamental, assume um lugar importante no conjunto das relações diversificadas que cada um de nós mantém em seu dia-a-dia.

Mas se assim ocorre, perde-se de vista a área familiar que possa servir de campo para o profissional de Ciências Domésticas. Ele não penetra o mundo afetivo, marca da instituição familiar, não encontra o vazio de conhecimentos que a escola tende a preencher e perde sua razão de ser em termos de atuação direta.

Porém, cumpre não esquecer que, no caso brasileiro, há uma imensa massa populacional que está aprendendo a viver "em família". Talvez aí haja lugar adequado para tal profissional, como um componente, dentre outros, do processo de internalização do desenvolvimento na população brasileira.



CONTRIBUIÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM CIÊNCIAS DOMÉSTICAS AO DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO

Professora Dra. Linda Nelson

Quero felicita-los por este Seminário. Acredito que se devam sentir muito orgulhosos por verem reconhecida a necessidade de uma reunião profissional com os objetivos para esta propostos. Outra razão para se sentirem muito orgulhosos diz respeito à disponibilidade de dados sobre o diagnóstico da situação das Ciências Domésticas no Brasil. Isso dá uma base realista ao nosso trabalho aqui. Tive oportunidade de ler todo o diagnóstico, que bastante me impressionou. Também quero expressar-lhes a alegria e a humildade com que os acompanho. Meu primeiro contato com brasileiros interessados em Economia Doméstica data de 1963, em Miguel Pereira, e desde então tenho vindo várias vezes ao Brasil e procurado estimulá-los no sentido de que continuem contribuindo profissionalmente para o desenvolvimento deste grande País. Ontem, uma das participantes dizia esperar que desta vez o encontro fosse mais otimista. Também é este o meu desejo.

Faz um ano que não compartilhava fisicamente da vida latino-americana. Tive a satisfação de receber o convite para participar deste Seminário num momento decisivo para a profissão de Ciências Domésticas. Estou no Brasil há uma semana e, antes, visitei a Argentina a fim de melhor atualizar-me com a América Latina. Impressionou-me o grande número de referências feitas ao tempo passado, presente e futuro.

Referimo-nos ao passado quando exploramos a História, tratando de explicar como chegamos à situação atual. Fala-se do presente e das exigências amplas de assumir a realidade, ou "as realidades", porque existem muitos pontos de vista dos quais observá-la. E referimo-nos ao futuro quando vamos examinar os planos que são na verdade guias ou esboços de um futuro desejado e, às vezes, temido. Creio que devemos pensar no futuro como desejado.



Professora Dra. Linda Nelson
– Chefe do Departamento
de Ecologia Familiar –
Escola de Ecologia Humana
da Universidade Estadual
de Michigan – USA.

A Dra. Linda Nelson, partindo de uma análise profunda do histórico das Ciências Domésticas, apresenta sugestões para a ação e lança desafios para o futuro.

Vou voltar atrás nessa idéia de tempo. Primeiro, discorre rei sobre alguns acontecimentos históricos ligados às raízes da nossa profissão. Vocês ainda não têm cópia dessa palestra em português porque só a terminei ontem, embora viesse com um esboço no papel e muitas idéias, mas antes eu queria ver como andavam as coisas por aqui. Vou, então, ordenar os meus comentários com base no que tem acontecido até agora no Seminário. Em segundo lugar, gostaria de formular sugestões no tocante a algumas atitudes que poderemos tomar, começando já. Finalmente, pretendo lançar alguns desafios para o futuro. Passemos, então, ao passado.

Lerei em seguida um trecho e gostaria que advinhassem em que ano foi escrito e a que época se refere o fato narrado. "A população crescia, os agricultores com grandes famílias vinham às cidades em busca de trabalho nas fábricas, aumentavam as favelas. Os crimes, a violência, as drogas, o alcoolismo, a prostituição chegavam a ser epidêmicos. Um sistema de política corrupta formava-se sobre esses problemas sociais. A inflação crescia, havia greves e desemprego ..." (Clarke, p.156). Mais ou menos em que época teria sido publicado esta notícia na imprensa?

Foi precisamente na década de 1890, um período importante da vida de Ellen Henrietta Swallow Richards, que viveu de 1842 a 1911. Foi ela a fundadora, sem querer, da nossa profissão. Sua vida é relatada por Robert Clarke no livro: "Ellen Swallow: A Mulher que Originou a Ecologia". Este livro foi publicado em 1973, para festejar o 100º aniversário de graduação de Ellen.^{1/}

^{1/} Clarke, Robert. Ellen Swallow: "The woman who founded ecology". Chicago, Follet. 1973. (Follet Publishing Company, 1010 West Washington Boulevard, Chicago, Illinois 60607. USA)

O início das Ciências Domésticas: Ellen Swallow

Desde que cheguei, muitas pessoas me perguntaram sobre as raízes da profissão, sobre as pessoas que desenvolveram a profissão. Em poucas palavras tratarei de dizer algo sobre a vida profissional desta mulher. E, ao fazê-lo, tratarei sempre de localizar-me no século passado e de pensar nas dificuldades enfrentadas por uma mulher daquela época para fazer ou dizer as coisas que vou relatar.

Em 1873, Ellen Swallow foi a primeira mulher a receber um título do Massachusset Institute of Technology, um B.S. (Bachelor of Science) em Química. Foi autora e co-autora de 18 livros e escreveu muitos artigos científicos e populares. Conferencista nos Estados Unidos, na Europa e também no Alasca, que nessa época não fazia parte do território norte-americano. Foi consultora de Governo, de indústrias e de companhias de seguros.

Foi, em toda a sua vida profissional, instrutora do Massachusset Institute of Technology, e instrutora porque nunca lhe deram um posto acadêmico mais elevado, nem lhe possibilitaram obter o doutorado porque diziam que as mulheres não tinham capacidade para tanto. Ela, porém, ensinava a muitos doutores homens. Era também instrutora de Mestrado em Ciências, por que se preocupava muito com as pessoas de nível superior que não tinham possibilidade de estudar Ciências. Iniciou um sistema de cursos por correspondência para donas de casa, encontrando-se no livro algumas cartas por ela escritas. Mantinha correspondência pessoal com mulheres que queriam aperfeiçoar-se um pouco mais. Foi indicada por Sarmiento para ensinar na Argentina mas, por uma série de problemas internos, não pôde assumir o cargo.

Ellen Swallow também exerceu o papel de investigadora. Pesquisou a contaminação da água e fez uma série de mapas do estado de Massachussets, onde havia problemas relacionados com contaminação. Pesquisava também a poluição do ar e os alimentos e a saúde dos mesmos. Estudou os minerais e inventou um sistema de análise das rochas e dos solos minerais sem ter de transportar as amostras para o laboratório. Foi também organizadora da Associação das Mulheres Universitárias, que mais tarde passou a chamar-se Associação Norte-Americana de Economia Doméstica. Organizou restaurantes escolares e públicos, recomendando que neles fossem colocadas listas dos nutrientes dos alimentos e seus preços. Iniciou o serviço de saúde pública no estado de Massachussets. Deu início à profissão de dietética e aos trabalhos de Biologia na Marinha em Woods Hole, centro de Massachussets bastante conhecido em relação à Biologia marinha; também desenvolveu estudos sobre a água doce e organizou a legislação sobre alimentos, colocando ênfase especial nos rótulos, para que os consumidores soubessem o que consumiam. Organizou um sistema de prêmios para investigações feitas por mulheres. Era reformista quanto aos direitos das mulheres, especialmente o de estudar. Era adepta de reformas na saúde pública e na saúde industrial. Exigia uma educação preventiva em vez de legislação. Não credi-

tava que a legislação mudaria as coisas se as pessoas não tivessem educação. Também atuou nas escolas primárias e secundárias visando a saúde, a segurança e a introdução da educação científica. Lembrem-se sempre de que isto aconteceu no século passado e de que tudo foi feito por uma mulher.

Ellen Swallow procurou reformular o sistema científico, abrindo-o a todos através da ciência aplicada, numa época em que os valores científicos dominavam as universidades. Ela tratou de romper todo esse sistema.

Era também pensadora. Idealizou comunidades planejadas, cuja maior importância era a presença de pessoas de todas as idades, pois reconhecia que numa época de revolução industrial os adultos, mães e pais, deveriam trabalhar fora, sendo necessário contar com a geração dos avós para ficar em casa com as crianças, a fim de que estas não fossem abandonadas. Também reconhecia a importância da informação e da comunicação, chamando a atenção para as revistas periódicas e de ciências e para a necessidade de diminuir a ignorância geral do público e levar a ciência a todos. Imaginem se ela conhecesse o rádio e a TV!

Preocupava-se com a Ecologia e uma das idéias que adrogou era a de que a palavra Ecologia se deriva da raiz grega oikos (casa ou lugar onde se vive), relacionando-se com os seres humanos e neles influenciando. Lamentavelmente, ao mesmo tempo, na Europa, um grupo de cientistas homens preocupado com a Ecologia publicava artigos defendendo a idéia de que a Ecologia dizia respeito a animais e plantas e seu meio ambiente e não incluía os seres humanos.

Ela também compreendeu a importância da aprendizagem da Ciência, das Ciências Sociais, da Educação, do Governo, da Indústria e da Tecnologia, todas funcionando como sistema interdependente e integrado.

Com tudo isto, Ellen não era feminista separatista. Era casada com um engenheiro de minas e foi para as minas dar uma contribuição à mineralogia. Possuía muitos amigos e abriu sua casa a discussões intelectuais em favor de ações reformistas. Assim se expressava quando convidada para fazer parte de um grupo feminista: "Prefiro dar meu tempo aos trabalhos em que homens e mulheres estão de acordo". Ela não via conflitos entre seus interesses e os de outros, senão a necessidade de uni-los. Sempre buscava fontes na ciência e na vida diária.

Seu sonho era fundar a "Ecologia", abrangendo os seres humanos e seu meio ambiente. Quando os cientistas masculinos rejeitaram seu conceito amplo, só aceitando partes dele, como a pureza da água, ela assumiu a liderança da associação que veio a ser a Associação Norte-Americana de Economistas Domésticos. Eu a firmei antes que ela foi a fundadora da nossa profissão sem querer. Ela queria fazer algo muito maior, mas enveredou pelo caminho que lhe dava maiores oportunidades. Era mulher inspirada e

ativa, dedicada a melhorar a vida dos que a rodeavam. Não desistia apesar das dificuldades.

O ambiente como resultado da ação

Clarke, analisando Ellen Swallow, assim se expressou. "Não há nada de mau no ambiente senão o que a gente faz para manipulá-lo. Ela buscava nesta verdade suas respostas. Concluiu que o lar é a raiz do ambiente físico; e a família, dentro do lar, a unidade básica do ambiente social. O ambiente total é um macrocosmo dessas partes. Se se vai melhorar o ambiente total, há que fazer correções de base no lar e na família (P. 78, Clarke) 1/

Vale notar que nenhum dos membros "originais" da Associação Norte-Americana de Economia Doméstica foi economista doméstica. Todas viriam de outros campos, com a mística de aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos à vida diária através de um meio de ação. Assim se originou a profissão.

Conta Clarke no seu livro: "O lar, a casa e as mulheres foram postos de lado pela Revolução Industrial e suas novas formas de viver. A mulher não compartilhava das situações e foi subordinada ao acúmulo crescente de informações novas sobre um mundo que ela pouco compreendia e em que participava menos ainda. Sem conhecimentos, a mulher foi menos capaz que o homem de confrontar os resultados produzidos ... Ao separar a mulher dos novos processos e funções, o homem criava um novo ambiente com valores semelhantes, em que estava ausente o ponto de vista feminino".2/

Em 1897, Ellen Swallow escrevia numa revista nacional: "A Ciência Doméstica pode ser definida como a aplicação de toda a informação moderna e científica ... é eminentemente uma ciência aplicada e porque é prática e abrangente os educadores, em geral, não a aceitam marginalizando os que promovem sua adoção nos currículos, dizendo que é demasiado crua e indefinida ... Desde que o tema foi pela primeira vez sugerido, tanto a Bacteriologia como a Sociologia surgiram e foram aceitas como estudos universitários, embora a Ecologia tenha sido detida".3/

Em um de seus livros, publicado em 1904, Ellen disse: "Não há melhor maneira de iniciar a educação de uma criança do que dar-lhe um jardim, dentro ou fora da casa. O cuidado de um jardim combina o exercício, a diversão e o trabalho em grau não alcançado por outra forma de educação, dando instrução indireta sobre os mistérios da vida..."4/

1/ Clarke, Robert - "Ellen Swallow: a mulher que originou a Ecologia" - pg. 157.

2/ Clarke, Robert - idem - pg. 79

3/ Clarke, Robert - ibid - pg. 165

4/ Clarke, Robert - ibid. pg. 215

Se menciono a citação é porque ela indica o tipo de visão que esta mulher tinha quando se tratava de abranger tudo e de ver as necessidades da vida diária, assim como a importância de informar às pessoas sobre como viver em seu ambiente. Ela sempre buscava o lado positivo e, apesar de sua visão crítica, muito me impressionou seu esforço no sentido de buscar soluções ativas para a realidade que observou.

Lamentavelmente a profissão de economista doméstico não alcançou tudo quanto ela ambicionou. Os profissionais não responderam à missão. O fracionamento estabeleceu-se, nasceram especializações, quase se perdeu "o conjunto". Infelizmente, nos anos 50, quando a especialização reinava nos Estados Unidos, iniciaram-se as Escolas de Ciências Domésticas no Brasil. Receio que tenham herdado alguns aspectos menos positivos da profissão.

O presente das Ciências Domésticas

Feita essa introdução histórica, passemos ao presente. Início com uma pergunta: Quais são os aspectos em que os profissionais economistas domésticos podem contribuir para o desenvolvimento nacional?

Desejo apontar seis grandes áreas nas quais, a meu ver, teremos de estar alertas como profissionais. Depois, os grupos de trabalho terão oportunidade de discutir e analisar até que ponto lhe parecem aplicáveis essas idéias às condições do Brasil.

Conhecimento da realidade

O primeiro fator que me parece importante refere-se a que os profissionais economistas domésticos, para contribuir para o desenvolvimento de seu país, devem conhecer a situação atual e ter visão do futuro. A "situação atual" está em constante mudança. Para exercer liderança profissional, os conhecimentos do profissional devem estar em dia e a visão tem de dirigir-se sempre para a frente. Não é possível contentar-se com o que se aprendeu e se sabe, porque o que estudamos aqui nesta sala, neste momento, pode não estar mais em vigor. Há várias facetas da situação atual que temos de reconhecer de modo a podermos contribuir para o desenvolvimento do País.

Parece-me importante conhecer os planos do Governo e, por isso, felicito os organizadores deste Seminário por terem colocado, no início do programa, a palestra do Dr. Edson Machado como marco de referência da situação atual, do sistema político. Não é possível trabalhar fora de um marco dos planos do Governo.

Depois, cumpre reconhecer os objetivos da própria profissão. É esta a tarefa que corresponde aos grupos aqui presentes. E, além da situação atual, cumpre conhecer as funções da organização em que o profissional trabalha. E há a considerar a dis -

tância entre essas e os objetivos da profissão, porque nem sempre é possível conseguir emprego numa instituição que deseje que se tenha toda a visão da profissão. Isto não significa que podemos esquecer a profissão e tudo o que ela oferece, mesmo quando atuamos como especialistas em alguns aspectos da profissão.

Finalmente, para entender a situação atual, devemos ter um conhecimento atualizado de como vivem e desejam viver os brasileiros. Para isso, temos de desenvolver nosso poder de observação e mantermo-nos em dia com os fatos.

Ampliação de conhecimento técnico

O segundo fator para participar do desenvolvimento é contar com informações técnicas e continuar ampliando os próprios conhecimentos e os dos outros.

Os primeiros profissionais em Ciências Domésticas procederam de outros campos, interessados em aplicar seus conhecimentos à vida diária. Parece lógico que, para nutrir nosso campo aplicado, devamos manter boas relações com as ciências naturais, as ciências sociais e as artes. Necessitamos atrair profissionais dessas áreas e temos de enviar nossos profissionais para aprofundarem-se nessas áreas. Por outro lado, se só estudarmos a parte aplicada corremos o risco de perder o conhecimento e a visão da situação atual, e de cair no hábito de dar "receitas".

Outro aspecto é contar com informações técnicas para poder aplicar conhecimentos. A investigação é uma fonte essencial para ampliar os conhecimentos. Parece que nossa contribuição deve assumir a forma de investigação interdisciplinar, com atenção especial à aplicação de informação à família, ao lar e à comunidade.

Processos de aprendizagem

Passemos ao terceiro ponto: para poder contribuir para o desenvolvimento do País, devemos compreender o processo de aprendizagem e o uso dos meios de comunicação, norteando nossa atuação pela importância do lar como centro de aprendizagem. Devemos compreender o conceito de tarefas evolutivas.

Acredito que muitos dos meus comentários baseiam-se na idéia de que o desenvolvimento humano é evolutivo, e o que se faz numa época baseia-se no que se aprendeu no passado. Se adquirimos determinado conhecimento numa etapa da vida, tê-lo-emos disponível para usar como base noutra etapa. Muitos autores elaboraram listas de tarefas evolutivas para diferentes idades e também para as famílias em diferentes etapas do ciclo de vida familiar. Devido à importância dos primeiros anos de vida e do desenvolvimento humano, dificilmente outras instituições podem substituir o lar no cumprimento de determinadas funções de socializa

ção. As raízes estão no lar, na formação dos primeiros anos de vida, através da nutrição, da saúde, das atitudes, das disposições para enfrentar a vida, das formas de aprender, da linguagem e das percepções. Se o lar não abre horizontes, não estimula a curiosidade, nem promove corpos sãos, é duvidoso que as outras instituições possam formar cidadãos produtivos. (Observem que não foi dito aqui "família" e que "lar" pode ser qualquer lugar em que os seres humanos maiores procriam e tratam de orientar os menores).

Outro aspecto do processo de aprendizagem é o uso dos meios. Temos responsabilidades na seleção de conceitos básicos para a escola, tendo em mente as noções de aprendizagem. Quais os conhecimentos que todo mundo deve possuir para atuar em sua vida diária, e quais as possibilidades de introduzir esses conceitos nos primeiros anos da escola?

Finalmente, em relação ao processo de aprendizagem e comunicação, temos que usar os meios de massa, porque de outro modo não alcançaremos nosso público. Somos poucos e não é possível alcançar todo o País se não contarmos com veículos como revistas, jornais, rádio e TV.

O processo de tomada de decisões

O quarto ponto, de suma importância para uma contribuição profissional, é que devemos entender e aproveitar os sistemas de tomada de decisões.

No nível familiar ou do lar, no que diz respeito ao conceito das tarefas evolutivas, se não aprendemos como tomar decisões e conviver com suas consequências, dificilmente seremos participantes eficazes do desenvolvimento de nossas comunidades, de nossa profissão, de nossa nação.

Gostaria de fazer referência a uma investigação feita na Argentina, em áreas rurais, com famílias camponesas. Indagou-se ao mesmo tempo dos pais e mães de família -- no tocante a um aspecto da situação financeira do lar e do campo -- a respeito de quem participava das decisões e do seu interesse em que os filhos delas participassem. O estudo incluía diferentes ciclos da vida familiar: de filhos muito pequenos a filhos que trabalhavam na chácara. Resultou que todos os pais de família, quase sem exceção, desejavam que os filhos participassem das decisões financeiras. Alguns, logo, e outros, mais adiante. Entretanto, nenhuma família dava oportunidade aos filhos de aprenderem a tomar decisões. É certo que muitas decisões não estão no alcance direto das famílias, porém o Governo é constituído por pessoas que tomam decisões sobre o que entendem, o que conhecem. Se nenhum de nossos profissionais trabalhar para convencer as pessoas quanto às "necessidades" que vemos, é lógico que não haverá facilidade. Temos que nos infiltrar para conseguir facilidades para a ação e para a educação.

Sistemas e interdependência

O quinto ponto, que creio ser importante para nossa consideração, refere-se a que temos que reconhecer que vivemos num mundo sistemático e interdependente. E que, neste mundo, a mudança é normal. Não podemos pensar em manter um status tradicional ou da classe alta. Entretanto, a mudança, em qualquer nível, traz repercussões. Devemos reconhecer que determinados aspectos do ambiente físico são limitados ou, pelo menos, não mudam com a rapidez que os seres humanos exigem. Foi este um dos conceitos básicos que Ellen Swallow tratou de inculcar no pensamento das pessoas. E naquela época o crescimento demográfico não era tão grande como agora, não havia tantas pressões, como a crise do petróleo e outras que estamos vivendo no momento atual. Ellen Swallow tratou de despertar nossa consciência para as relações entre o ser humano e seu ambiente total. Temos que considerar o ritmo das mudanças e das adaptações dentro dos aspectos físicos, sociais e humanos, ou seja, dos sistemas.

Tipos de público

O último ponto importante diz respeito a que, para contribuir para o desenvolvimento do País, temos de adquirir e mobilizar nossas habilidades para selecionar e trabalhar em termos de prioridades. Devemos pensar nos valores, tanto do País como dos nossos profissionais. Sobre esse ponto muitas indagações por aqui circularam e chegaram aos meus ouvidos. Uma delas: " Quem deve ser nossa audiência, nosso público"? Fala-se muito que devem ser as famílias. Parece-me que devemos pensar numa definição de família a mais ampla possível. Pode ser um grupo de pessoas com laços afetivos e um compromisso para toda a vida, ou somente durante um período de tempo. Não significa que devam ser casados, nem que devam ser homem e mulher. Podem ser pessoas do mesmo sexo, pode ser o avô com os netos e pode ser uma série de combinações que saem das definições tradicionais da palavra família. Qualquer que seja o grupo, é evidente que os seres humanos que o integram buscam viver juntos. São muito poucos os que vivem e podem viver sós, sem buscar no trabalho ou nas horas de recreio estar com outras pessoas.

Há alguns desses grupos humanos, com família ou não, que a meu ver merecem nossa atenção, se vamos informar sua vida diária para que possam participar mais da vida do país. Devemos pensar em todos os grupos humanos que são marginalizados, com os quais realmente temos que contar.

O mesmo se aplica a todas as famílias, grupos e unidades que estão passando por algum tipo de mudança. Esses grupos podem ser diferentes, dentro da realidade atual, de acordo com o

primeiro ponto que mencionei. Parece-me, pelo que vimos aqui , que alguns desses grupos no Brasil, neste momento, poderiam ser os grupos rurais que se estão transferindo para os centros urbanos. Lembremo-nos de que foi numa época em que havia preocupação no tocante às pessoas que se mudavam de um ambiente físico com muito espaço para outro com menos espaço, mais gente, menos água e menos condições de sanidade no trabalho, que nasceu a profissão nos Estados Unidos.

Outros grupos são formados pelos que se transferem para novos conjuntos habitacionais. Os economistas domésticos poderiam prestar-lhes as informações de que necessitam para aproveitar as novas oportunidades. Outro grupo ainda seria o daqueles que estão entrando no mundo comercial. Estes seriam os possíveis pú - blicos.

Conteúdo da mensagem

Temos que pensar no que consistiria o conteúdo. E, basean do-me no que tenho ouvido até agora, gostaria de propor três pos síveis conteúdos:

Primeiro, interessa-nos oferecer informações básicas para a sobrevivência. Isso talvez seria um tipo de educação a ser oferecido, através da escola ou de qualquer atividade e ação das comunidades, aos setores, carentes do País, conforme dito ontem. Quanto a esse aspecto, saúde e nutrição poderiam ser alguns dos conteúdos de maior importância.

A segunda área de conteúdo, que me parece de importância , seria a da educação para os pais, tanto homens como mulheres, não obrigatoriamente casados. Repito também que não há necessidade de haver um tipo de regulamento para o grupo ser considerado família, mas se houver filhos, os pais devem assumir compromisso para a educação desses filhos. Estas pessoas necessitam de in - formações, como as que temos a oferecer, quanto à importância do desenvolvimento humano e da socialização. Esse tipo de educação tem importância em todas as áreas do País, uma vez que todas estão produzindo seres humanos que futuramente contribuirão para o desenvolvimento.

A terceira área de conteúdo é a da educação para os consu - midores. Esta é da maior importância nas áreas que estão inician do atividade comercial e industrial, e não somente nestas. Que - ro trazer-lhes um fato que observei na América Latina, há poucos anos. Foi no norte do Peru, numa área açucareira. Havia fazen - das em que os donos proporcionavam alimentos a seus trabalhado - res e suas famílias através do que eles chamavam "ração". A "ra ção" era um papel com uma lista de comestíveis que se poderia re - tirar nos armazéns das fazendas. O homem trabalhava durante a semana e sua mulher era quem recebia o papel dando direito a re - tirar tanto de azeite, de farinha, de arroz, etc., do armazém . Houve uma série de imposições em nível nacional para mudar toda a formação dessa gente. E decidiram eliminar muitos aspectos do

paternalismo. Para atingir essa meta resolveram não dar a "ração" e sim dinheiro. "Até então as pessoas não tinham oportunidade de tomar suas próprias decisões sobre como utilizar dinheiro). E em dinheiro seria entregue aos homens e não às mulheres, como se fazia com a lista da "ração". Com isso perdeu-se uma espécie de seguro social, que era a garantia de compra, pelas mulheres de arroz, açúcar e azeite. Imaginem se o homem com dinheiro no bolso, iria comprar comestíveis! Decidiram, além disso, introduzir outras mudanças. Acharam que um armazém não era suficiente e decidiram construir um supermercado. Quanta coisa os homens iriam comprar além do que as mulheres eram capazes de obter! Eu estava trabalhando com assistentes sociais e economistas domésticas em problemas de consumo e, lamentavelmente não tive a oportunidade de voltar a essa área. Gostaria de verificar o que estão comendo as pessoas dessas fazendas.

Parece-me que sempre buscamos um conjunto, que varia segundo a situação atual e a projeção futura. O conjunto pode ser como uma orquestra, em que não há um número igual de cada instrumento e nem todos tocam ao mesmo tempo, porém estão disponíveis. Para ter êxito, o conjunto deve responder à teoria de sistemas; nós, seres humanos, temos que aprender a Ecologia, devemos viver na natureza e conviver com outros seres.

Com isto, terminamos o presente e passamos para o futuro. E aqui desejo fazer alguns comentários em forma de desafio.

O futuro das Ciências Domésticas

Na reunião da Associação Brasileira de Economistas Domésticas - ABED, em 1970, afirmei que nossa profissão necessitava de "aventureiros responsáveis". Em junho de 1974, uma alemã, numa conferência americana de economistas domésticos, disse que a profissão deveria formar "idealistas realistas". Em abril deste ano, falando sobre o futuro da ecologia familiar para graduados de nível universitário, observei que devemos tomar a liderança para armar profissionalmente o quebra-cabeças de "uma vida boa". Temos que combinar a informação e aplicá-la bem, se não os resultados serão danosos ao ambiente e a nós mesmos. É preciso combinar a informação e aplicá-la no processo de aprender e reaprender, a fim de encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento do potencial humano e sua sobrevivência e o ambiente.

A menos que decidamos limitar a visão de Ellen Swallow, não alcançaremos a meta por ela sonhada.

Portanto, pergunto: Somos capazes de combinar as informações de forma criativa e responsável, oferecendo conhecimentos que contribuirão de maneira realista para o desenvolvimento positivo dos brasileiros e de sua pátria?

CONTRIBUIÇÃO DAS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS AO DESENVOLVIMENTO RURAL

Dr. José Emílio G. Araújo

Diretor Geral do Instituto Interamericano de
Ciências Agrícolas OEA

Foi com imensa satisfação que aceitei o convite para falar no Seminário sobre "Novas Perspectivas das Ciências Domésticas no Desenvolvimento Nacional".

O tema proposto me faz pensar na importância da mulher no desenvolvimento geral de nossos povos e, particularmente, na importantíssima função que a ela cabe desempenhar no desenvolvimento rural dos países da América.

Cada vez mais o desenvolvimento é visto como um processo sumamente complexo, que depende do delicado equilíbrio de um conjunto de fatores internos e externos presentes nos esforços dos países no sentido de seu progresso. Durante muito tempo subestimou-se a importância dos fatores internos relacionados com algumas das instituições sociais básicas, como a família, o que levou, em consequência, ao aparecimento em muitos casos de uma lacuna entre o que se afigura factível, do ponto de vista econômico por exemplo, e o que é realmente viável, do ponto de vista social.

*O público presente ouve
atentamente as palavras do Diretor
Geral do IICA.*





O Dr. José Emílio G. Araújo analisa o papel da mulher como agente de desenvolvimento e transformação social.

É aqui que a mulher, parte do desenvolvimento, e particularmente a profissional de Ciências Domésticas, é ponto chave na formulação de planos adequados, bem como em sua tradução em programas com reais perspectivas de êxito. Acredito que já superamos a concepção, muitas vezes contestada, de que há coisas que a mulher pode fazer, somente "porque é mulher". Devemos hoje afirmar que no desenvolvimento há tarefas que a mulher pode desempenhar melhor do que o homem, pois com uma preparação profissional adequada e comparável ela está em condições de acrescentar uma aptidão real para a compreensão das comunidades humanas e para a integração das mesmas. Tudo isso partindo, principalmente, da unidade social básica: a família.

Será primordialmente através do reconhecimento que devemos ter desse fato que seremos capazes de interpretar a grande importância da mulher, como agente de desenvolvimento e de mudanças, bem como a necessidade sempre presente -- e cada vez mais premente -- de formar profissionais na área das Ciências Domésticas preparadas para desempenhar tais tarefas.

Por outro lado, isso também me faz recordar as razões que me levaram a pensar na criação de uma Escola de Ciências Domésticas na Região Sul do País. Foi precisamente por acreditar que as Ciências Domésticas, como profissão, podem contribuir sobremaneira para o desenvolvimento rural, dentro do conceito humanista desse desenvolvimento, que, com o apoio de outros companheiros, fundei a segunda Escola Superior de Ciências Domésticas do Brasil, hoje Faculdade de Ciências Domésticas da Universidade Federal de Pelotas.

Em todas as épocas a humanidade viu na família a unidade fundamental da sociedade. Qualquer que seja a definição ou o conceito de família, ela sempre foi reconhecida como uma entidade social, econômica e educadora por excelência.

Contudo, quaisquer que sejam as características assumidas pela família na sociedade, sua origem essencial estará sempre na natureza, na geração e na condição biológica do homem, que nasce indefeso para satisfazer a suas necessidades vitais de alimentação, abrigo e proteção. Sabemos que a esses elementos naturais acrescenta-se sua natural disposição para juntar-se a outros. Isso coloca-nos diante dos fatos sociais que servem de base à família, constituindo-a numa unidade cooperativa e no elo que liga o indivíduo à sociedade a que pertence. Vemos, portanto, que de sua condição natural emana a sobrevivência da família e da sociedade e, de sua condição social adversa, a explicação para as diferentes modalidades que pode assumir sob a pressão das necessidades humanas e da influência dos fatores ambientais, além dos culturais e econômicos.

A família exerce principalmente uma função educadora. É, por certo, a escola mais rica da humanidade. Sociólogos e educadores têm mostrado que a família é modeladora da personalidade e que os pontos principais do caráter se fixam na vida da criança como consequência do que observa e aprende, pelo exemplo de seus progenitores, adotando muitas vezes seus conceitos de valores e seus hábitos sociais.

Esse processo formativo da personalidade, ao mesmo tempo que educativo, inicia-se na infância e prolonga-se por toda a vida adulta. É sem dúvida, no seio da família que tem início o caminho que leva o homem ao seu semelhante.

Por outro lado, convém observar que à família corresponde inevitavelmente uma função econômica, como unidade de produção, consumo e transformação e, ao mesmo tempo, de transmissão de algumas técnicas profissionais.

O Papel da Mulher

No contexto familiar é inegável a influência exercida pela mulher, principalmente no que tange à educação dos filhos. Esse ponto tem sido largamente estudado por sociólogos, psicólogos e educadores. Estudos dos processos biopsíquico-sociais que se operam no agrupamento familiar têm ressaltado a participação ativa da mulher na formação integral dos filhos. Conseqüentemente, ela exerce uma influência primordial sobre as atitudes sociais e sobre a moral desses. Grande parte dessa influência tem suas origens na procriação e no condicionamento psicológico da maternidade.

Sob o prisma econômico a mulher exerce influência capital sobre a administração dos bens e a organização econômica da família. É ela que direta ou indiretamente manipula os recursos da família.

No núcleo familiar rural a mulher, além do papel de educadora, tem participação importante não só nas tomadas de decisão relativamente aos assuntos familiares, como também nas atividades de produção agrícola.

Frequentemente a mulher do agricultor assume uma série de responsabilidades nas atividades agrícolas: cuida de certos animais, cultiva hortas, vende produtos agrícolas, faz trabalhos de artesanato, e, às vezes, ocupa-se de outras atividades que produzem renda, como lavagem de roupa, costura, produtos e conservas caseiras vendidos a outros lares. A esposa também costuma influir nas decisões sobre produção e destino dos produtos.

Em sua tese sobre a "Participación de la Esposa Campesina en la Tomada de Decisiones y en la Producción Agropecuaria", Olivia de Faria Salviano analisa vários desses fatos. Mostra que o trabalho que a mulher realiza no meio rural, mesmo não remunerado, contribui como um importante fator econômico para a vida agrícola das chamadas populações de subsistência.

Para desempenhar suas atividades agrícolas, as mulheres necessitam, como os homens, de conhecimentos técnicos que lhes dêem a devida capacidade para aumentar sua produtividade em tais atividades.

Entretanto, nota-se nos programas de desenvolvimento a ausência da mulher, principalmente como beneficiária de crédito e de outros auxílios. Toda programação é geralmente dirigida ao homem, no que diz respeito a informação técnica, crédito e promoção da grande maioria das atividades financiáveis.

Cumprir mudar esse estado de coisas através de uma capacitação maior e melhor da mulher, para que ela possa efetivamente participar do desenvolvimento de sua família, de sua comunidade e da sociedade em que vive.

Situação da América Latina

Recapitulando a situação crítica da população latino-americana, podemos observar sucintamente o seguinte:

a) Alta concentração da propriedade territorial e predomínio de uma agricultura tradicional não empresarial, responsável por níveis de produção e produtividade bastante baixos.

b) Uso dos recursos produtivos, como trabalho e terra, também em níveis baixos.

c) Níveis de renda e consumo relativamente inferiores aos de outras partes do mundo.

d) Considerável parcela da população rural que não participa da vida política.

e) Serviços educativos tão rudimentares que não oferecem aos educandos uma oportunidade real de superar as muitas desvantagens de seu meio-ambiente.

f) Famílias inteiras alojadas em casas de um só cômodo, em condições sub-humanas de vida.

g) Desnutrição.

Esse é um problema gritante na América Latina, que vem acarretando persistentemente as mais desastrosas consequências. Pesquisas sobre a situação nutricional têm revelado problemas sérios relacionados com o nível econômico, a educação, o saneamento ambiental e os níveis de vida. A desnutrição proteico-calórica, as anemias por carência de ferro, ácido fólico e vitamina B12, o bócio endêmico e o cretinismo, assim como a hipovitaminose A, constituem problemas graves da população rural. Uma população mal nutrida está conseqüentemente exposta a uma série de doenças infecciosas e parasitárias, à baixa resistência orgânica, à considerável diminuição da capacidade de trabalho e à baixa produtividade agrícola. Nas crianças, além de muitas dessas síndromes, observa-se retardamento do crescimento, baixo rendimento escolar e morte prematura. Sabemos que a má nutrição proteico-calórica da criança conduz a danos de ordem física e mental, na maioria das vezes irreversíveis.

h) Ignorância total em que vive a população rural.

Estudo recente da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina - refere-se à "situação de crescimento demográfico acelerado, unida à aparente incapacidade das zonas rurais de absorverem mais que uma fração da parcela que lhe corresponde nesse crescimento, a fim de atenuar a enorme diferença entre seus ní

"As mudanças sócio-econômicas e tecnológicas têm influído na comunidade, despertando esperanças superiores à capacidade econômica e educacional".



veis de vida e os urbanos, responder adequadamente à crescente demanda urbana de seus produtos e participar efetivamente do processo de tomada de decisões nacionais". Com relação ao papel que o meio rural desempenha em confronto com a urbanização e a marginalidade urbana, o mesmo estudo diz: "mistura-se uma situação de emprego estático ou declinante, no campo e nos pequenos povoados, com um crescimento do emprego urbano que não se acelera com a necessária rapidez, de sorte que uma grande parte da população vê-se condenada à marginalidade. Ao deslocar-se do subemprego rural para o urbano, somam-se em números cada vez maiores às populações periféricas das grandes cidades, sendo seus esforços para escapar dessa marginalidade frustrados por desvantagens múltiplas decorrentes de sua educação, motivação e condições de saúde".

As mudanças sócio-econômicas, bem como as tecnológicas, têm influído na comunidade, despertando muitas vezes esperanças superiores à capacidade econômica e educacional.

As relações tradicionais estão se desintegrando em todos os aspectos e níveis da sociedade. Nessa atmosfera de mudança, o grupo familiar parece o mais afetado e, com ele, cada um dos seus membros.

A crescente mobilidade geográfica da população traz consigo deslocamentos ocupacionais que afetam a família inteira na busca de oportunidades de emprego: homens vão trabalhar em centros maiores, mulheres buscam empregos em centros manufatureiros e crianças são deixadas com parentes próximos ou talvez sãs em casa, com o que passam a carecer dos cuidados essenciais. Muitas vezes o pai não é conhecido.

As comunidades, tanto as rurais como as urbanas que atuam como anfitriãs, recebem os efeitos negativos não sã dessas migrações como também do estado precário em que se encontram tais famílias com seus deficientes níveis de vida.

Supostamente o objetivo do desenvolvimento é elevar o nível de vida de todas as famílias. Por essa razão, todos os que pretendem exercer uma influência positiva sobre as comunidades e os grupos sociais devem trabalhar eficazmente em prol da promoção de melhores condições de vida para a família.

Muito se fala ultimamente do desenvolvimento e da melhoria das condições de vida do meio rural. Entretanto, na promoção de tal melhoria não podemos esquecer o papel preponderante que a família desempenha em seu meio. Por isso, não podemos deixar de dispensar atenção especial aos elementos chaves que exercem influência direta sobre seu bem-estar, como por exemplo: o estado de nutrição e as condições de saúde, moradia, administração dos recursos humanos e materiais disponíveis, recreação, educação, situação de emprego e mão-de-obra, bem como os serviços cuja ação se reflete na vida da empresa familiar.

O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho consideraram como principais elementos constitutivos do nível de vida da família os seguintes:

a) Bens e serviços adquiridos geralmente com dinheiro ganho pela família (incluindo os rendimentos normais e os suplementares).

b) Bens produzidos pela família (artigos alimentícios e roupas) e também os "bens gratuitos", como caça, pesca e a lenha que basta recolher.

c) Bens e serviços de saúde, educação, etc., administrados à família pelo Estado ou, gratuitamente, por organizações particulares.

d) Bens e serviços de que desfruta a família mercê das rendas complementares e substitutivas, administrados pelo Estado e seus organismos especiais (seguro e assistência social).

A quantidade e a qualidade dos bens e serviços de que a família dispõe dependem, em grande parte, do nível educacional do grupo familiar e do uso prudente da renda disponível para satisfazer às necessidades sanitárias, de alimentação, educação, moradia, abrigo e outras.

Analisando alguns desses elementos constitutivos do nível de vida familiar, encontraremos o seguinte quadro na América Latina:

Situação nutricional da família rural

Reconhece-se ser crítica. Sabe-se que a disponibilidade de alimentos não atende às necessidades da população e que o consumo não é suficiente nem equilibrado, não só devido a fatores culturais, mas também por razões determinadas por fatores de ordem econômica e por uma inadequada utilização dos alimentos pelo organismo do indivíduo.

Entretanto, cumpre advertir, por outro lado, que o problema do baixo nível nutricional da família rural latino-americana é em grande parte um problema de ordem educacional. Este não poderá ser resolvido sem a colaboração direta da mulher, principal responsável pela alimentação familiar. É conhecida a influência dos costumes e hábitos alimentares, bem como de credenças e superstições, no consumo de alimentos, acrescida aos tradicionais tabus regionais, tudo isso resultando em condições deficientes de nutrição.

Por sua vez, tais famílias encontram-se numa situação de absoluta ignorância alimentar, motivada também pelo desconhecimento das necessidades próprias de cada membro da família conso-

ante idade, sexo, tipo de atividade, clima e condições fisiológicas. Tal ignorância, na maioria das vezes, vai mais longe. Nesses casos a família desconhece o significado do valor nutritivo dos alimentos, as normas mínimas para sua adequada combinação dietética, assim como as condições sanitárias para seu preparo, manipulação e conservação.

Habitação

O habitat da família constitui outro problema que requer urgente atenção.

A casa é o centro material da família. É o lugar em que cada membro deve encontrar a tranquilidade renovadora para suas energias e a intimidade para equilibrar a vida exterior. Ela relaciona-se diretamente com outras necessidades humanas emanadas da família e, principalmente, do seu caráter de vida em comum. Como centro do desenvolvimento da vida familiar, se não satisfizer às necessidades dessa vida não estará cumprindo sua função fundamental. Por conseguinte, as condições da habitação afetam fundamentalmente a organização e a estabilidade da família, assim como o comportamento e a saúde física, mental, emocional e social de seus membros.

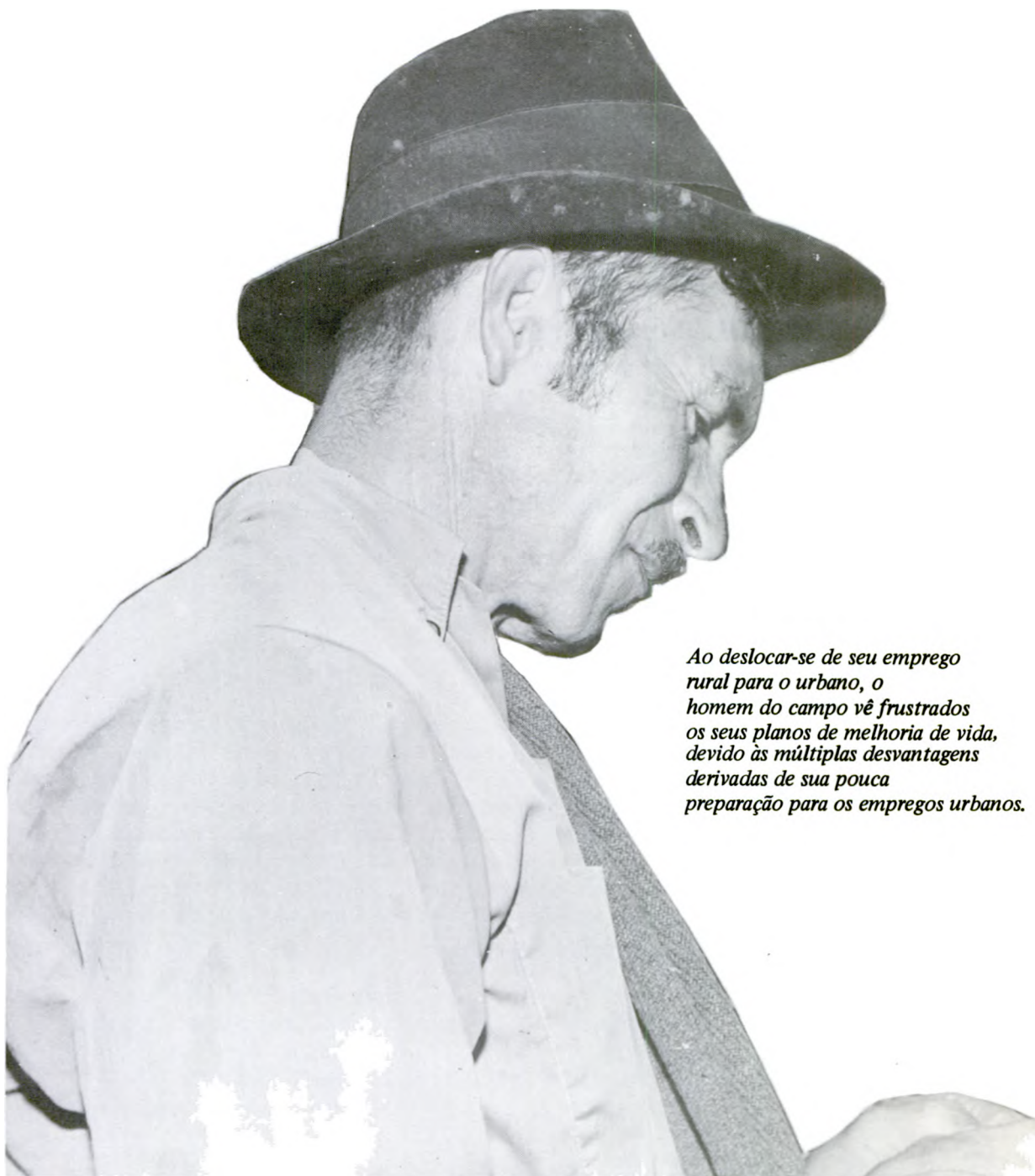
É fácil, no entanto, constatar as condições infra-humanas em que vivem muitas das famílias do nosso camponês: péssimas condições de higiene, por falta de serviços de água potável ou por inadequada eliminação das excreções; falta de instalações sanitárias adequadas e também, muitas vezes, convivência com animais.

A família e a utilização dos seus recursos

A família representa uma unidade de produção e consumo de cujo equilíbrio dependem a subsistência e o bem-estar de todos os seus membros.

As diferentes comunidades oferecem uma variedade de recursos para uso das famílias, porém para que esses cheguem a ser usados é necessário que a família se torne consciente da sua existência, assuma uma atitude positiva quanto à sua utilização, não somente em termos de decisões, mas também de realização dos atos indispensáveis à sua utilização.

Necessário se torna, portanto, orientar tecnicamente não só a família, mas de modo especial a mulher que, em geral, é a principal administradora da família como empresa. Para tanto, cumpre também desenvolver suas aptidões para adotar decisões no tocante à administração das finanças, compra de produtos de consumo e outras atividades destinadas a produzir benefícios para o lar maiores e mais efetivos.



Ao deslocar-se de seu emprego rural para o urbano, o homem do campo vê frustrados os seus planos de melhoria de vida, devido às múltiplas desvantagens derivadas de sua pouca preparação para os empregos urbanos.

Segundo Linda Nelson, algumas das decisões familiares que podem afetar as condições de vida da família, das comunidades e das nações do futuro são as seguintes: obtenção e utilização dos rendimentos e da alimentação; número e educação dos filhos; facilidades que se devem proporcionar para moradia, saúde e recreação, mobilidade, previsão, reservas e seguros.

Família, relações humanas e desenvolvimento infantil

Supostamente o homem alcança maior nível de produtividade se suas relações pessoais, familiares, de trabalho e na comunidade são normais e satisfatórias em termos das necessidades básicas da família e se cada membro tem consciência plena da responsabilidade que lhe corresponde no seio da família. É necessário que os membros compreendam a importância da comunicação de idéias e sentimentos entre si, embora também seja importante esse intercâmbio com seus companheiros de trabalho e escola e com outras pessoas da comunidade.

Não menos importantes são os cuidados com as crianças, a fim de assegurar-lhes um desenvolvimento integral que induza ao crescimento físico, mental, social e emocional máximo.

Muitas vezes os pais vêm-se obrigados a trabalhar a grande distância de seus lares, não raro ocorrendo que as crianças fiquem deficientemente atendidas.

É de suma importância o cuidado com o desenvolvimento normal da criança, como base para a promoção do homem de amanhã.

Família e educação

O baixo rendimento da família rural frequentemente obriga as crianças e os jovens a muito cedo associar suas vidas ao processo produtivo, constituindo assim uma força adicional de trabalho destinada a reduzir a deficiência da economia familiar. Na maioria das vezes disso resulta uma redução das matrículas escolares, principalmente nas épocas de colheita, o que sem dúvida prejudica sua formação normal, por falta de continuidade no processo educacional. A educação extra-escolar rural assume, nesses casos, uma importância fundamental.

É indispensável, por outro lado, dar orientação aos jovens para que possam compreender a qualidade moral do trabalho físico que realizam, conscientizando-os no sentido de dignificar o valor do trabalho como fonte de acúmulo de bens.

Família e oportunidades de emprego

É bastante conhecido o fenômeno da migração das populações rurais para os centros urbanos ou industriais, em busca de melhores oportunidades de emprego e de condições mais cômodas de vida. Tais populações em geral não estão preparadas para enfrentar os novos sistemas de vida, nem as cidades para recebê-las. Nessas condições, vêm-se condenadas à marginalidade urbana.

Isto porque, ao deslocar-se do subemprego rural para o urbano, o homem do campo vê frustrados os seus planos de melhoria de vida, devido às múltiplas desvantagens derivadas de sua peque

na preparação para os empregos urbanos e também, muitas vezes, de seu deficiente estado de saúde.

Cumpra, pois, que seja empreendido com urgência o trabalho de capacitação dos membros da família rural, principalmente dos jovens, para que possam contar com outras alternativas ocupacionais que não exclusivamente as agropecuárias, nas áreas agro-industriais, técnicas e industriais, assim como nos serviços básicos de cooperativismo, administração e outros.

Essa capacitação da mão-de-obra será, evidentemente, tão importante para os homens como para as mulheres.

Problemas de vestuário na família

A confecção e o cuidado do vestuário é de grande importância pelas seguintes razões:

a) Quando a roupa é produzida na família e para a família, é inevitável que se reverta em maior economia para as finanças da empresa familiar.

b) Por outro lado, a confecção de roupas para outras famílias da mesma comunidade representa uma renda adicional para a família que as produz.

c) Pode induzir à capacitação de mão-de-obra para empresas comunitárias de lavanderia, nesse caso havendo necessidade de determinados conhecimentos acerca das novas fibras e dos cuidados que estas exigem.

Entretanto, um outro ponto importante ligado ao vestuário é o do saber vestir-se de acordo principalmente com as condições e o tipo de trabalho. Além de ser um abrigo, o vestuário está grandemente relacionado com o sistema higiênico de cada pessoa.

Ciências Domésticas e Desenvolvimento Rural

Já é do conhecimento geral a necessidade de mudanças positivas para que se verifique o verdadeiro desenvolvimento rural e, por meio deste, o desenvolvimento nacional. De acordo com a concepção humanista do desenvolvimento rural, a vida do homem e de sua família não deve constituir-se em uma espécie de ilha, pois é necessário que todos os seus membros se submetam a um processo contínuo de inter-relações e de participação no processo econômico e social, junto com os demais componentes da comunidade a que pertencem.

A profissional de Ciências Domésticas, por sua formação, possui ótimas condições para ajudar na solução de importantes problemas das áreas que até agora temos discutido.

Sua formação lhe permite, ou deve permitir, olhar a família como um todo, trabalhando com os diversos tipos de família existentes, tratando de promovê-las dentro de seu contexto social, elevando-lhes seus níveis de vida. Para isso contribuem o ensino, a pesquisa e a extensão rural.

Definição e objetivos da profissão

Para definir a profissão permito-me reportar, mais uma vez, à opinião de Linda Nelson sobre o assunto. Segundo a eminente técnica, deve-se entender as Ciências Domésticas como o ramo das Ciências Biológicas que trata das relações entre os seres vivos e a totalidade de seu ambiente físico ou biológico. Sua responsabilidade principal é a de estabelecer uma ponte entre os interesses dos seres humanos e as pesquisas referentes às disciplinas básicas, além das de tipo técnico, orientadas por um alto sentido de aplicação utilitária.

O profissional de Ciências Domésticas integra conhecimentos sociais e tecnológicos provenientes de disciplinas como Economia, Sociologia, Psicologia, Anatomia, Biologia, Química e Artes aplicadas à vida familiar, além de outras mais específicas. A integração dessas disciplinas e suas subdivisões deve ser organizada de maneira a conduzir a uma formação profissional com os objetivos seguintes:

1. Promoção e orientação da família, não só para a geração de novos recursos através de uma utilização mais eficiente da capacidade de trabalho de todos os seus membros, mas também para o aproveitamento máximo dos recursos disponíveis, reorientando-os no sentido da obtenção de maior bem-estar e de um relacionamento mais solidário com os ambientes físicos e humanos.
2. Melhoramento contínuo do nível de vida de cada família.
3. Boa orientação da família no tocante às mudanças sociais e ao desenvolvimento tecnológico, com vista a promover sua melhor adaptação aos mesmos.

Através da pesquisa o profissional deve conscientizar-se a fim de:

1. Procurar soluções para os problemas da família, principalmente os relacionados com alimentação, habitação, vestuário e administração de seus recursos.
2. Determinar as necessidades humanas fundamentais nas áreas de alimentação, habitação e vestuário.

Sua atuação junto à família deveria processar-se através de:

1. Melhoramento da alimentação familiar, como necessidade vital para o homem. Consequentemente, é importante não só conhe

cer o modo de preparar os alimentos e os elementos nutritivos que os compõem, mas, principalmente, buscar uma mudança de atitude por parte da família, sobretudo da dona de casa, quanto aos hábitos nutricionais da família.

2. Melhoramento da habitação. A construção de casas em regime cooperativo é um objetivo que pode ser realizado com a participação da mulher no desenvolvimento cooperativo. Por isso mesmo é de grande importância a participação do profissional de Ciências Domésticas no planejamento de programas habitacionais, a fim de proporcionar dados e sugestões úteis aos planejadores. Ao mesmo tempo, é muito importante a preparação da família para o uso de moradias mais condizentes com sua condição humana e a adoção de melhores hábitos de vida. Assim, podemos preconizar também a atuação do referido profissional junto aos Planos Nacionais de Habitação, preparando a família para a transferência dos cortiços e favelas para os novos núcleos habitacionais.

3. Melhoramento da renda suplementar da família. Pode-se cumprir esse objetivo por meio de atividades dirigidas aos jovens e às donas de casa, a fim de que obtenham novos proventos através de atividades na indústria, assim como na produção e venda de objetos de artesanato.

4. Por intermédio da família sua atuação reflete-se na comunidade. Para tanto é necessário promover o aumento da capacidade de produção da família rural e a mudança positiva de suas atitudes, com vista a solucionar seus problemas, acompanhada de uma confiança plena no valor solidário e em suas próprias possibilidades de progresso permanente. Como consequência lógica, produz um progresso nítido nas próprias condições de vida das famílias. Por sua vez, é preciso incentivar a família e a comunidade a estabelecerem relações com os diferentes serviços e instituições assistenciais, de interesse fundamental para o seu desenvolvimento mais completo.

As Ciências Domésticas, finalmente, devem contribuir no delineamento de sistemas que permitam incorporar a família aos novos padrões de vida, levando em conta os seguintes elementos:

- Administração de seus recursos produtivos;
- Novas estruturas e oportunidades ocupacionais;
- Transformações na pirâmide das idades (crescimento demográfico acelerado que se traduz numa maioria populacional jovem, com alto índice de mobilidade em direção às zonas urbanas);
- Redistribuição geográfica das populações;
- Universalização progressiva dos valores típicos das sociedades urbanas e industrializadas dentro do contexto rural, que conduzam ao rompimento das tradicionais relações de consanguinidade e compadrio econômico, político e social.

No processo de desenvolvimento rural as Ciências Domésticas têm uma importante contribuição a oferecer aos centros rurais, no cuidado e educação e crianças, nos centros de alimentação comunitários, nas cooperativas de artesanato, conservação de alimentos, habitação e consumo.

Na indústria de alimentos e equipamentos domésticos poderão encontrar novos produtos necessários à família, adaptados às condições sócio-econômicas do meio. É necessário que os produtos da tecnologia moderna cheguem à sociedade em condições técnicas e de custo que maximizem os benefícios dos consumidores, não só urbanos mas também do meio rural.

Na indústria alimentícia, além da busca de novos produtos necessários à alimentação da família, é fundamental que o alimento colocado no mercado satisfaça aos requisitos essenciais de higiene e nutrição. As inovações tecnológicas, na elaboração e processamento do alimento, devem evitar ao máximo as perdas não só de ordem econômica, ocasionadas pelo desperdício, contaminação e infestação, mas também as perdas dos elementos nutritivos essenciais à saúde do homem. Não se concebe, portanto, a tecnologia de alimentos divorciada dos problemas nutricionais, de higiene, do controle de qualidade, enfim.

Vemos, então, que o profissional de Ciências Domésticas deve, por um lado, compreender e conhecer a vida do campo, ter uma visão do meio rural e dos problemas e aspirações do camponês e sua família. Por outro lado, deve ter conhecimentos técnicos nas áreas de nutrição, alimentos, saúde, higiene, habitação, vestuário e têxteis, relações familiares, desenvolvimento da criança, cooperativas, administração dos recursos da família, planejamento, educação do consumidor, métodos de pesquisa, comunicação e educação.



Participação no treinamento de professoras rurais – como neste curso para docentes do Vale da Ribeira, SP – é importante contribuição das Ciências Domésticas para o desenvolvimento da comunidade.

Antes de concluir, gostaria de deixar-lhes dois conceitos que acredito de valor para melhor compreender o impacto potencial das profissionais em Ciências Domésticas no desenvolvimento nacional e sua desejada orientação.

Parece óbvio, em primeiro lugar, que a situação atual do desenvolvimento dos países da América Latina requer uma conversão paulatina da estrutura ocupacional dos grandes setores da força de trabalho em geral, e especialmente da força de trabalho rural. Essa conversão da força de trabalho relaciona-se diretamente com a necessidade de adaptar o tipo de tecnologia utilizada, dando-se impulso às indústrias colocadas no meio rural, e, conseqüentemente, à preparação da mão-de-obra que a elas terá acesso.

Muitos planos há nesse sentido, alguns bem interessantes, sobretudo os relacionados com a elaboração de alimentos. Estamos convictos, entretanto, da necessidade de se estabelecer um elo entre o planejamento a nível macro nesse campo e o estímulo e a motivação a nível de unidades sociais básicas que assegurem a viabilidade dos planos. Acredito que o profissional moderno de Ciências Domésticas seja um dos elementos mais adequados para esse trabalho.

Segundo, gostaria de dizer algumas palavras sobre o setor marginalizado da população em geral, e da população rural em particular. A população marginalizada é, em muitos casos, vítima de um círculo vicioso de pobreza e atraso gerando mais pobreza e atraso. Com muita frequência, no entanto, a pobreza não é totalmente atribuível a uma carência generalizada de recursos - que acontece em alguns setores - mas tem sua origem principalmente no desconhecimento quase absoluto dos recursos disponíveis e dos meios apropriados para utilizá-los. Não me refiro aos casos isolados de ingênuos pobres sentados sobre um poço de petróleo mas, principalmente, a todos os setores da população que começam por desvalorizar seu próprio trabalho e o vendem por migalhas. Quem subestima o valor de seu trabalho subestima também o valor dos recursos de que dispõe. Mais trágicos ainda, e possivelmente mais frequentes, são aqueles que valorizam corretamente os meios disponíveis, mas não podem usá-los porque a máquina indiferente do sistema econômico é armada e operada no sentido de outros grupos da população nacional.

Soluções existem muitas. Poucas, entretanto, têm as perspectivas de êxito que apresenta a ação promocional dos profissionais no campo das Ciências Domésticas. Isso, porém, na medida em que desdenhem o trampolim fácil do paternalismo e abandonem para sempre a compaixão profissional que durante tantos anos estrangulou a profissão.



Mediante o emprego de técnicas de grupo, a professora Gilda de Lima demonstrou a importância de uma adequada reestruturação curricular para o ensino das Ciências Domésticas.



CURRÍCULOS E OBJETIVOS EDUCACIONAIS

Dra. Gilda de Lima

Professora da Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo

É inegável que, em sua essência, a educação é um problema de fins. Estabelecidos estes, propõe-se necessariamente a estipulação dos meios que possibilitem alcançá-los.

À Didática, como teoria da docência, compete organizar a tarefa educacional. Nessa atividade ela se volta para as ciências do homem, que lhe fornecem a base necessária a seu desenvolvimento subsequente. Embora toda aquisição científica possa influir no desenvolvimento da Didática, numa primeira etapa ela se apóia sobretudo nas Ciências Sociais, para, num segundo momento, basear-se fundamentalmente nas contribuições da Psicologia.

Assim, a partir da concepção do homem e com base nos dados da realidade circundante, a Didática vai de início discutir a problemática do currículo escolar que condicionará os conteúdos programáticos. Seguir-se-ão: a definição metodológica e a formulação da tecnologia educacional - planejamento escolar; técnicas de direção da aprendizagem; avaliação do rendimento escolar; recursos educacionais, etc.

No que respeita à organização escolar, na atualidade, três correntes pedagógicas propõem-lhe alternativas de definição. São elas: a concepção romântica; a concepção tradicional; a concepção interacionista.

A concepção romântica, cujas origens encontram-se no "Emílio" de Rousseau, sugere um total respeito à bagagem individual e natural de cada um e aceita que a intervenção do adulto é sempre pernicioso ao desenvolvimento do educando. Tal concepção concretiza-se nas chamadas escolas livres, das quais Sumerhill é o exemplo mais divulgado.

A concepção tradicional propõe à escola a tarefa de transmitir os conhecimentos, as habilidades, as normas sociais de uma dada cultura. A escola tradicional reconhece que o conhecimento e as normas sociais evoluem, mas compete-lhe apenas a transmissão do que é vigente no momento. Relega a emotividade a um segundo plano, sendo sobretudo intelectualista.

A concepção interacionista, derivada da filosofia de John Dewey, pretende que o educando se constitua intelectual e emocionalmente a partir da atividade realizada. Apenas a experiência, que força a interação, pode levar ao desenvolvimento. A experiência é sugerida por uma dificuldade - cognitiva ou prática - que gera a situação nova. Todas as chamadas escolas progressistas partem de tais concepções.

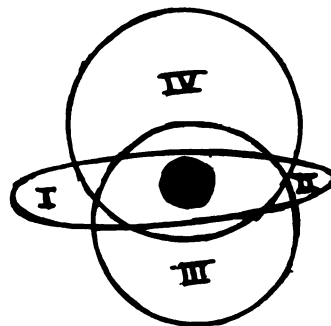
Contudo, na prática escolar mais comum, ou seja, fora das chamadas escolas "experimentais", de "demonstração" ou de "aplicação", as três concepções atuam concomitantemente, propondo situações incoerentes em si mesmas e dificultando a organização da atividade escolar.

A opção por um tipo de educação -- romântica, tradicional ou interacionista -- somente poderá ser feita pelo educador segundo suas concepções pessoais e ela condicionará toda ação posterior.

Durante a atividade escolar dois elementos básicos se defrontam: o professor e o aluno. Esses elementos constituem o fulcro do processo ensino-aprendizagem do qual se espera como resultado a aquisição do conhecimento (instrução), veículo da educação que é o objetivo final.

Cada um desses elementos pode ser estudado como um sistema próprio e peculiar, mas consistindo cada qual em um sistema aberto. ^{1/} Estão contidos no sistema amplo e complexo que é o currículo escolar.

Sintetizando, podemos afirmar que o sistema escolar compreende um conjunto de elementos em contínua interação. Tais elementos, em si mesmos, constituem sistemas. Há uma interação constante entre todos elementos. O ponto em que essa interação afeta todos os componentes e estes passam a atuar de forma contínua constitui o ponto máxima de atuação da instituição escolar. O diagrama abaixo, concretizando a idéia, talvez a torne mais clara:



Elementos do Sistema Escolar:

- I = sistema Aluno
- II = sistema Professor
- III = sistema Instrução
- IV = sistema Currículo

^{1/} Por sistema se entende um conjunto estruturado de elementos que se conservam em interação. Os elementos possuem qualidades próprias, mas há uma qualidade específica do sistema que deriva da interação de seus elementos.

Os sistemas que se desenvolvem numa relação de troca de matéria e de energia - permanecendo dinâmicos em relação ao ambiente em que existem - são denominados abertos. Os sistemas auto-suficientes e não afetados por pressões de outros sistemas são considerados fechados.

A escola é em si mesma um sistema aberto - mantém-se em permanente troca com o ambiente em que se situa. Dele recebe: as concepções a partir das quais estabelece seus fins; os elementos humanos que a constituem; os recursos materiais que lhe permitem o funcionamento. Devolve-lhe: indivíduos aptos a atuar, produzir e, conseqüentemente, modificar o meio original.

A inter-relação (assinalada em preto no centro da figura) constitui o sistema ensino-aprendizagem, que resulta da atividade diretamente realizada pelo professor, como sistema dedicado ao ensino, e pelo aluno, como sistema voltado para a aprendizagem. Tudo que o professor faz no seu papel profissional é ensinar, mas ele é, em si mesmo, um sistema pessoal, com necessidades próprias, valores pessoais, predisposições, experiências. É claro que sua forma de ser orienta a maneira pela qual se relaciona com o educando quando dedicado à sua tarefa, embora possua uma faceta especificamente profissional. Ao atuar utilizando sobretudo esse aspecto profissional ele o faz como professor. Esse é, pois, o sistema personalizado que realiza atos pertinentes à tarefa de ensinar.

Da mesma forma o estudante é um sistema personalizado, com interesses e valores, vivenciando a sua especificidade e, na situação escolar, envolvido em atos de aprendizagem. Através desta o estudante visa alcançar o conhecimento, ou mais vulgarmente, instruir-se.

O sistema instrução é composto de uma ampla gama de conhecimentos a serem propiciados ao sistema aluno pelo sistema professor. Os atos de ensino-aprendizagem dão-se geralmente em local apropriado - a sala de aula - porém envolvem muito mais conteúdo - instrução - do que usualmente ali se ventila.

O sistema currículo é mais amplo do que os anteriores e muito mais complexo. Currículo consiste no conjunto total das atividades realizadas sob a égide da escola.

Nessa visão ampla de currículo incluem-se as atividades de classe e as extra-classe; as atividades explícitas e as implícitas, realizadas por estimulação da instituição escolar.

Concluindo, é necessário, antes de definir um currículo - sistema de atividades escolares -, conhecer a sociedade que a instituição escolar vai servir. E conhecê-la em termos de valores, expectativas, realidades.

Cumprir definir qual o tipo de indivíduo coerente com essa sociedade que, possuindo capacidades novas, seja capaz de levá-la a situações mais desejáveis.

É necessário optar por uma concepção da educação, o que implica a definição de qual a forma mais hábil para alcançar os fins estabelecidos.

Finalmente, é preciso formular os planos genéricos de ação, ou seja, esquematizar o currículo incluindo os conteúdos programáticos e o método-norteador da tarefa educacional (sistema instrução); organizar o corpo docente e desenvolvê-lo em sua capacidade profissional (sistema Professor); analisar o estudante enquanto indivíduo e como membro de um grupo, suas necessidades, expectativas, bagagens e produtividade (sistema Aluno). A análise do resultado final será evidentemente necessária ao conhecimento da validade dos propósitos, da atualidade dos conhecimentos, do resultado do processo ensino-aprendizagem advindo da interação do sistema Aluno com o sistema Professor.

PROPOSTA DE UM NOVO RUMO PROFISSIONAL PARA AS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS

Resumo do Trabalho por Juan Diaz Bordenave, IICA

1. A intenção de meu trabalho foi produzir um certo choque nos leitores, visando dramatizar alguns fatos históricos que conspiram contra a consolidação da profissão das Ciências Domésticas em nossa cultura:

- a) o tipo de colonização de nossos países fez com que a família rural e seu lar não fossem tão valorizados como o foram na cultura norte-americana, que teve um tipo diferente de colonização. Aliás, a vida rural é geralmente pouco valorizada em nossa cultura, como se pode ver, por exemplo, na evolução da própria Extensão Rural, que nos últimos tempos tem abandonado a promoção humana como objetivo prioritário para acentuar a produção e a produtividade.
- b) Por sua vez, as escolas de Economia Doméstica, na sua evolução, valorizaram mais os aspectos tecnológicos da profissão, tais como têxteis, vestuário, alimentação, nutrição, moradia, etc., descuidando dos aspectos a que chamo de "técnicas sociais", isto é, os métodos de educação, organização e ação grupal, indispensáveis para assimilação de melhores tecnologias por parte da população rural. Embora seja lícito procurar o bem-estar da família, nossa realidade social é tal que não é possível atingir esse bem-estar sem se trabalhar com os sistemas sociais que rodeiam a família e que fornecem as condições para o bem-estar. Isso exige o domínio de técnicas sociais.

2. Por conseguinte, meu trabalho acentua a necessidade de uma profissão mais orientada para as técnicas sociais, para a sócio-tecnologia, do que para as técnicas materiais, sem com isso diminuir a importância de um bom domínio da tecnologia alimentar, nutricional, de vestuário, etc.

3. Finalmente, destaco a necessidade de orientar a profissão para o atendimento das classes rurais e urbanas menos privilegiadas. Isso, naturalmente, não impedirá que algumas profissões de Ciências Domésticas escolham a indústria, particularmente a agro-indústria, como campo de trabalho, mas a ênfase fundamental deverá estar na ajuda às populações de escassos recur-

*“A vida rural é
geralmente pouco
valorizada em
nossa cultura”.*



sos, a fim de elevar seu nível de organização, educação e aquisição de melhores tecnologias. Ressalto a necessidade de uma intensa ação política para conscientizar dirigentes da sociedade no sentido de maior valorização da vida rural e da família rural, sem a qual uma profissão dedicada ao seu bem-estar não encontrará apoio, legitimação e recursos.

4. Em resumo, meu trabalho tenta dramatizar a dificuldade que enfrentam as Ciências Domésticas em nosso meio, por não serem os valores de nossa cultura, por razões históricas, decididamente favoráveis a uma vida confortável e digna para a população rural, apesar das declarações públicas de políticos e técnicos. O novo rumo proposto é o de maior ênfase nos currículos de formação dos cientistas domésticos, nas disciplinas de Psicologia Social, Comunicação, Planejamento de Programas, Trabalho com Grupos, etc., e de uma redução da ênfase atualmente dada às disciplinas tecnológicas como têxteis, vestuário, decoração de interiores, etc. A meta da profissão deveria ser a valorização da vida rural mediante a elevação da qualidade de vida, como produto da organização, da educação e da ação coletiva.



SIMPÓSIO: "ALGUMAS ESTRATÉGIAS PARA ATINGIR OS OBJETIVOS DAS CIÊNCIAS DOMÉSTICAS"

Como parte do programa do Seminário, realizou-se um Simpósio em que vários especialistas aportaram ideias, que poderiam contribuir ao atingimento adequado dos objetivos das Ciências Domésticas nas novas perspectivas do processo de desenvolvimento. O simpósio foi coordenado pelo Prof. Eduardo King Carr, Secretário Executivo do Acordo ABEAS—IICA e seus participantes foram:

Deputada Dra. Dulce Salles Cunha Braga, da Assembleia Legislativa de São Paulo

Dra. Virginia Lattes de Casseres, Consultora da FAO

Dr. Juan Diaz Bordenave, Especialista em Comunicação Agrícola, IICA-Rio de Janeiro

Engo. Agro. José Pedro Coelho Santiago, da Associação de Engenheiros Agrônomos do Brasil

Palavras da Deputada Dra. Dulce Salles Cunha Braga

"A opinião pública, os grupos de pressão e as Ciências Domésticas"

Meus sinceros agradecimentos pela apresentação e pelo convite para participar deste Seminário. Na qualidade de deputada, considero muito importante o entrosamento do parlamento com as representantes das Ciências Domésticas. Tenho feito, na tribuna da Assembléia Legislativa, vários pronunciamentos sobre as Ciências Domésticas, sempre ressaltando a necessidade de uma legislação efetiva sobre a profissão no nosso País. Convidada que fui, pela "American Home Economics Association", de Washington, tive oportunidade de lá permanecer um mês, em contato com as economistas domésticas dos Estados Unidos e, se voltei entusiasmada com

o que vi, fiquei de certa maneira preocupada com o que aqui se vê. Isso, porém, dá incentivo para a luta e mostra a necessidade de uma tomada de posição, evidenciada neste Seminário, em que os participantes estudam como melhorar a posição das Ciências Domésticas em nosso País.

Influência da opinião pública

A moderna concepção da Teoria Geral do Estado aceita e explica a influência da opinião pública nas decisões do Governo e como essa se forma. A democracia americana, sem dúvida a que mais se aproxima do conceito, é um exemplo claro do poder da opinião pública externada através dos meios de comunicação, imprensa, rádio e TV. Por outro lado, no sistema representativo, o povo se faz presente no parlamento pelo voto, que lhe permite eleger os representantes com os quais se identifica.

Vale dizer que se presume que o parlamentar, desde o vereador até o senador, seja escolhido mediante uma seleção popular de valores, a qual se processa efetivamente no pleito. Em benefício do seu mandato, o parlamentar deve seguir uma linha de conduta condizente com a opinião de seus eleitores, procurando representá-los. Por isso há, no sistema americano, parlamentares que representam classes, grupos e sindicatos.

No Brasil o sistema também foi implantado. E os deputados, em sua maioria, expressam a opinião de seus eleitores, constituídos também por classes e grupos, sindicatos e até religiões. No exercício de seus mandatos os deputados, como verdadeiros mandatários dos eleitores, procuram defender os interesses dos seus mandantes que, sobre eles, legisladores, exercem forte pressão. No meu entender, sim. Desde que envolvam interesses legais e honestos. Assim se infiltra a opinião pública, que mais cedo ou mais tarde sensibiliza representantes populares nos parlamentos e estes, por sua vez, fazem pressão sobre o executivo. Dessa forma funciona a democracia. E até hoje não se descobriu melhor forma de governar uma nação do que a presença representativa do povo nas casas de leis.

Li com interesse um oportuno artigo, que recomendo por sua importância, publicado no "Journal of Home Economics" de janeiro de 1974, sob o título: "Alguns mitos sobre a ação legislativa", de autoria de Mary Helen Jonley, diretora de Relações Públicas da "American Home Economics Association". Nesse artigo, com espírito de profundo senso crítico, a autora analisa a atuação dos grupos de pressão, os "lobbies", na feitura das leis americanas. E ela conclui "pela legitimidade dos grupos de pressão, considerando-os úteis à educação". Diz, no entanto, a articulista com relação às Ciências Domésticas: "Nós não podemos proceder assim, porque se o fizermos estaremos afetando nossa conduta exemplar". E, refutando o que considera ilícito, conclui, "não só pela legitimidade da ação, como também pela conveniência de uma permanente pressão, no bom sentido, a fim de que se resguardem os princípios de associação". Como é que, no Brasil, nós poderemos atuar, como é que a Associação Brasileira de Economistas Domésticos poderá agir para atingir seus objetivos?

*“Os economistas domésticos
poderão ser defensores
do consumidor e trabalhar
por melhores condições
de vida familiar”.*



Como toda democracia do tipo americano -- e o Brasil é uma democracia desse tipo --, é necessário que haja, portanto, grupos de pressão para a formação de opinião pública com vista aos objetivos da entidade. É necessário deixar bem claro quais são os objetivos das Ciências Domésticas, qual o papel do economista doméstico, qual a função que ele poderá exercer, qual a sua prioridade, para que se possa pressionar os órgãos representativos no sentido de ajudar ou possibilitar uma legislação à altura dos interesses da Associação. No Brasil, a presença das Ciências Domésticas é fundamental, pelos objetivos citados, pelos interesses que representa. A entidade de classe, através de movimentos de opinião pública, poderá forçar o Governo a estabelecer normas que visem ao incentivo da filosofia das Ciências Domésticas em todos os setores das atividades humanas, pois no Brasil, ainda a meu ver, não existe uma legislação adequada neste setor.

São admissíveis tais grupos de pressão? No meu entender, sim. Desde que envolvam interesses legais e honestos. Assim se infiltra a opinião pública, que mais cedo ou mais tarde sensibiliza representantes populares nos parlamentos, e estes, por sua vez, fazem pressão sobre o executivo. Dessa forma funciona a democracia. E até hoje não se descobriu melhor forma de governar uma nação do que a presença representativa do povo nas casas de leis.

Os economistas domésticos poderão ser defensores do consumidor e trabalhar por melhores condições de vida familiar, tanto no setor público como no privado. Deverão ser ativos, organizados, envolvendo-se e participando sem todos os níveis, regional ou federal. Atuando as Ciências Domésticas tanto no ambiente da família como no público, haverá condições de se estabelecerem princípios legais de alcance a curto, médio e longo prazo.

Trata-se de algo a ser implantado, não podendo ocorrer sem prévia formação da opinião pública. É o que me proponho fazer, desde que munida dos elementos adequados. Os economistas domésticos muito poderão contribuir para uma orientação pública, de maneira a assegurar positivas e seguras condições familiares e estimular a opinião pública. Os economistas domésticos poderão dar uma contribuição muito grande à família, causando verdadeiro impacto tanto no setor privado como no público. Na minha opinião, o papel dos economistas domésticos é fundamental para o engrandecimento do nosso País.

Palavras da Dra. Virginia Lattes Casseres, Consultora da FAO, Santiago, Chile



"Aperfeiçoamento Profissional e Desenvolvimento de Liderança:
Importância para o Fortalecimento de uma Profissão"

No simpósio sobre "Estratégias para Definir os Objetivos das Ciências Domésticas"¹/ considerou-se que o aperfeiçoamento e a liderança profissional são elementos que contribuirão de forma significativa para a realização dos fins propostos para nossa profissão. Uma profissão com técnicos fracos e membros que não se interessam por assumir responsabilidades na linha de frente ou são indiferentes à sua sociedade não merece muito respeito nem ajuda. O interesse demonstrado pelos economistas domésticos brasileiros em analisar e mudar a situação em que se encontram indica que o comentário acima feito felizmente não se aplica neste caso.

I - Aperfeiçoamento Profissional

As reflexões sobre o primeiro aspecto do tema, vinculadas ao objetivo de justificar a necessidade de aperfeiçoamento, baseiam-se em alguns conceitos educacionais formulados cada vez com mais ênfase nos últimos anos: "educação permanente", "educação não formal" e "educação como aprendizagem".

A. Que é educação permanente?

Embora seja uma expressão de uso recente, a idéia não é nova. Essa forma de educação existe há séculos nas diversas sociedades organizadas de que se tem conhecimento. A comissão que preparou o "Aprender a Ser" para a UNESCO (também chamado documento de Fauré) considerou a educação permanente como uma das duas noções fundamentais que integram o desenvolvimento, explicando-a assim:

A idéia da continuidade do processo educacional não é nova. Conscientemente ou não o ser humano não cessa de aprender, basicamente sob a influência dos ambientes onde passa sua existência ... e em consequência das experiências que modelam seu comportamento, sua concepção de vida e o conteúdo do seu saber".... (1, p. 202).

Por sua vez, o Conselho Internacional para o Desenvolvimento da Educação (ICED) destaca que, "por sua própria natureza, a educação é um processo contínuo iniciado na primeira infância, o qual necessariamente implica uma variedade de métodos e fontes possíveis de aprendizagem" (2, p. 9).

"Já não se define a educação em termos de conteúdo a adquirir, mas como o processo de vir a ser de cada ser humano; a pesquisa psicológica diz que o homem é um ser inacabado, que só se pode realizar mediante uma aprendizagem constante. Por conseguinte, a educação tem lugar importante em todas as épocas de vida e nas diversas situações dessa. Por isso ultrapassa os limites das instituições, dos programas e dos métodos que lhe foram impostos no decorrer dos séculos". (1, pp.203 - 204).

1. Por que se fala agora de "educação permanente"? O que a faz atual e importante?

Os que olham para o futuro da humanidade citam numerosas razões que justificam a ênfase que se dá ao tema.

Para Hellmut Becker,

"Três fatores determinam a mudança revolucionário do fenômeno educacional de nossa época ... a explosão das cifras a explosão dos conhecimentos ... e o fato de que ... o processo educacional deva ter lugar durante a vida inteira" (3, p.7).

Falemos da explosão dos conhecimentos. Os cientistas e escritores preocupados com a ciência e a tecnologia concordam em que, no ritmo atual, os conhecimentos científicos tornam-se obsoletos em poucos anos. Alguns indicam o prazo de cinco anos, outros falam de duas décadas. Um autor escreveu em 1971 que " só nos últimos dez anos foram descobertos 93% dos conhecimentos da Biologia" (3, p. 7). Outra fonte destaca que mais de 90% de todos os sábios e inventores da história da humanidade vivem em nossa época. E a humanidade tem muitos séculos de história!

Igualmente notável é a diminuição constante do intervalo que separa o descobrimento científico de sua aplicação em grande escala. Por exemplo, passaram-se 112 anos desde o descobrimento dos princípios da fotografia até sua aplicação prática (de 1727 a 1839); quinze anos se passaram no caso do radar (de 1925 a 1940), três no caso do transistor (de 1948 a 1951).

O informe Fauré fala da "vertigem do futuro", indicando que essa progressão do saber e dos poderes do homem acelera-se ainda mais à medida que se elevam os níveis educacionais em todo o mundo e que os países em desenvolvimento contam com maior número de pesquisadores (1, p. 142). O escritor Alvin Toffler (4) publicou em 1970 um livro intitulado "O Choque do Futuro", no qual descreve o que pode ocorrer numa sociedade com um ritmo de mudanças muito acelerado e as dificuldades que as pessoas encontrarão para se adaptarem ao mesmo. Toffler fala de mudanças de toda ordem, incluindo a família, a paternidade, os estilos da vida e a educação.

A revolução científica e técnica afeta todos os países do mundo, sem exceção, e não só no plano tecnológico mas igualmente no social, no ético, no filosófico e no artístico. Fala-se da "dupla revolução cultural da era industrial", fundada ao mesmo tempo nos poderes da razão e da imaginação, do irracional e da afetividade (1, p. 142). Os meios de comunicação coletiva desempenham um papel importante nas mudanças. Trazem aos países em desenvolvimento outros modelos e padrões de vida, que influem profundamente nas aspirações dos habitantes, convertendo nosso mundo num só, mediante a instantaneidade, um dos traços do nosso tempo. Para os profissionais o desenvolvimento de sistemas de arquivo e de recuperação da informação são muito importantes. Graças a eles, atualmente é menos importante memorizar fatos e cifras do que saber onde se encontra a informação.

2. É tempo de se perguntar: "Que efeito tem tudo isso sobre a preparação profissional?"

Os efeitos são numerosos e significativos, pois, como indica Becker, "hoje muda-se cada domínio do trabalho no curso de uma vida, de tal maneira que nenhum homem pode seguir preenchendo adequadamente os requisitos de sua profissão, passados 20 anos, com os conhecimentos de sua primeira formação" (3, p. 8).

Por outro lado, o profissional não pode viver alheio ao resto do mundo de que faz parte; isso indica a necessidade de pôr em dia os conhecimentos obsoletos nas diversas ordens, para ser capaz de cumprir suas funções profissionais e pessoais. Poderíamos dizer que a atualização profissional exige também a atualização de nossa socialização^{1/}, a fim de funcionar com seres inte-grais num mundo interdependente.

Para quem preparou o informe Fauré, a finalidade da educação em relação a emprego deveria ser não a de preparar os jovens e os adultos para determinada profissão, mas sim de otimizar a mobilidade profissional e suscitar em caráter permanente o desejo de aprender e formar-se (1, pp.33 - 34). Isso nos leva a novas interrogações sobre qual a função e a meta da educação profissional que damos nas universidades. Atualmente, em nossos países, existe o que se chama o "mito do título profissional" .

Muitos crêem que é indispensável ter uma formação universitária para fazer parte da elite - o diploma é o símbolo de status, considerado indispensável ao triunfo. Ao mesmo tempo, é frequente encontrar profissionais que consideram que ao receber o título já sabem tudo. A atitude científica da humildade, da busca constante do conhecimento, não faz parte da bagagem que as universidades entregam aos estudantes. Se confrontarmos essa observação com o que foi dito antes sobre a rápida obsolescência dos conhecimentos, perceberemos um sinal de perigo diante de nós. Temos de dar atenção, antes que seja tarde, à sobrevivência da nossa profissão, que muito tem a contribuir para o mundo moderno.

A universidade não pode mais formar eruditos com um nível fixo de saber, mas deve preocupar-se em formar pesquisadores e trabalhadores científicos (5, p. 98). Se sabemos ser impossível a formação profissional completa em quatro anos, caberia à universidade estimular a aprendizagem posterior continuada e ensinar aos estudantes as técnicas que lhes permitam prosseguir sozinho em sua educação. "A tarefa da escola é desenvolver a fome da aprendizagem e ensinar as técnicas para saciar essa fome".... (3, p. 9).

A ênfase deixar de ser o conteúdo para converter-se no método, passa do ensino à aprendizagem, do objeto ao sujeito da educação. Creio que aqui se aplica o provérbio chinês que diz: "Dê a um homem um peixe e ele o comerá uma vez; ensine-o a pescar e ele comerá peixe a vida inteira".

B. Algumas sugestões sobre aperfeiçoamento profissional

Quando me refiro ao aperfeiçoamento profissional em Ciências Domésticas vejo-o como parte da educação permanente e entendo-o como a aquisição da parcela importante da formação profissional depois de obtido o primeiro título universitário. O aperfeiçoamento realiza-se simultaneamente com a vida profissional ativa, ou em períodos em que essa é interrompida para fins de atualização sistemática.

Apresentarei a seguir algumas sugestões com base na classificação das modalidades de educação empregada pelo ICED, e que são as seguintes: educação informal, educação formal, e educação não-formal.

1. Por educação informal entende-se o verdadeiro processo da vida, mediante o qual o indivíduo adquire atitudes, valores, destrezas e conhecimentos emanados da experiência diária e das influências e recursos educativos de seu ambiente -- através da família ou dos vizinhos, do trabalho e da recreação, do mercado, da biblioteca e dos meios de comunicação coletiva. (2, p. 10).

O meio em que vivemos está cheio de estímulos, de informações sobre problemas, necessidades e situações importantes para as Ciências Domésticas. Publicam-se livros, revistas e jornais;

realizam-se conferências e exposições; existem museus, centros culturais. As pessoas com as quais nos relacionamos podem ter problemas e deficiências, mas também têm virtudes que muito nos podem ensinar.

Façamos um exame de consciência e perguntemos: Quantos profissionais aqui presentes subscrevem publicações periódicas de disciplinas como Psicologia, Sociologia, Nutrição, Desenvolvimento Humano, Educação, só para mencionar algumas que interessam às Ciências Domésticas? Quantos frequentam regularmente as bibliotecas das universidades em que trabalham ou da cidade onde moram, só para olhar as publicações recentes nas áreas relacionadas com a profissão? Quantos assistem a palestras sobre temas relacionados com a profissão, fora da Faculdade de Ciências Domésticas? Quando trabalhamos em grupos interdisciplinares, aproveitamos a oportunidade de aprender com as outras ciências representadas?

Como a subscrição de revistas técnicas é cara, talvez os grupos profissionais pudessem cooperar na assinatura de revistas e estabelecer um sistema de intercâmbio. Isso é especialmente válido no caso das revistas não serem encontradas nas bibliotecas a que se tem acesso.

2. A educação formal refere-se ao sistema educacional hierarquicamente estruturado, graduado cronologicamente desde a escola primária até a universidade e incluindo, além dos estudos acadêmicos gerais, uma variedade de programas especializados e instituições para a capacitação profissional e técnica em tempo integral (2, p. 11).

A nosso caso se aplicam todos os programas de pós-graduação que levam a título ou diploma, com oportunidades para estudos tanto no país como no estrangeiro. Dentro do Brasil podem-se realizar estudos de pós-graduação em áreas como Sociologia, Psicologia, Economia, Extensão, Educação em nível do mestrado e, em alguns casos, de doutorado. Um dos serviços da ABED (Associação Brasileira de Economistas Domésticos) a seus sócios poderia ser o de resumir e divulgar informações sobre as fontes de bolsas de estudo ou de financiamento.

3. A educação não-formal é definida como qualquer atividade educacional organizada fora do sistema formal estabelecido, operando separadamente deste ou como parte importante de alguma atividade mais ampla que se pretende sirva a público e a objetivos de identificáveis de aprendizagem (2, pp.11).

Dentro desse conceito poderíamos incluir todo tipo de cursos curtos, seminários, reuniões técnicas, como as que faz o IICA em Metodologia do Ensino, e "estágios". Muitas dessas atividades poderiam fazer parte dos programas de capacitação em serviço das instituições que empregam economistas domésticos.

Outras oportunidades poderiam ser oferecidas pelas ESCD (Escolas Superiores de Ciências Domésticas). Um exemplo: esco-

las reconhecidamente fortes numa determinada área da profissão organizariam atividades de aperfeiçoamento para profissionais de todo o país. Isso poderia evoluir para a idéia de desenvolver "centros de excelência" em Ciências Domésticas, à semelhança do que se está fazendo em outras áreas científicas, onde várias instituições ou países se beneficiam da concentração de recursos e especialização numa determinada área, feita por uma instituição previamente designada.

Outra forma interessante de aperfeiçoamento não-formal seria o sistema de orientadores, no qual o profissional trabalha durante certo tempo com outro mais preparado, na área que lhe interessa, para "aprender fazendo", ou o especialista coopera com colegas menos experientes na formulação e na execução de planos de pesquisa, de ação ou de ensino.

Estágios em instituições como o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (Rio de Janeiro), em escritórios de planejamento, empresas dedicadas ao processamento de alimentos ou produção de equipamento doméstico, nas editoras de jornais e revistas, inclusive os destinados a público feminino, poderiam ser boas alternativas.

II - Liderança Profissional

Neste segundo aspecto do tema, ajudará nosso pensamento começar por um esclarecimento do conceito. Uma definição da liderança especialmente relevante para nosso caso é encontrada no Dicionário de Sociologia de Pratt Fairchild.

"Liderança é o ato de organizar e conduzir os interesses e atividades de um grupo de pessoas unidas em torno de algum projeto ou empresa, executado por alguém que incentive a sua cooperação a fim de obter aprovação para determinados fins e métodos..." (6, p.173).

A liderança pode basear-se em diversos fatores, como as qualidades pessoais ou a posse de determinados conhecimentos e habilidades que outorgam prestígio diante do grupo.

Não é possível fazer aqui uma análise desses conceitos, mas é claro que os membros de uma profissão possuem alguns dos fatores que outorgam liderança na sociedade, sobretudo quando ao conhecimento técnico se acrescentam características pessoais como: dedicação e espírito de trabalho, entusiasmo por uma ou várias causas, interesse genuíno pelos problemas das famílias e da comunidade, habilidade de expressão e comunicação, sólida ética profissional que granjeie a confiança do próximo, assim como habilidade na organização e administração de programas e instituições.

A. Onde os economistas domésticos podem exercer liderança?

1. Há um provérbio que diz: "A caridade começa em casa". É aí que se pode e se deve começar a exercer a liderança. Por e

xemplo, as Escolas ou Cursos de Ciências Domésticas oferecem o -
portunidades para os que neles trabalham. Às vezes os profissio-
nais não estão de acordo com os rumos dados à Unidade de que fa-
zem parte porque as decisões são tomadas por pessoas alheias às
Ciências Domésticas. Já pensaram até que ponto isso se deve à
falta de visão e de compromisso dos Economistas Domésticos?

Ainda assim é possível atuar nas universidades de que fa -
zem parte as Escolas ou Cursos de Ciências Domésticas. Alguns e-
conomistas domésticos já estão participando de comissões de di -
versos tipos dentro de sua Universidade, sendo este um exemplo a
ser seguido pelo maior número possível de colegas. O mesmo é vâ-
lido para outras instituições em que trabalham os profissionais.

Possivelmente uma instituição que merece o apoio dos pro -
fissionais e que até agora não o recebeu em grau suficiente é a
Associação Profissional. A participação ativa na ABED propicia-
rá excelente oportunidade para aprender, para desenvolver apti -
dões em administração e estabelecimento de diretrizes, servindo
ao mesmo tempo à profissão e a cada um de seus membros.

2. O segundo âmbito que eu sugeriria seria a comunidade
em que cada um vive. Aqui os profissionais podem assumir papel
ativo em grupos ou projetos dedicados à solução dos problemas que
afetam o bem-estar de todos ou de alguns indivíduos e famílias .
Nesse sentido, os conhecimentos e os interesses dos economistas
domésticos poderão ser muito úteis para perceber os problemas ,
investigar suas causas e equacionar suas soluções, mantendo sem-
pre uma inter-relação, no trabalho desenvolvido, com os indivi -
duos, instituições e pessoas que tenham o poder de decisão.



*A Dra. Lattes propugnou uma participação
mais ativa na Associação Brasileira
de Economistas Domésticas (ABED).*

Creio que, para os colegas que não trabalham ou que trabalham em tempo parcial, a atuação na comunidade abre muitas oportunidades para conhecer o que a profissão pode fazer e, ao mesmo tempo, adquirir experiência e habilidades valiosas para seu desenvolvimento pessoal e profissional.

3. Em terceiro lugar, cumpre chegar até os "centros de poder", aos grupos de pessoas onde são tomadas as decisões que afetam o bem-estar e as características da vida das famílias brasileiras.

Isso inclui, naturalmente, as assembleias legislativas, ou o Congresso Estadual e Federal, o que não deve significar que todos devam candidatar-se a deputado ou senador, mas sim que decidam iniciar, promover e apoiar iniciativas louváveis, do interesse das famílias e da profissão. Da mesma forma, há necessidade de tomar conhecimento das iniciativas ou leis que afetam negativamente a qualidade da vida. Também deve haver uma preocupação no tocante a interpretar e transmitir as necessidades das famílias aos legisladores.

Os economistas domésticos poderiam participar de comissões ou grupos de trabalho que assessorem as instituições e programas do Governo sobre assuntos relacionados com a família e o bem-estar da população. Nesse sentido provavelmente será necessário, no início, que os profissionais ofereçam sua colaboração. Mais adiante, ao se conhecer o valor de sua contribuição, as instituições os convocarão.

B. Como preparar-se para exercer essa liderança?

As linhas de ação podem situar-se em dois níveis:

1. Sugestões para os atuais estudantes:

a) Oferecer oportunidades e animá-los no sentido de optar por créditos em disciplinas como Administração de Empresas, Legislação, Ciências Políticas, Comunicação, Economia, Planejamento, Desenvolvimento Sócio-Econômico.

b) Fazer convênios para a realização de estágios junto a legisladores e chefes e diretores de programas, assim como em escritórios de planejamentos dos diversos Ministérios ou Serviços.

c) Estimular a participação dos estudantes em atividades de extensão junto à comunidade, mediante as quais possam conhecer em primeira mão os problemas das famílias e trabalhar com elas e com outras instituições na solução dos mesmos.

2. Sugestões para os profissionais já formados:

a) Como parte do processo de educação permanente, os profissionais poderiam seguir disciplinas como as enumeradas acima, mediante cursos, seminários, estudo individual ou outras modalidades.

b) Sugere-se a instituição de "estágios" para profissionais, semelhantes aos propostos para os estudantes, mas num nível de maior profundidade.

c) Com a assistência da ABED, procurar conhecer melhor como se desenvolve o processo legislativo nos Estados e na Federação, com vistas a delinear posteriormente estratégias de ação junto aos legisladores.

d) Aceitar responsabilidades administrativas a fim de "aprender fazendo", sem esquecer, entretanto, o exercício da profissão.

e) Capacitar-se melhor nos aspectos técnicos, visando tanto à teoria e à pesquisa como à ação.

C. Problemas da sociedade latino-americana para cuja solução os economistas domésticos deveriam exercer liderança

As Ciências Domésticas representam uma profissão que se preocupa com as pessoas, como indivíduos e famílias, e com outros grupos da sociedade nacional. De modo geral, boa parte dos problemas que afetam a qualidade da vida humana é importante para esta profissão.

A título ilustrativo, indicarei algumas áreas ou problemas importantes:

1) A situação inferior da mulher na educação, no trabalho e no sistema jurídico.

2) O aumento da população e sua relação com os recursos e metas do desenvolvimento nacional.

3) A desnutrição e a subnutrição, com seus efeitos negativos no desenvolvimento infantil e na produtividade do adulto.

4) A falta, insuficiência ou má qualidade de diversos serviços disponíveis para as famílias (particularmente nos setores de habitação, saúde, educação e creches).

5) Destruição dos recursos naturais e danos ao sistema ecológico do qual as famílias fazem parte - este não é um problema unicamente dos países desenvolvidos, como se poderia pensar. É muito real e atual nos países em desenvolvimento e em suas áreas rurais pobres.

6) A falta de preparação das pessoas para alcançar uma vida mais satisfatória tendo como base o emprego inteligente de

seus recursos. Falta educação dos consumidores e conhecimento de administração pessoal e familiar.

7) Necessidade de programas de educação e capacitação de trabalho para a mulher. Sabemos que boa parte das mulheres na América Latina trabalham na área de serviços. Esse grupo requer atenção por ser proporcionalmente maior. Em geral provêm de classes sociais menos favorecidas, sendo constituído por trabalhadores sem uma preparação adequada que lhes permita ganhar melhores salários.

III - Resumo e Conclusão

Vimos que a aceitação duma "educação permanente" é indispensável, que nosso primeiro título profissional representa apenas uma primeira etapa - ainda que muito importante - e que depois disso há muito mais; que nosso aperfeiçoamento, mediante diversas modalidades, é possível; e que a liderança que podemos e vemos exercer nos abrirá muitas portas. Tudo depende da nossa decisão de aprofundarmo-nos e atuar. Por isso, desejo concluir enfatizando que a profissão de Ciências Domésticas se fortalecerá:

1) Na medida em que seus membros se mantenham atualizados, tanto no aspecto profissional como nos demais de sua vida, para o que serão exigidos dedicação e esforços constantes;

2) Na medida em que seus membros trabalhem por uma associação de classe forte, dinâmica, e agressiva.

3) Na medida em que estejam dispostos a participar de iniciativas e trabalhos que contribuam para melhorar a qualidade da vida de seus compatriotas, demonstrando sua capacidade e disposição de exercer liderança.

No Brasil, nossa profissão só se fortalecerá com o apoio decidido, o trabalho ativo e a participação entusiasta dos economistas domésticos nas tarefas importantes para o progresso do País.

Bibliografia citada:

1. Fauré, Edgar et. al. Aprender a Ser, Santiago, Chile, UNESCO Editorial Universitária, 1972. 380 p.
2. Coombs, P. H., Presser, P. C. y Ahmed, M. "New Paths to Learning for Rural Children and Youth." Relatório preparado para a UNICEF. Nova York, International Council for Educational Development, 1973, 133 p.
3. Becker, Hellmut. "Educación y oportunidades educativas extra escolares en la sociedad contemporánea". Em: Educación. Colección Semestral de Aportaciones Alemanas Recientes en las Ciencias Pedagógicas (Tubingen, República Federal Alemã)... Vol. 3, 1971.

4. Toffler, Albim. "Future Shock!" Nova York, Random House, 1970 559 p.
5. Plessner, Helmuth. "La universidad y la capacitación de adultos". Em: Educación. Colección Semestral de Aportaciones Alemanas Recientes de las Ciencias Pedagógicas. Tübingen, República Federal Alemã). Vol. 5, 1972.
6. Pratt Fairchild, Henry editor. Dicionário de Sociologia, 2a. edição. México, Fondo de Cultura Económica, 1949. 317 p.

A Dra. Lattes de Casseres frisou que o aperfeiçoamento profissional, a liderança e a participação em iniciativas que visam o progresso do País, são elementos que muito contribuirão para o alcance dos objetivos das Ciências Domésticas.





Simpósio sobre Estratégias
para Atingir os objetivos
das Ciências Domésticas

Palavras do Dr. Juan Diaz Bordenave, Especialista em Comunicação Agrícola, IICA, Rio de Janeiro

"Contribuição da Comunicação"

É do conhecimento de todos que, para se estabelecer uma estratégia de Comunicação, é importante saber quem é o público. Uma vez definido o público, cumpre decidir a ação desejada, isto é, "o que queremos desse público"? Somente depois é possível definir os meios de comunicação e o tratamento mais adequado.

Vocês poderiam perguntar: "Quais são os públicos relevantes para uma estratégia de comunicação em Ciências Domésticas"? Penso que o primeiro público são vocês mesmas. A comunicação interna dentro da profissão. Na medida em que vocês tenham objetivos claros, uma missão definida, precisarão que todos conheçam esses objetivos e comunguem com essa missão. Há muitos objetivos diferentes na sua profissão: objetivos da ABED; objetivos dos não sócios da ABED; objetivos dos professores, diferentes dos objetivos dos profissionais. Há uma diversidade de forças que devem ser canalizadas para a unidade de esforços. Isso só conseguiremos através de intensa comunicação dentro da profissão.

Então, como proceder? Há muitos caminhos, mas o do contato pessoal é indispensável. Há outros caminhos, como reuniões regionais, reuniões nacionais, a criação ou o fortalecimento do boletim da classe, que eventualmente se converta numa revista nacional de Ciências Domésticas, onde vocês possam trocar experiências, doutrinas, etc.

No público interno a que me referi incluir-se-iam as professoras das escolas, as professoras de ensino do 2º grau nessa área, as profissionais em exercício, naturalmente as alunas de vocês. Isso seria a primeira prioridade, o sistema de comunicação dentro de casa.

A segunda prioridade seria a comunicação com o Governo. Insisto em que a valorização da população rural e da família rural só se concretizará quando tomarmos uma decisão política de

âmbito nacional nesse sentido. Há sinais de que o Governo está caminhando nessa direção. Por exemplo, há sintomas de que o MOBRAL está interessado no trabalho de desenvolvimento de comunidades. Será um trabalho muito mais avançado do que o de alfabetização. Aí haveria um campo de trabalho para vocês. Cumpre, porém, convencê-los a utilizar a classe de vocês, e não só a dos sociólogos e assistentes sociais. Nesse caso o MOBRAL seria o órgão de contato para organizar e planejar o que fazer com as comunidades.

Essa conscientização do Governo também merece uma estratégia de comunicação, por exemplo, através de visitas e entrevistas. Existem meios técnicos muito interessantes para convencer os dirigentes, já aplicados em vários países, que algumas escolas poderiam usar. Trata-se de equipamento portátil de televisão com o qual se filma, com uma câmera especial de vídeo tape, uma reunião de camponeses ou uma área qualquer de problema, desse modo levando à televisão ou ao Governo a situação do campo e mostrando como vocês trabalham para alcançar os objetivos.

Um público importante são os organismos empregadores como, por exemplo, a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). Um seminário em que vocês e seus empregadores participassem seria aconselhável.

Outro público interessante são as futuras alunas. Tenho a impressão de que o trabalho que vocês realizam junto aos colégios de onde sairão suas futuras alunas é um meio seguro de difundir os objetivos e as orientações da carreira.

Finalmente, temos o público em geral, a opinião pública. Possuímos diversos meios para atingir esse público. Um deles é o uso dos recursos locais. Por exemplo, a imprensa local estadual, ou a imprensa nacional. Sobretudo a imprensa do interior teria o maior prazer em contar com algumas de vocês como colunistas. Não colunista social, mas colunista em favor da família. Quanto material haveria a oferecer numa coluna semanal. A assistência ao consumidor, por exemplo, seria ótima motivação a se explorar nessa coluna. As estações locais de rádio também são altamente receptivas, porque as rádios do interior não dispõem de material suficiente para irradiar doze horas por dia.

Outro veículo importante são os pronunciamentos sobre os problemas públicos quando ocorre uma crise, de origem alimentar, de saúde, etc. É a oportunidade para o organismo de classe, a ABED, por exemplo, manifestar-se publicamente. Outra possibilidade seria um grupo de economistas domésticos pedir a palavra para opinar em congressos e seminários.

Outra técnica poderia ser o destaque público de alguma personalidade que exerceu atividades meritórias em favor das famílias.

Bem, quanto à estratégia, tenho apenas isso para sugerir no momento. Considero vocês ótimas comunicadoras em diálogo de grupo, mas o uso sistemático dos meios de comunicação -- imprensa, rádio, TV, filmes, etc. -- ainda não foi posto em prática em suas escolas na divulgação dos trabalhos. Nesse sentido, creio que o IICA, através de seu acordo com a ABEAS, poderia colaborar em cursos sobre comunicação, nas escolas ou onde vocês quiserem. Esse treinamento em comunicação deveria iniciar-se com as alunas. Vejam como estão na moda as escolas de comunicação, que são mais de 50 no País! A juventude quer comunicar e aprender a comunicar. Pode-se pensar em oferecer treinamento às alunas de vocês, uma vez que temos tantas escolas, facilidades locais, faculdades de comunicação, de jornalismo, etc., que teriam prazer em colaborar com vocês, dando palestras, mostrando equipamentos, levando suas alunas a lidar com os meios modernos de comunicação.

Esta é a minha contribuição: uma oportunidade ampla à disposição de vocês para planejar e executar estratégias de comunicação dirigidas ao público de variada natureza que pode colaborar na realização dos objetivos das Ciências Domésticas.



O Dr. Diaz Bordenave advogou em favor da aprendizagem do uso dos meios de comunicação social pelas alunas de Ciências Domésticas como forma de alcançar diversos públicos e mobilizar a opinião pública.

Palavras do Eng. Agr. José Pedro Coelho Santiago, Representante do Presidente da Federação de Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

"Fortalecimento das organizações de classe para
a realização dos objetivos profissionais"



Gostaria de, inicialmente, cumprimentar a Dra. Virginia e o Professor Bordenave.

O prof. Bordenave disse que, em geral, se dá pouca atenção à população rural do Brasil e da América do Sul. Estou de pleno acordo, e acho ainda que não só a população rural, como também a urbana dos grandes centros, está esquecida. Acredito que os governos anteriores, até a gestão Médici, preocuparam-se bastante, em termos de desenvolvimento econômico, com as estratégias voltadas para o crescimento. Creio ser necessário dar-se também muita atenção a um desenvolvimento social um pouco diferente. Parece que o Governo atual está preocupado com esse aspecto, e é aí que vocês devem entrar. Não convém deixar os problemas de saúde e de organização familiar nas mãos de pessoas que não estejam em contato permanente com o assunto. Não devem apenas os economistas e engenheiros cuidar dessa questão.

Numa palestra a que assisti há dias, disse o orador -- um economista -- que a economia é algo muito importante para se deixar só para os economistas. Se vocês não fizerem alguma coisa para valorizar a profissão de economista doméstico, ninguém irá fazer. Na qualidade de membro da diretoria de uma associação de classe, embora há pouco tempo, já senti o problema, em termos de participação, de trazer o pessoal das várias localidades do Estado para ajudar, dar idéias e trabalhar conosco. Então, talvez seja este o momento de vocês perguntarem o que estão fazendo, em termos de participação, na sua associação.

A Associação de Engenheiros Agrônomos, não porque faça parte dela, é das mais influentes entre as muitas associações públicas ou profissionais que conhecemos, e isto só se consegue com participação. Sua vigorosa atuação permitiu que, nos últimos anos, os secretários de agricultura fossem engenheiros agrônomos. Até há pouco tempo víamos outros profissionais desligados da pro

blemática agrícola, conseqüentemente com uma visão restrita da matéria, ocuparem as pastas de agricultura.

Vocês conhecem o nosso CALQ: eu passei, com outros colegas, noites inteiras na fila de inscrição para conseguir vaga em certas disciplinas. Isso aconteceu em dois períodos consecutivos, mas no terceiro, o CALQ resolveu que ninguém faria matrícula enquanto não se desse ao problema uma solução melhor. Se fôsemos um, dois ou mesmo dez, ao invés de uma associação, garanto que não teríamos conseguido nada, porque para certas medidas, como as que o prof. Bordenave apontou, é necessário ação organizada e persistente. Não adianta tomar atitudes isoladas ou sem continuidade. O que aconteceu no nosso caso mostrou que o CALQ teve organização para tomar uma atitude. Isso se obteve com reuniões, com representação.

A associação de classe representa um fator básico. O setor público absorve grande parte dos agrônomos e engenheiros florestais, mas não é fácil a atuação nesse setor, pois há certa resistência a mudanças. Também aí é importante a associação de classe, para que o nosso trabalho seja melhor aproveitado. Uma associação precisa naturalmente de um órgão de divulgação, que leve a informação e estabeleça contato. Por maior que seja a participação, a diretoria sozinha não tem condições para divulgar os trabalhos, os resultados, as propostas das reuniões. Um órgão informativo faz parte da vida da associação e lhe dá muito vigor.

Gostaria de fazer agora uma pergunta à Dra. Virginia: "Até que ponto o pequeno aproveitamento dos economistas domésticos no País poderia ser atribuído a problemas de organização de classe?"

A América do Sul inteira é uma região extremamente carente de saúde, de educação, de participação, de civilidade. Precisa de pedagogos, de psicólogos, e que seu povo lute para elevar cada vez mais o nível de seu trabalho, de suas universidades, de sua participação.

Penso, também, que não adianta pretender a construção de uma nação forte com uma sociedade que necessita de educação, de

organização familiar, etc., exatamente o que vocês podem proporcionar.

Uma mudança de atitude, de mentalidade, depende exclusivamente de vocês. Não se pode esperar que o Governo, preocupado com centenas de problemas diferentes, vá oferecer coisas de graça a vocês. A participação é fundamental no aprimoramento do processo de desenvolvimento.

A nossa associação envia frequentemente memoriais, ofícios e sugestões ao Governo. Notamos que os resultados são visíveis. Às vezes não o primeiro, mas o segundo memorial começa a fazer efeito. A associação deve primeiro preparar os setores públicos e privados do País para se tornarem receptivos a determinadas mudanças e a determinadas posições. Para conseguir essa receptividade, é preciso lutar, utilizar o poder legislativo, as instituições técnicas, as outras sociedades. Mas tudo isso requer um trabalho conjunto, coordenado, que só acho possível através de uma organização associativa.

A meu ver, esses encontros que vocês realizam são muito importantes. Tudo o que se diz aqui deve ser muito pensado. O que podem vocês fazer para tornar a profissão mais forte, mais participante? Até que ponto estão contribuindo, estão dando a devida atenção para que sejam chamados a participar do processo?

Virginia Lattes respondendo à pergunta do Agrônomo José Pedro Santiago sobre o aproveitamento dos profissionais em relação à organização de classe:

- Parece-me uma pergunta tão complexa que seria difícil responder. Creio que o reduzido aproveitamento do economista do místico possivelmente não se deve a problemas de organização de classes apenas mas, também, a muitos outros fatores. Claro que é necessária uma associação de classe que dê forças, que dê condições para uma frente unificada. Porém, fatores políticos e culturais poderão estar influenciando a situação do profissional.

Assembléia Final

II. RESUMO DAS CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

A. Tema I: "Situação Atual do País e Planos de Desenvolvimento",

Não foi discutido em grupos de trabalho, mas sim em painel de reação.

B. Tema II: "Contribuições das Ciências Domésticas para o Desenvolvimento da Nação".

1.

Profissão
integrada

Profissão formada
por um conjunto
de especialidades

As Ciências Domésticas são consideradas por alguns como profissão integrada, que forma uma unidade, e por outros como um conjunto de especialidades (nutrição, habitação, relações familiares, administração do lar, etc.)

a) Como vê o grupo a posição atual da profissão no Brasil?

b) Em que ponto da linha acima traçada o grupo situaria a posição atual da profissão no Brasil?

R: Atualmente, no Brasil, a profissão é composta por um conjunto de especialidades dispersas.

Para contribuir de forma ótima ao desenvolvimento nacional a profissão deve ser integrada, a fim de atuar dentro de uma visão global, com oportunidades de habilitação que atendam às tendências pessoais e ao mercado de trabalho, considerando as áreas de influência geoeconômicas.

2. Dadas as condições atuais e os planos de desenvolvimento do País:

a) Em que faixas de população (público) considera o grupo que deveria atuar o economista doméstico brasileiro? Que prioridades lhes daria?

R: O economista doméstico brasileiro deve atuar em todas as faixas da população rural e urbana, mas prioritariamente junto àquelas de recursos mais limitados.

b) Que conceitos considera mais importantes para desenvolver junto a esses grupos ou audiências?

R: Racionalização na utilização de recursos humanos e materiais (físicos). Tomada de decisões.

3. Em sua conferência, a Dra. Nelson assinalou seis aspectos em que os profissionais poderiam contribuir para o desenvolvimento nacional:

- a) Manter em dia seus conhecimentos sobre a situação atual do País e as tendências para o futuro.
- b) Aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos e apresentar novos conhecimentos à sociedade através da investigação (pesquisa).
- c) Conhecer os processos da aprendizagem e da comunicação e fazer uso adequado dos meios.
- d) Conhecer (compreender) e utilizar os sistemas para a tomada de decisão em diversos meios.
- e) Como agentes de mudança, reconhecer e utilizar a teoria de sistemas.
- f) Aguçar sua capacidade (habilidade) para decidir quais as prioridades para a ação.

Com referência a esses pontos, pergunta-se:

- i) Até que ponto discorda o grupo dessas categorias? Elimina alguma? Qual (quais) a (as) de maior importância? Deseja acrescentar alguma outra?

R: O grupo não discorda dessas categorias, não elimina e nem acrescenta nenhuma, considera-as todas da maior importância, embora os aspectos a e b mereçam prioridade.

- ii) Com base na lista de categorias modificada pelo grupo, de que forma poder-se-ia conseguir o compromisso dos profissionais de Ciências Domésticas no sentido de contribuir para o desenvolvimento?

Devido à limitação de tempo esta pergunta não foi discutida.

4. O grupo é convidado a apresentar reações à conferência da Dra. Nelson e ao documento da Dra. Cebotarev, que não respondam a qualquer das perguntas feitas. Por exemplo, o grupo poderia assinalar idéias que considera especialmente importantes, ampliar ou detalhar alguma idéia apresentada pelo conferencista ou acrescentar alguma idéia nova.

Idéias que um grupo considera especialmente importantes, com relação à palestra da Dra. Linda Nelson:

1. Educação básica de subsistência, educação para pais e educação do consumidor.
2. Ampliação do processo de aprender e reaprender.
3. Uso de métodos de comunicação, levando em conta o escasso número de profissionais formados e o grande público a atender.

C. Tema III: "Contribuição das Ciências Domésticas ao Desenvolvimento Rural".

1. Com base nas idéias apresentadas pelos conferencistas, o grupo explicará o que entende por desenvolvimento rural.

R: É um processo de mudança de fatores sócio-econômicos e culturais da população rural, visando desenvolver o potencial humano, a distribuição mais equitativa da renda e a melhoria da tecnologia para a promoção do habitante rural.

2. Para realizar o desenvolvimento rural, segundo o conceito proposto pelo grupo:

a) Na população rural com quem considera o grupo devem trabalhar as Ciências Domésticas?

R: Deve atuar nos grupos existentes e/ou a serem organizados.

b) Que temas de conteúdo deveriam receber prioridades na ação?

R: A prioridade dos temas de conteúdo dependerá das diversas situações onde se processará o desenvolvimento rural. Contudo, os temas fundamentais são os seguintes:

- Desenvolvimento de atividades que aumentem a renda econômica da família.

- Educação alimentar, saúde, educação do consumidor, vestuário, habitação.

c) Que metodologias considera mais úteis aos fins, público e conteúdos selecionados?

R: Diagnóstico da situação

Metodologias que alcancem grupos e massa.

3. Como poderiam as Escolas ou Cursos de Ciências Domésticas preparar economistas domésticos competentes para trabalhar em programas de desenvolvimento rural de acordo com o conceito proposto na resposta à pergunta número 1?

R: Adequando o currículo, segundo seus objetivos específicos.

4. O grupo é convidado a apresentar suas reações à palestra do Dr. Araújo e ao documento apresentado pelo Dr. Bordave, que não correspondem a qualquer outra das perguntas formuladas anteriormente. Por exemplo, o grupo poderia assinalar idéias e posições com que está em desacordo, idéias que considera especialmente importantes, ampliar ou detalhar alguma idéia apresentada por ambos ou acrescentar alguma idéia nova.

R: Com relação à palestra do Dr. José Emílio Araújo, o grupo considera que o economista doméstico deve ser um agente de desenvolvimento rural, mas a sua formação não deverá voltar-se exclusivamente para esse objetivo. O documento do Dr. Bor denave, por não estar em poder de todos os membros dos grupos, foi apresentado posteriormente à assembléia.

D. Tema IV: Objetivos do Seminário

1. Conceituar a profissão de economista doméstico, estabelecer sua função na comunidade e esclarecer sua filosofia.

Conceito da profissão: Aplicação integrada das contribuições das ciências, tecnologia e artes à família,^{1/} visando ao desenvolvimento ótimo do potencial humano.

Funções da profissão:

- a. Promoção do bem-estar da família e da comunidade, procurando elevar o nível de suas aspirações dentro do processo de desenvolvimento do País, mediante educação (formal, informal, e não-formal) nas áreas: saúde e alimentação, habitação, relações familiares, educação do consumidor e vestuário.
- b. Funções técnicas junto a empresas rurais e urbanas.
- c. Funções administrativas.

Filosofia

Sintetizamos abaixo as idéias apresentadas pelos diversos campos no tocante à filosofia das Ciências Domésticas:

- Promover o desenvolvimento integral da família de maneira individual ou em grupo.
- Desenvolver a capacidade de tomada e execução de decisões.

2. Determinar os objetivos gerais do Curso Superior de Ciências Domésticas face à sociedade.

Objetivo geral do curso Superior de Ciências Domésticas: Proporcionar ao aluno, de maneira equilibrada, conheci-

^{1/} Os participantes do Seminário entenderam que o conceito de "família" não corresponde apenas ao tipo tradicional e legal, mas também à variedade de formas que ela possa assumir na realidade.

mentos relacionados com as ciências (exatas, biológicas e sociais), a tecnologia e as artes, capacitando-o para o exercício da profissão.

3. Definir como deve ser o profissional competente dentro do conceito proposto pela profissão e determinar, em linhas gerais, a sua formação.

O profissional competente deve:

- a) Conhecer os fundamentos científicos de sua profissão e manter-se atualizado quanto à situação do País e às tendências do futuro.
- b) Ser capaz de adequar e transmitir os conhecimentos adquiridos.
- c) Saber inserir esses conhecimentos no contexto de sua atuação.
- d) Desenvolver habilidade para determinar as prioridades em relação à ação.

Em suma, para formar o profissional competente, as linhas gerais do currículo devem incluir:

- 1) áreas básicas
- 2) áreas de formação profissional
- 3) áreas de formação pedagógica.

Conclusões Gerais

1. O Plano Quinquenal de Desenvolvimento deixa em aberto o campo de atuação para o profissional das Ciências Domésticas, destacadamente no PIS (Plano de Integração Social), na Educação do Consumidor, nos Programas Habitacionais, na Assistência ao Homem do Campo, na Preparação de Mão-de-Obra, na Educação Materno-Infantil e em outros. No entanto, falta ao profissional uma certa agressividade para conquistar esse campo de trabalho, bem como um modo próprio de conduzir sua ação, de maneira que a sua integração em equipes multidisciplinares marque sua imagem profissional.

2. Falta à família brasileira uma consciência quanto a seus problemas e, quando há um nível mínimo de consciência, o grupo familiar já se julga auto-suficiente para resolvê-los. Possivelmente esta é uma das dificuldades encontradas pelo profissional das Ciências Domésticas na condução de seu trabalho e no reconhecimento social para a efetividade de seus serviços.

3. As Ciências Domésticas são, essencialmente, a aplicação das ciências exatas sociais e biológicas. No entanto, não se podem ater exclusivamente ao estudo da parte aplicada, devido ao risco de estagnação e de divórcio da realidade atual. Cumpre manter uma relação constante com estudos e pesquisas no campo social e técnico, bem como com o conhecimento e a utilização de técnicas pedagógicas e de comunicação, a fim de retroalimentar o sistema educacional.

4. O trabalho dos professores dos Cursos de Ciências Domésticas em regime de tempo parcial dificulta o desenvolvimento de pesquisas, obstando a dinâmica da educação.

5. Sendo a família camponesa marginalizada no contexto atual, o serviço de extensão rural sobrepõe-se como campo prioritário de trabalho dos economistas domésticos. No entanto, é possível observar um constante decréscimo do número de profissionais engajados no referido serviço.

6. Carecem as Ciências Domésticas no Brasil de uma mística que congregue os profissionais na busca de metas centrais. Urge utilizarem-se estratégias para o desenvolvimento de maior comunicação entre os economistas domésticos.

Recomendações

1. Ao Profissional da área de Ciências Domésticas

- a. Atualizar-se quanto aos planos governamentais, principalmente nas áreas de atuação social que envolvem a família, o homem do campo e os grupos vulneráveis (materno-infantil).
- b. Manter-se alerta e pronto a mostrar a validade de seu trabalho para o desenvolvimento nacional, participando e atuando em equipes técnicas multidisciplinares.
- c. Estabelecer intercâmbio contínuo com os profissionais de Ciências Domésticas.
- d. Procurar maior entrosamento com os profissionais nas áreas interdisciplinares.
- e. Sempre que desenvolver pesquisas num campo específico ligado a qualquer área de atuação e a qualquer instituição, procurar divulgar seus trabalhos junto aos Cursos de Ciências Domésticas e à Associação de Classe.

2. À ABED (Associação Brasileira de Economistas Domésticos)

- a. Estabelecer contato com instituições que trabalhem com famílias informando-as a respeito do tipo de trabalho que o profissional de Ciências Domésticas pode oferecer neste campo.
- b. Revitalizar o boletim informativo da Associação, promovendo maior comunicação entre os profissionais, e considerar a possibilidade da criação de uma revista especializada.
- c. Organizar comitês regionais para trabalharem para um próximo "congresso nacional, de modo a haver maior contribuição e participação de profissionais.
- d. Cuidar para que haja combinação de data e local entre a Reunião da ABED e o Seminário a se realizar em 1975.
- e. Continuar enviando representantes oficiais aos seminários.

- f. Identificar instituições que ofereçam oportunidades e/ou financiamento para estudo em áreas de interesse para as Ciências Domésticas e divulgar essas informações aos seus associados.
- g. Divulgar pesquisas realizadas por economistas domésticos e outras de interesse para a profissão.
- h. Estabelecer contato com instituições nacionais e estrangeiras procurando apoio para projetos de pesquisas desenvolvidos por economistas domésticos.

3. As Coordenações e Diretorias de Cursos de Graduação

- a. Procurar incluir nas atividades curriculares e extra-classe estudos atualizados sobre os planos governamentais, que permitam aos alunos tomar conhecimento da realidade nacional e identificar campos de atuação (simpósios, seminários e outros).
- b. Entrar em contato com instituições que mantenham programas de assistência às famílias ... (SESI, LBA e outras) e estabelecer convênios para estágio dos alunos neste campo.
- c. Procurar incluir nos currículos disciplinas que capacitem o futuro profissional para atuar efetivamente na extensão rural. Tentar firmar convênios com entidades que atuem no campo, com vistas à realização de estágio de alunos.
- d. Propiciar oportunidades de aperfeiçoamento aos professores e a outros profissionais em Ciências Domésticas, entre elas:
 - (1) Estágio nas férias
 - (2) Cursos de férias em áreas como comunicação, teoria de sistemas, métodos e técnica de pesquisa, dinâmica de grupos.

4. Aos Organismos e Instituições (MEC, CAPES, CNPq, EMBRAPA, Serviços de Extensão Rural, INCRA, ABEAS, Secretarias de Promoção Social e semelhantes, instituições internacionais como IICA, FAO, UNICEF).
- a. Complementar ou aprimorar as conclusões quanto aos objetivos do seminário (ABEAS - Comissão Técnica de Ciências Domésticas).
 - b. Coordenar um encontro entre os representantes das escolas de Ciências Domésticas do País para tratar da adequação dos currículos dos respectivos cursos, se possível ainda este ano (para especial consideração do acordo ABEAS/IICA).
 - c. Apoiar a realização de outros seminários anuais, programando o próximo para 1975 (de preferência em julho).
 - d. Continuar a liderar e a patrocinar os seminários anuais ou bianuais (para especial atenção da ABEAS, IICA e outros organismos).
 - e. Procurar maior envolvimento de alunos nos seminários.
 - f. Considerar algumas das dificuldades encontradas neste Seminário, estabelecendo no futuro maior divisão de responsabilidades: as de organização ficariam a cargo da instituição hospede e as de aspectos técnicos poderiam ser da competência da Presidente da CTCD, procurando-se sempre evitar que a reunião se realize na instituição a que pertence a presidente (para especial atenção da ABEAS).
 - g. Orientar e apoiar tecnicamente o veículo informativo da ABED.
 - h. Facilitar às escolas e cursos o acesso às publicações de Ciências Domésticas, divulgando textos técnicos de autores nacionais ou estrangeiros.

- i. Coordenar e obter recursos para a realização de cursos de especialização para professores de Ciências Domésticas (com apoio do IICA e de outros organismos).
- j. Estudar a possibilidade da criação de cursos de pós-graduação e de especialização em áreas específicas de Ciências Domésticas (administração do lar, desenvolvimento humano, habitação, nutrição, têxteis e vestuário).
- k. Apoiar e incentivar os cursos de pós-graduação e os projetos de pesquisa desenvolvidos por profissionais de Ciências Domésticas.
- l. Sugerir às coordenações de Cursos de Ciências Domésticas o tipo de capacitação técnica desejável para o profissional neste campo (para especial consideração do Serviço de Extensão Rural, INCRA, Secretarias de Promoção Social e semelhantes).
- m. Estudar uma política para engajamento quantitativo e qualitativo dos profissionais de Ciências Domésticas.

5. Aos Professores de Ciências Domésticas

Na hipótese de não haver possibilidade de seguirem cursos de pós-graduação, deverão pelo menos cursar disciplinas gerais básicas (metodologia de pesquisas, estatística, metodologia de ensino, dinâmica de grupos), que fortaleçam seu preparo para desenvolver pesquisa e ensino.

As Profas. Tânia B. Cabral de Araújo, da Universidade Federal do Ceará e Dra. Lucia M. Mafía, da Universidade Federal de Viçosa, secretariaram o seminário com toda eficiência.



Recomendações de um grupo de Professores e Profissionais participantes

1 - Dar continuidade ao Seminário

- 1.1 - Programar o 2º Seminário, para 1975.
- 1.2 - Que seja durante o período de férias, de preferência em julho de 1975.
- 1.3 - Que se organizem comitês regionais para dar continuidade às conclusões e sugestões deste seminário.
- 1.4 - Que a Comissão Técnica da ABEAS continue sua ação e que o IICA e outras organizações patrocinem os seminários anuais ou bianuais.
- 1.5 - Que haja maior envolvimento das alunas.
- 1.6 - Que o local e as comissões para o próximo Seminário sejam logo estabelecidos.
- 1.7 - Que a ABED envie representantes oficiais aos Seminários.

2 - Fortalecimento da ABED

- 2.1 - Que haja coincidência de data e local da Reunião Anual da ABED com a do Seminário.
- 2.2 - Que seja criada uma publicação especializada em Ciências Domésticas pela ABED nacional.
- 2.3 - Que haja maior divulgação dos trabalhos realizados pelos economistas domésticos.

3 - Oportunidade de Aperfeiçoamento

- 3.1 - Estágio nas férias.
- 3.2 - Cursos de férias em áreas como Comunicação, Teoria de Sistemas, Métodos e Técnica de Pesquisa.
- 3.3 - Estabelecimento de Intercâmbio contínuo entre os profissionais das Ciências Domésticas.

(Recomendações apresentadas por um pequeno grupo composto por professores das diferentes Escolas de Ciências Domésticas e por outros profissionais).

Resumo das Atas

Dia 23 - Segunda-Feira

20,00 hs. Sessão Solene de Instalação

Sob a Presidência do Dr. Ferdinando Galli, Diretor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo. A mesa diretora foi formada por autoridades, representantes de instituições internacionais e de escolas.

Foi ouvido o Hino Nacional e em seguida usaram da palavra o Dr. Walter Radamês Accorsi, Professor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", e o Dr. Jadyr Vogel, Coordenador do Curso de Educação Familiar e representante do Magnífico Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Dia 24 - Terça-Feira

Período da Manhã

Parte I - Resumo do documento básico "Diagnóstico da Situação de Ciências Domésticas no País", apresentado pela professora Diva Resende, Presidente da Comissão Técnica de Ciências Domésticas da ABEAS. A professora projetou tabelas ilustrando os pontos de destaque do documento, tais como:

- Onde atua o profissional de Ciências Domésticas.
- O que as Escolas oferecem para a formação do profissional (discrepâncias do currículo).
- Situação dos professores das Escolas Superiores de Ciências Domésticas (regime de contratação, concentração em áreas, aperfeiçoamento, pesquisa).
- Mercado potencial de trabalho e reflexões sobre a estrutura dos cursos.

Parte II - Conferência: Situação Sócio-Econômica e Planos de Desenvolvimento do País - Dr. Edson Machado de Souza, Diretor Geral do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura.

O conferencista destacou as características do desenvolvimento econômico observado no Brasil:

1. Um alto ritmo de crescimento econômico - 10% ao ano.
2. Sensível expansão do setor industrial.
3. Concentração tanto por setor (produção de bens supérfluos) quanto por área geográfica (São Paulo, Guanabara e parte do Estado de Minas), ocasionando a concentração demográfica.

4. Desequilíbrio

Três fatores principais foram apontados como limitantes da manutenção do índice de 10% de crescimento:

- O tipo da indústria expandida (substituição de importação) chega a ponto de saturação.
- A diminuição da capacidade ociosa da mão-de-obra que havia sido um dos fatores explorados.
- O contexto econômico internacional.

Estratégias governamentais discutidas pelo conferencista:

1. Crescimento industrial apoiado em bens de capital e indústria de transformação.
2. No setor primário: prioridades para a política do uso da terra (pólo de desenvolvimento agro-industrial); proteção ao produtor e ao trabalhador agrícola.
3. Política de valorização dos recursos humanos (PIS).
4. Papel do sistema educacional.

Parte III - Painel de Reação à Conferência proferida por Dr. Edson Machado de Souza: "Situação Sócio-Econômica e Planos de Desenvolvimento do País".

Participantes:

- Prof. Maria Iracema de Sá - ESALQ/Univ. de São Paulo;
- Prof. Maria Stella R. Amaral - Univ. Federal do Ceará;
- Prof. Ceres Maria Torres Bonatto - Univ. Federal Pelotas;
- Dr. Edson Machado de Souza - (Conferencista)
- Prof. Maria Ignez Guerra Molina - (Moderadora)

Assuntos abordados: Identificação do papel do economista doméstico.

Dentro do Plano Quinquenal de desenvolvimento do Brasil, ou seja, dentro do II PND, esta participação adequar-se-ia ao Programa de Integração Social (PIS); ao sistema educacional, com ênfase no setor pré-escolar, aos programas de educação do consumidor, aos programas de assistência ao homem rural.^{1/}

Período da Tarde

Parte I - Conferência: "Inter-relação de Fatores que afetam a Família e o Processo de Desenvolvimento do País" por Dr. Carlos Alberto de Medina, Diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais.

1/ Ver Conclusões

Às 14,00 horas teve início a exposição do Dr. Medina, centralizada em torno do fato de que a família é certamente a instituição social mais sensível às transformações do desenvolvimento. Caracterizou diferentes tipos de família e destacou o fato de a família brasileira não ter consciência de seus problemas, o que talvez explique a dificuldade que o profissional economista doméstico encontra na condução de seu trabalho.

Parte II - Painel de Reação à Conferência proferida por Dr. Carlos Alberto de Medina "Inter-relação dos Fatores que afetam a Família e o Processo de Desenvolvimento".

Participantes:

- Irmã Olga de Sá - Diretora da Escola Sup. de Ciências Domésticas e Educação Rural de Lorena, SP;
- Tereza Alves Leite - Centro de Ensino e Extensão -UFV/ABCAR;
- Beatriz Thomazi - Aluna do Curso de Graduação em Ciências Domésticas - ESALQ/USP;
- Carlos Alberto Medina - (Conferencista)
- Diva Resende - (Moderadora)

Os participantes discutiram as idéias do conferencista sobre os vários tipos de família. Sendo o conferencista solicitado a prestar esclarecimentos sobre seu ponto de vista no tocante à atuação do economista doméstico, enfatizou mais uma vez o fato de a família brasileira ignorar seus problemas, recomendando aos profissionais estudarem uma estratégia de abordagem dessas famílias, de modo que seu trabalho seja reconhecidamente útil.

Dia 25 - Quarta-Feira

Período da Manhã

Parte I - Conferência "Contribuição dos Profissionais de Ciências Domésticas ao Desenvolvimento da Nação" - Dra. Linda Nelson, Chefe do Departamento de Ecologia Familiar - Escola de Ecologia Humana da Universidade Estadual de Michigan.

Abordando a figura de Ellen H. Swallow e seu papel de educadora, pesquisadora, organizadora e reformista, dentre outros, a conferencista procurou caracterizar o papel atual do economista doméstico no Brasil. Ressaltou que os profissionais de Ciências Domésticas devem estar alertas particularmente em relação a seis grandes áreas:

- a) Conhecer a situação atual e as perspectivas do futuro.
- b) Contar com informação técnica e continuar ampliando os conhecimentos próprios.
- c) Compreender o processo de aprendizagem e o uso dos meios de comunicação.

- d) Entender e usar os sistemas de tomada de decisão.
- e) Reconhecer que vivemos em um mundo sistemático e interdependente.
- f) Procurar capacitar-se em técnicas de planejamento (identificação de prioridades).

Parte II - Discussão em pequenos grupos e painel.

Período da Tarde

Parte I - Conferência: "Contribuições das Ciências Domésticas ao Desenvolvimento Rural", Dr. José Emílio G. de Araújo, Diretor Geral do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA.

O conferencista iniciou sua apresentação esboçando um perfil da situação sócio-econômica da América Latina. Em seguida, especificando o caso brasileiro, mostrou a necessidade urgente do trabalho do profissional de Economia Doméstica para integração social das comunidades rurais no processo de desenvolvimento do País.

Parte II - Discussão em grupos.

Dia 26 - Quinta-Feira

Período da Manhã

Parte I - Sessão Plenária - Apresentação das conclusões sobre os objetivos do Seminário.

Parte II - Conferência: "Currículos e Objetivos Educacionais: Conceitos Básicos e Processos de Adequação" - Dra. Gil da C.N. de Lima, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

A conferencista discorreu sobre os fins e objetivos da educação, destacando a importância da teoria de sistemas na formulação eficiente de currículos.

Período da Tarde

Parte I - Simpósio: "Algumas Estratégias para Atingir os Objetivos das Ciências Domésticas".

Participantes:

- Deputada Dra. Dulce Salles Cunha Braga, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo;
- Dra. Virginia Lattes de Câsseres, Consultora em Ciências Domésticas da FAO;

- Eng. Agrônomo José Pedro Santiago, Representante do Presidente da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil;
- Dr. Juan Diaz Bordenave, Comunicador do IICA.
- Coordenador: Prof. Eduardo King Carr, Secretário Executivo da ABEAS.

Deputada Dulce S.C. Braga: Ressaltou a importância de formação de grupos de pressão sobre o Poder Legislativo, para o reconhecimento profissional.

Dra. Virginia L. Cásseres - Apontou duas estratégias centrais -- aperfeiçoamento profissional e desenvolvimento de lideranças -- para atingir os objetivos das Ciências Domésticas.

Dr. Juan D. Bordenave - Comentou o documento "Proposta de um Novo Rumo Profissional para as Ciências Domésticas". O Painelista destacou a importância de informação, apontando estratégias de comunicação que divulguem as Ciências Domésticas.

Eng. Agrônomo José Pedro Santiago - Discorreu sobre a necessidade de fortalecimento das organizações de classe para a realização dos objetivos profissionais.

Dia 27 - Sexta-Feira

Período da Tarde

Parte I - Sessão Plenária para Conclusões e Recomendações.

Coordenador da Sessão - Prof. Eduardo King Carr, Secretário Executivo da ABEAS.

Inicialmente foi apresentado o trabalho dos grupos que, submetido à apreciação do plenário, foi discutido e aprovado.

A seguir a relatora apresentou as conclusões e recomendações do Seminário que, acrescidas de outras sugeridas por professores e profissionais, foram discutidas e aprovadas.

Houve uma participação especial do grupo de estudantes presente ao seminário.

Ao final da sessão, a Irmã Olga de Sã, Diretora da Escola Superior de Ciências Domésticas e Educação Rural, de Lorena, SP, em nome dos participantes, agradeceu às entidades patrocinadoras e colaboradoras do Seminário, bem como às instituições participantes, a contribuição prestada ao cumprimento dos objetivos do certame!

Parte II - Sessão de Encerramento do Seminário, sob a presidência do Prof. Dr. Ferdinando Galli, Diretor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo.

LISTA DE PARTICIPANTES

I - CONVIDADOS

Alcilia Peixoto da Silva
Representante da ABED - Espírito Santo
Caixa Postal 1274
Vitória - Espírito Santo

Alfonso Castronovo
Especialista em Educação IICA/OEA
Rua Moreno 1257 - 3º andar
Buenos Aires - Argentina

Alma Amorim
Colégio Técnico Industrial de Jaú - SP
Rua Barão do Rio Branco 373 (Residência)
Paraguassú - Minas Gerais

Ana Maria Holland Ometto
Representante ABED - São Paulo/Paraná
Rua São José 1024, apto 2
Piracicaba - São Paulo

Benedita Ana Segal
Centro de Obras Sociais de Piracicaba
Av. Rui Barbosa, 288 (Residência)
Piracicaba - São Paulo

Berdine Martins
Rua São João, 1845
Piracicaba - São Paulo

Carlos Alberto de Medina
Diretor Centro Latino Americano de Pesquisas
em Ciências Sociais
Praia de Botafogo, 185 - 11º andar s/1105
Rio de Janeiro - Guanabara

Dulce Salles Cunha Braga
Deputada Assembleia Legislativa Estado São Paulo
Palácio 9 de julho - Parque Ibirapuera
São Paulo - São Paulo

Edson Machado de Souza
Diretor Geral DAU/MEC
Ministério da Educação e Cultura, 7º andar
Brasília - DF

Elena Klatilova
Coord. de Assist. Técnica Integrada
Secretaria da Agricultura de São Paulo
Av. Brasil 2300
Campinas - São Paulo

Elisa Clélia Minioni
Especialista em Ciências Domésticas e Nutrição
Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas
Apartado 10281
San José - Costa Rica

Eva Wilson
Av. Itália 66, apto 301
Piracicaba - São Paulo

Gilda Cesar Nogueira de Lima
Faculdade de Educação - USP
São Paulo - São Paulo

Heitor Gurgulino de Souza
Reitor da Univ. Federal de São Carlos
São Carlos - São Paulo

Hermógenes Laziar
Diretor da Administração - Prefeitura Municipal
Francisco Beltrão
Curitiba - Paraná

José Augusto Minarelli
Chefe da Divisão Técnica
Centro de Integração Empresa/Escola/CIE/E
Rua 14 de julho, 234 - Bela Vista
São Paulo - São Paulo

José Emílio G. Araújo
Diretor Geral do IICA/OEA
Apartado 12081
San José - Costa Rica

José Pedro Santiago
Engenheiro Agrônomo
Assoc. de Engs. Agrônomos Estado São Paulo
São Paulo - São Paulo

Juan Diaz Bordenave
Especialista em Comunicação IICA
Praia do Flamengo, 322 apto 401
Rio de Janeiro - Guanabara

Ligia Maria C. Oliveira Santos
Rua Alferes José Caetano 1584
Piracicaba - São Paulo

Linda Nelson
Chefe Depto. Ecologia Familiar
Escola de Ecologia Humana
Universidade do Estado de Michigan
East Lansing - Michigan - USA

Mabel Cordini
Representante ABED/Distrito Federal
QE/21 - Conjunto E/casa 4 - Quadra I
Brasília - DF

Maria Alice Borges
Hospital do INPS - Goiânia
Goiânia - Goiás

Maria da Conceição S. Alves
Diretora do Colégio Técnico
Rua 225, nº 294
Setor Universitário
Goiânia - Goiás

Maria da Glória Oliveira
Colégio Técnico Agrícola Estadual
Rua 13 de maio 845, apto 141 (Residência)
Piracicaba - São Paulo

Maria Helena Abramo
Divisão de Economia Doméstica
NESTLÉ
Rua da Consolação, 895
São Paulo - São Paulo

Maria Inês Molina
Profa. Assistente Doutor
Depto. de Ciências Sociais Aplicadas
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Maria José B. de Carvalho
Presid. Associação Economia Doméstica São Paulo
Rua Raul Pompêia 322 - Vila Pompêia
São Paulo - São Paulo

Maria José Costa e Sôssio
Representante ABED - Guanabara
Rua Paissandú, 200 / 615
Rio de Janeiro - Guanabara

Maria Rita de Carvalho
Representante ABED - Minas Gerais
Belo Horizonte - Minas Gerais

Maria Stella L. Alvares Silva
Representante ABED
Rua Juiz Costa Val, 107 apto 202 - S. Lucas
Belo Horizonte - Minas Gerais

Marlene Vieira
Representante ABED- Espírito Santo
Caixa Postal 1274
Vitória - Espírito Santo

Salim Simão
Professor Titular
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Tereza Alves Leite
Coordenadora de Treinamento do Centro de Ensino
e Extensão
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa - Minas Gerais

Virgínia Lattes de Cásseres
Consultora da FAO
Casilla 10095
Santiago - Chile

II - PARTICIPANTES

Ana Lúcia dos Santos Schild
Diretora
Faculdade de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul

Archimedes Dutra
Prof. Assistente Doutor
Curso de Graduação em Ciências Domésticas
ESALQ-USP
Piracicaba - SP

Avany Corrêa Santos
Prof. Assistente Doutor
Curso de Graduação em Ciências Domésticas
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Bernadete V. Van Der Lean
Professora Faculdade de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul

Ceres Maria Torres Bonatto
Vice Diretora Faculdade Ciências Domésticas
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul

Chieko Sugai
Prof. Assistente Doutor
Curso de Graduação em Ciências Domésticas
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Dênia Grechi de Toledo
Auxiliar de Ensino
Curso de Graduação em Ciências Domésticas
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Diva Resende
Prof. Assistente Doutor
Curso de Graduação em Ciências Domésticas
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Eduardo King Carr
Secretário Executivo Acordo ABEAS/IICA
Praia do Flamengo, 322/401
Rio de Janeiro - Guanabara

Elide Minioni
Professora Faculdade de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul

Esmeralda T. Afonso
Presidente COPERTIDE
Escola Superior de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa - Minas Gerais

Fatima Méry Rodrigues da Silva
Professora Assistente
Chefe Depto. Economia do Lar
UFRRJ
Rio de Janeiro - Guanabara

Ferdinando Galli
Diretor ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Helena Teixeira Martins
Prof. Assistente Doutor
Curso de Graduação em Ciências Domésticas
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Izabel Maria Ribeiro Ratto
Professora Assistente
UFRRJ
Rio de Janeiro - Guanabara

Jadyr Vogel
Coordenador do Curso de Educação Familiar
UFRRJ
Rio de Janeiro - Guanabara

Jayra do Valle Rodrigues
Professora Colaboradora
Curso de Graduação de Ciências Domésticas
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Ligia Fidelis de Souza
Curso de Economia Doméstica
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - Ceará

Lúcia M. Maffia
Professora Assistente
ESCD- Universidade Federal de Viçosa
Viçosa - Minas Gerais

Lúcia Maria Sant'Ana Costa
Professora Adjunta
Escola Superior de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa - Minas Gerais

Maria Dulce Bandiera Bergamin
Prof. Assistente Doutor
Curso de Graduação em Ciências Domésticas
ESALQ- USP
Piracicaba - São Paulo

Maria Elisabet I. Gervini
Professora Faculdade de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul

Maria Francisca I.F. de Souza
Prof. Adjunta
Escola Superior de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa - Minas Gerais

Maria Iracema de Sá
Professora Assistente
Curso de Graduação de Ciências Domésticas
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Maria Lúcia Simonini
Professora Adjunta
Escola Superior de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa - Minas Gerais

Mariane E. Braga Conde
Professora Escola Superior de Ciências
Domésticas e Educação Rural de Lorena
Av. Peixoto de Castro 539
Lorena - São Paulo

Maria Nancy C. Gonçalo
Prof. Auxiliar de Ensino
Faculdade de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul

Maria Olga Ferreira de Melo
Professora Assistente
UFRRJ
Rio de Janeiro - Guanabara

Maria Stella Ribeiro Amaral
Professora Curso de Economia Doméstica
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - Ceará

Miranice G. Sales
Professora Curso de Economia Doméstica
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - Ceará

Olga de Sá (Irmã)
Diretora Escola Superior de Ciências Domésticas
e Educação Rural de Lorena
Av. Peixoto de Castro, 539
Lorena - São Paulo

Raquel Quadros Seiffert
Auxiliar de Ensino
Faculdade de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul

Sarita Tomaz
Professora Assistente
UFRRJ
Rio de Janeiro - Guanabara

Sônia da Silva
Vice-Diretora
Escola Superior de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa - Minas Gerais

Tânia Barbosa Cabral de Araújo
Professora Curso de Economia Doméstica
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - Ceará

Violeta Odete D. Costa
Professora Assistente
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Zulene Gifone Espindula
Professora Assistente
UFRRJ
Rio de Janeiro - Guanabara

III - OBSERVADORES

Ana Aurélia Correia Mota
Curso de Economia Doméstica
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - Ceará

Arlete de Souza Cardoso
Curso de Graduação em Ciências Domésticas
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Leda de Serra Nery
Curso de Educação Familiar
UFRRJ
Rio de Janeiro - Guanabara

Lucila Maria de O. Calheiros
Curso de Graduação em Ciências Domésticas
ESALQ - USP
Piracicaba - São Paulo

Martinha Koyama
Escola Superior de Ciências Domésticas e
Educação Rural de Lorena
Av. Peixoto de Castro, 539
Lorena - São Paulo

Magnólia Gomes Moura
Curso de Economia Doméstica
Universidade Federal do Ceará
Fortaleza - Ceará

Maria Celeste Costa
Escola Superior de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa - Minas Gerais

Maria Laura Sica Canex
Faculdade de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul

Marli de Paulo Pinto
Curso de Educação Familiar
UFRRJ
Rio de Janeiro - Guanabara

Suely de Resende Calil
Escola Superior de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa - Minas Gerais

Suzana Lanzetta
Faculdade de Ciências Domésticas
Universidade Federal de Pelotas
Pelotas - Rio Grande do Sul

Zenaide Gonçalves Garcia
Escola Superior de Ciências Domésticas
e Educação Rural de Lorena
Lorena - São Paulo

TRABALHARAM NESTES ANAIS:

- **Preparação do texto:** Diva Resende e Fátima Mery Rodrigues da Silva
- **Revisão editorial:** Zita Salazar Pessoa
- **Composição do texto:** Celia de Oliveira Teixeira
- **Capa e diagramação:** Juan Díaz Bordenave
- **Impressão:** Setor de Produção – EMBRATER